

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA (IE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (PPGE)

**A ABORDAGEM DAS CONTROVÉRSIAS PARA A
HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO
BRASILEIRO:**

**UMA ANÁLISE SOBRE A CONTROVÉRSIA DOS
MODOS DE PRODUÇÃO NO BRASIL**

CARLA CURTY DO NASCIMENTO MARAVILHA PEREIRA

Orientadora: Prof^ª. Maria Mello de Malta

Rio de Janeiro

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA (IE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (PPGE)

**A ABORDAGEM DAS CONTROVÉRSIAS PARA A
HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO
BRASILEIRO:**

**UMA ANÁLISE SOBRE A CONTROVÉRSIA DOS
MODOS DE PRODUÇÃO NO BRASIL**

CARLA CURTY DO NASCIMENTO MARAVILHA PEREIRA

DRE: 113013796

Tese apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção de título de Doutor em Economia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Mello de Malta

Rio de Janeiro

2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

P436 Pereira, Carla Curty do Nascimento Maravilha.

A abordagem das controvérsias para a história do pensamento econômico brasileiro: uma análise sobre a controvérsia dos modos de produção no Brasil / Carla Curty do Nascimento Maravilha Pereira. – 2017.

146 p.; 31 cm.

Orientador: Maria Mello de Malta.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia, 2017.

Bibliografia: f. 127 – 145.

1. Pensamento econômico - História. 2. Modos de produção - Brasil. 3. História e controvérsia. I. Malta, Maria Mello, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 338.9

**A ABORDAGEM DAS CONTROVÉRSIAS PARA A HISTÓRIA DO
PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE A
CONTROVÉRSIA DOS MODOS DE PRODUÇÃO NO BRASIL.**

Carla Curty do Nascimento Maravilha Pereira

Tese apresentada ao Corpo Docente do
Programa de Pós-Graduação em
Economia do Instituto de Economia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro
como parte dos requisitos necessários à
obtenção de título de Doutor em
Economia.

BANCA EXAMINADORA:



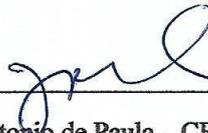
Prof.^a. Dr.^a. Maria Mello de Malta – PPGE/IE/UFRJ – Orientadora



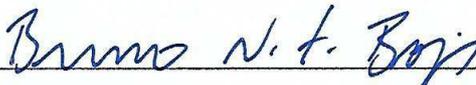
Prof. Dr. Ricardo Alberto Bielschowsky – PPGE/IE/UFRJ



Prof.^a. Dr.^a. Angela Ganem – IE/UFRJ



Prof. Dr. João Antonio de Paula – CEDEPLAR/FACE/UFMG



Prof. Dr. Bruno Nogueira Ferreira Borja – DCE/IM/UFRRJ

Rio de Janeiro

26 de maio de 2017

“Tenho apenas duas mãos
e o sentimento do mundo,
mas estou cheio de escravos,
minhas lembranças escorrem
e o corpo transige
na confluência do amor.

Quando me levantar, o céu
estará morto e saqueado,
eu mesmo estarei morto,
morto meu desejo, morto
o pântano sem acordes.

Os camaradas não disseram
que havia uma guerra
e era necessário
trazer fogo e alimento.
Sinto-me disperso,
anterior a fronteiras,
humildemente vos peço
que me perdoeis.

Quando os corpos passarem,
eu ficarei sozinho
desfiando a recordação
do sineiro, da viúva e do microcopista
que habitavam a barraca
e não foram encontrados
ao amanhecer

esse amanhecer
mais noite que a noite.”

Carlos Drummond de Andrade, *Sentimento do mundo*.

“Me has dado la fraternidad hacia el que no conozco.
Me has agregado la fuerza de todos los que viven.
Me has vuelto a dar la patria como en un nacimiento.
Me has dado la libertad que no tiene el solitario.
Me enseñaste a encender la bondad, como el fuego.
Me diste la rectitud que necesita el árbol.
Me enseñaste a ver la unidad y la diferencia de los hombres.
Me mostraste cómo el dolor de un ser ha muerto en la victoria de todos.
Me enseñaste a dormir en las camas duras de mis hermanos.
Me hiciste construir sobre la realidad como sobre una roca.
Me hiciste adversario del malvado y muro del frenético.
Me has hecho ver la claridad del mundo y la posibilidad de la alegría.
Me has hecho indestructible porque contigo no termino en mí mismo.”

Pablo Neruda, *A mi partido*

Dedico esta tese

*à Júlia (in memoriam) e Cenira (in memoriam),
minhas avós, mulheres de fibra e sabedoria incomparáveis;*

*aos meus pais Conchita e Carlos,
fontes de constante apoio e amor, fundamentais para tudo;*

*aos inúmeros trabalhadores e trabalhadoras, imprescindíveis,
que lutaram arduamente ao longo de nossa história pelos nossos direitos,
fontes de inspiração para as muitas e árduas lutas que ainda enfrentamos.*

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade da autora.

AGRADECIMENTOS

Escrever estes agradecimentos tem para mim uma carga emocional gigantesca. Não são agradecimentos somente associados ao processo de realização do doutorado e escrita desta tese. São agradecimentos que englobam quase 12 anos de formação no Instituto de Economia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esta instituição abrigou minha formação de graduação, de mestrado (em Economia Política Internacional) e o doutorado. Foi a partir das instigações, provocações e reflexões proporcionadas nas salas de aula, no teatro de Arena, no Sujinho, no DCE, no CASA, na APG, nos auditórios e corredores deste local que busquei encontrar um espaço para mim, um espaço na academia, na militância e na vida. Neste momento em que a universidade pública e gratuita é constantemente alvo de críticas e de ameaças de desmonte, poder ter tido a experiência de formação superior nos níveis de graduação, mestrado e doutorado em uma instituição pública é um privilégio indescritível. Para sempre a UFRJ fará parte de mim e não tem como pensar o fim deste ciclo sem refletir sobre isso. Um gigantesco muito obrigada à existência da universidade pública, gratuita e de qualidade, em especial a materializada na UFRJ.

Se a UFRJ como um todo foi fundamental, o que dizer do LEMA – Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile?! Fazer parte do LEMA é uma experiência única e me sinto uma privilegiada por isso. Estar na presença destas pessoas incríveis me faz buscar sempre o melhor de mim, seja pela formulação crítica e combativa na academia, seja pelas tantas lutas que compartilhamos, seja pela amizade/companheirismo que nos identificam acima de tudo. Já são um pouco mais de 10 anos que vivo neste processo de aprendizado constante, troca, parceria, trabalho coletivo e afetividade e que venham muitos e muitos mais. Um muito obrigada por tudo aos membros atuais, Bruno Borja, Fernando Prado, Filipe Leite, Jaime Léon, Juliana Nascimento, Larissa Mazolli, Laura Beraldo, Leila Almeida, Luciano Coutinho, Marco Antonio da Rocha, Maria Malta, Marina Gouveia, Matheus Sadde, Rafael Zincone, Wilson Vieira e também aos tantos outros que nas idas e vindas da vida construíram este coletivo fundamental! Um agradecimento especial também aos participantes de nossa seção na UFRJ! Esta tese nunca existiria se não fossem as trocas, inspirações, reflexões e trabalho desenvolvidos coletivamente no LEMA. Este é só mais um momento dos muitos que ainda compartilharemos coletivamente.

No âmbito institucional da UFRJ devo agradecer aos professores e professoras que fizeram parte significativa da minha formação desde a graduação, com destaque para: Aloisio

Teixeira (*in memoriam*), Angela Ganem, Carlos Medeiros, Carlos Nelson Coutinho (*in memoriam*), Denise Lobato Gentil, Fabio Erber (*in memoriam*), Fábio Freitas, Franklin Serrano, Galeno Ferraz, José Luis Fiori, José Paulo Netto, Maria da Conceição Tavares, Mauro Iasi e Ricardo Bielschowsky. Agradeço também a todos trabalhadores e todas trabalhadoras técnico-administrativos, nas secretarias de graduação e de pós-graduação, nas bibliotecas, na direção do IE, na manutenção e organização do espaço físico da universidade, na cantina e na Xerox. Um muito obrigada a todos e todas!

Um agradecimento mais que especial para a minha orientadora, mestre (no sentido pleno da palavra), coordenadora de laboratório de pesquisa, amiga e companheira de tantas lutas, Maria Malta. Sem a inspiração, o apoio, a orientação, as críticas e as trocas com Maria esta tese não teria nenhuma palavra. Um enorme muito obrigada pela paciência com a orientanda que no meio do processo da tese começou uma carreira docente, o que complicou significativamente minha organização temporal, intensificando a insegurança com o processo de escrita da tese; obrigada pela aproximação às questões referentes à HPE e à HPEB, projeto de pesquisa compartilhado; obrigada pela inspiração do que é ser uma mulher militante e marxista nesta academia. Enfim, ficam registrados a gratidão e o carinho!

Não só agradeço, como dedico esta tese, à minha família, em especial na figura dos meus pais – Conchita e Carlos. Vocês são incríveis! Muito obrigada pelo constante e inabalável apoio, pelo exemplo de postura gentil, empática, afetuosa e crítica na vida e pelo amor de vocês!

Muitos agradecimentos aos muitos amigos e amigas! Provavelmente cometerei alguma injustiça por conta do esquecimento de algum nome, mas caso isso aconteça, não foi por mal. Agradeço pela paciência em ouvir constantemente “não posso, tenho que fazer as coisas da tese” e em incentivar quando a energia e a confiança já estavam baixas; pelo companheirismo e carinho sempre constantes; pelas risadas; pelos ombros amigos; pelas ajudas, enfim, pela presença em minha vida. Agradeço aos colegas de turma de doutorado; aos economistas da zoeira sem fim do PPGE é amor; às meninas *ieie*; aos amigos desde o tempo da escola e da graduação; aos amigos-companheiros do partido; aos amigos e amigas já tão enraizados que não sei nem localizar exatamente onde nossos caminhos se cruzaram, mas ainda bem que se cruzaram! Agradeço especialmente a: Amalinha, Bebel, Bruno, Camilinha, Carol Nicolau, Carol Miaguti, Cecí, Esther, Fernanda Stiebler, Fernanda Marins, Fernando, Filipe, Gabi Freitas, Gabi Goulart, Joana, João Marcos, Juju, Ju, Júlia, Julinha, Lari, Laurinha, Leandro,

Luana, Mauro, Nati, Perlinha, Rosa, Simone e Yanna. A amizade de vocês torna a vida mais leve e completa!

Agradeço aos professores Ivan da Costa Marques e Ricardo Bielschowsky pela participação e comentários preciosos em minha banca de defesa de projeto de tese.

Agradeço aos professores Angela Ganem, Bruno Borja, João Antônio de Paula e Ricardo Bielschowsky pela atenção e disponibilidade ao aceitarem participar da banca de defesa da tese. Agradeço também a disponibilidade dos professores Franklin Serrano e Victor Leonardo de Araújo que aceitaram ser suplentes da banca.

Finalmente, gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de estudos concedida durante parte do curso de doutorado.

RESUMO

Existem diversas maneiras de abordar a história do pensamento econômico. Um caminho é a partir da noção de controvérsia. Tomando como referência o movimento histórico, percebe-se que análises diferentes podem ser formuladas sobre o mesmo objeto, estas diferentes análises organizadas a partir de elementos ideológicos, políticos, teóricos e sociais específicos, suscitando assim controvérsias em torno do objeto. Estas controvérsias permitem captar a historicidade e a processualidade de determinado pensamento. A história do pensamento econômico pode, portanto, ser contada como a história das controvérsias organizadas a partir das diferentes contribuições científicas e marcadas pela história e pela política, sendo o processo de construção desta história do pensamento continuamente marcado por rupturas e disputas teóricas. Tomando como referencial analítico a obra de Karl Marx, em especial, *Teorias da mais-valia* ([1905] 1980) e as contribuições de Rubin ([1929] 2014) e Dobb ([1973] 1977) para a abordagem da história do pensamento econômico; e as formulação de Malta *et al.* (2011) para a história do pensamento econômico brasileiro, esta tese tem como objetivo resgatar esta abordagem para a história do pensamento econômico brasileiro, evidenciando a trajetória da história do pensamento econômico como uma história das controvérsias, de maneira a propor que a história do pensamento econômico brasileiro seja entendida através da abordagem das controvérsias.

Utilizando-se esta abordagem, a controvérsia dos modos de produção no Brasil é analisada. A controvérsia sobre os modos de produção no Brasil se estabelece a partir da análise das questões da realidade brasileira, levando em consideração suas especificidades. Analisa-se a contribuição de dois autores que desenvolveram as posições mais significativas no debate: Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Junior.

Palavras – chave: história do pensamento econômico brasileiro; método; controvérsias; modo de produção; marxismo brasileiro; Nelson Werneck Sodré; Caio Prado Júnior.

ABSTRACT

There are several ways to approach history of economic thought. One way is using the notion of controversy. Taking as reference the historical movement, it is possible to perceive that different analysis can be formulated on the same object, these different analysis can be organized from specific ideological, political, theoretical and social elements, thus provoking controversies around the object. These controversies allow us to capture the historicity and procedurality of a particular thought. The history of economic thought can therefore be told as a history of controversies organized from different scientific contributions and marked by history and politics. The process of construction of this history of thought is continually marked by theoretical ruptures and disputes. Taking as an analytical reference the work of Karl Marx, especially Theories of surplus value ([1905] 1980) and the contributions of Isaak Rubin ([1929] 2014) and Maurice Dobb ([1973] 1977) for the approach to history of economic thought and the formulation of Malta *et al.* (2011) for history of Brazilian economic thought, this thesis aims to rescue this approach to history of Brazilian economic thought, highlighting the trajectory of history of economic thought as a history of controversies, in order to propose understanding history of Brazilian economic thought through the controversies approach.

Using this approach, the controversy of modes of production in Brazil is analysed. The controversy over Brazilian modes of production was established as from the analysis of the issues of Brazilian reality, taking into account its specificities. We analyze contributions of two authors who developed the most significant positions in this debate: Caio Prado Junior and Nelson Werneck Sodré.

Key words: history of Brazilian economic thought; method; controversies; mode of production; Brazilian Marxism; Nelson Werneck Sodré; Caio Prado Júnior.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AI – Ato Institucional

AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores

ANL – Aliança Nacional Libertadora

CEPAL – Comissão Econômica Para América Latina e Caribe

CNOP – Comissão Nacional de Organização Política

HPE – História do Pensamento Econômico

HPEB – História do Pensamento Econômico Brasileiro

IC – Internacional Comunista

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

LEMA – Laboratório de Estudos Marxistas – José Ricardo Tauile

PC – Partido Comunista

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PD – Partido Democrático

PRP – Partido Republicano Paulista

SBIC – Seção Brasileira da Internacional Comunista

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A “árvore genealógica da economia política brasileira” – página 44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
Capítulo 1 – A abordagem das controvérsias como caminho de sistematização da história do pensamento econômico brasileiro	20
1.1 A controvérsia como chave de leitura da história do pensamento.....	20
1.1.1 O materialismo histórico e a dialética	21
1.1.2 A percepção da história do pensamento como objeto do método da controvérsia. .	27
1.2 A história do pensamento econômico brasileiro em controvérsia	36
1.2.1 A história do pensamento econômico brasileiro	36
1.3 – Os sujeitos das controvérsias: economistas ou intérpretes do Brasil?	51
1.3.1 O conceito de intérprete do Brasil.....	51
1.3.2 Incorporando a contribuição dos <i>intérpretes do Brasil</i> para a História do Pensamento Econômico Brasileiro (HPEB).....	54
1.3.3 A controvérsia dos modos de produção no Brasil e seus sujeitos.....	56
Capítulo 2 – Nelson Werneck Sodré e o feudalismo à brasileira – adaptações e nuances das categorias sobre os modos de produção para o caso brasileiro	65
2.1 A trajetória político-intelectual de Nelson Werneck Sodré e o movimento comunista brasileiro	66
2.2 Elementos teóricos da análise do modo de produção brasileiro realizado por Nelson Werneck Sodré.....	75
2.2.1 A especificidade do modo de produção brasileiro – um feudalismo com tempero brasileiro.....	79
2.2.2 As críticas à concepção de Nelson Werneck Sodré sobre o modo de produção no Brasil	85
2.3 Síntese do capítulo	86
CAPÍTULO 3 – CAIO PRADO JUNIOR – ORIGEM E SENTIDO CAPITALISTA DO MODO DE PRODUÇÃO BRASILEIRO	89
3.1 A trajetória político-intelectual de Caio Prado Junior e o movimento comunista brasileiro	92
3.2 Elementos teóricos da formulação de Caio Prado Junior sobre o modo de produção no Brasil.....	97
3.2.1 O sentido capitalista da colônia e o modo de produção no Brasil.....	97
3.2.2 Críticas à concepção de Caio Prado Júnior sobre o modo de produção no Brasil .	106
3.3 Síntese do capítulo	110

Considerações Finais – A síntese da controvérsia e seus desdobramentos	113
a) Sobre o método proposto para a História do Pensamento Econômico Brasileiro (HPEB)	113
b) Síntese da controvérsia	114
b) Desdobramentos da controvérsia.....	117
REFERÊNCIAS	127

INTRODUÇÃO

A pesquisa desta tese de doutorado insere-se no movimento de uma pesquisa coletiva realizada nos últimos anos no Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA), sob a coordenação da professora Maria Malta, também orientadora desta tese. Desde 2007, o principal eixo de pesquisa do LEMA tem sido a história do pensamento econômico brasileiro (HPEB), bem como uma análise aprofundada sobre metodologia para estudos em história do pensamento, de maneira a levantar propostas sobre metodologia para aplicar à história do pensamento econômico brasileiro, visando realizar a análise da HPEB de maneira a integrar os níveis teórico-analítico, histórico e político.

Um dos eixos desta pesquisa sobre a história do pensamento econômico brasileiro se refere ao estudo das chamadas *interpretações do Brasil*, no qual são analisadas as variadas interpretações do Brasil e sua relação com a construção de uma análise de conjuntura e um projeto de futuro para o Brasil, de maneira a identificar nos intérpretes as origens de debates que constituem as principais discussões necessárias para a compreensão do Brasil na atualidade, bem como os variados caminhos indicados para sua transformação, com destaque para os debates sobre Estado, nação, classes sociais, povo, etnia e modos de produção no Brasil. Esta tese insere-se neste eixo de pesquisa do LEMA, sendo fruto dos intensos debates e reflexões realizadas coletivamente no grupo de pesquisa. É importante fazer a ressalva de praxe, mas extremamente verdadeira, de que ainda que esta tese seja resultado de um processo de reflexão coletivo, todas as responsabilidades, problemas, omissões e erros são de completa responsabilidade da autora.

Nesta tese pretende-se apresentar um referencial analítico para a história do pensamento econômico (HPE), em geral, e a história do pensamento econômico brasileiro (HPEB), especificamente. Parte-se do método para a HPE de Marx, apresentado em *Teorias da mais-valia* ([1905] 1980), que posteriormente foi desenvolvido com as contribuições de Rubin ([1929] 2014) e Dobb ([1973] 1977) e da formulação para a HPEB apresentada por Malta *et al.* (2011), para apresentar uma proposta de abordagem para a história do pensamento a partir das controvérsias.

Utilizar o referencial analítico de Marx para o estudo da história do pensamento – isto é, utilizar o materialismo histórico e a dialética como elementos metodológicos centrais –

significa considerar que toda formulação teórica é histórica e socialmente determinada, logo, a partir da análise da realidade concreta (com seus elementos políticos, econômicos, sociais e culturais) é possível identificar controvérsias suscitadas em torno das diferentes problemáticas concretas em seus contextos históricos particulares, em um movimento analítico no qual há espaço para a processualidade e a historicidade do pensamento. Neste sentido, considera-se que as controvérsias são elementos fundamentais para a organização dos debates no campo da história do pensamento, em geral, e da HPEB.

Também se busca estabelecer, a partir desta abordagem das controvérsias para a história do pensamento econômico brasileiro, os elementos para uma análise da controvérsia sobre a origem e desenvolvimento dos *modos de produção no Brasil* no campo das interpretações marxistas do Brasil. A controvérsia dos modos de produção no Brasil será apresentada por meio da seleção de dois autores representativos das duas visões que compuseram o debate central sobre o modo de produção no Brasil: Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior.

É importante esclarecer o que é entendido como *modo de produção*. Utiliza-se a compreensão de modo de produção que Marx apresenta no *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política* ([1859] 2008), na qual o modo de produção material da vida, isto é, a maneira como a sociedade produz os meios de vida e de reprodução, é entendido como a totalidade que inclui a dimensão estrutural – composta pelas relações sociais de produção e do desenvolvimento das forças produtivas – e a dimensão superestrutural – os aspectos políticos, jurídicos e ideológicos. Neste sentido, a concepção acerca da definição de modo de produção existente na realidade brasileira envolve a concepção sobre como se estabelece a produção, as relações sociais de produção e o grau de desenvolvimento no qual esta produção é realizada, bem como as questões associadas às dimensões cultural, política e jurídica nas quais esta produção se realiza, por exemplo, como se determina a propriedade sobre a terra, qual a estrutura jurídica que organiza as relações de trabalho e de propriedade.

Para tratar os autores inseridos na controvérsia do modo de produção no Brasil, é feito recurso à noção de *intérprete do Brasil*. Parte-se da ideia que um intérprete do Brasil tem como objetivo, através da pesquisa histórica, compreender a realidade do país no momento em que realiza sua análise, para transformá-la. As interpretações do Brasil se apresentam como um tipo de análise específica que dará destaque, ainda que de formas diferentes, à estrutura produtiva para tentar compreender o Brasil e sua formação.

Considera-se que as interpretações do Brasil são uma forma de pensar o espaço social brasileiro que devem ser analisadas a partir de um método totalizante de pensar a história, economia e a sociedade brasileiras, e que este processo seria revelador de um caminho para se pensar o pensamento econômico brasileiro, considerando-se que as contribuições dos chamados intérpretes do Brasil trazem elementos fundamentais para o pensamento econômico brasileiro – sendo possível afirmar que estes autores tentaram interpretar o Brasil e o processo histórico de formação da sociedade brasileira a partir de elementos identificados com a economia – como também exerceram sobre ele grande influência. Em suma, considera-se que estes autores exerceram influência em debates no campo do pensamento econômico brasileiro.

As controvérsias sempre se inserem em um momento histórico, buscando responder a questões postas pela realidade concreta. A controvérsia dos modos de produção no Brasil se estabelece entre as décadas de 1930 e 1960. Momento de disjuntiva histórica da sociedade brasileira, no qual há a consolidação da transição histórica do Brasil, de país agrário-exportador para urbano-industrial, isto é, período que marca o processo de modernização do Brasil, caracterizado pela tentativa de ruptura com as estruturas coloniais e suas características, como o domínio rural e agrícola, que caracterizavam o país, que gerou inúmeras contradições e acirramentos políticos, econômicos e sociais, levando ao questionamento sobre os caminhos do país. Neste contexto também se destacam, no âmbito das ideias, o fortalecimento dos debates sobre o nacional desenvolvimentismo, o projeto nacional-democrático, as questões do processo de transformação estrutural da sociedade brasileira e os possíveis rumos do país. Neste contexto, a discussão sobre os modos de produção aqui existentes passa a ganhar centralidade nos círculos comunistas, em especial os ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), espaço principal de debate da controvérsia aqui abordada.

A controvérsia sobre os modos de produção no Brasil se articula em torno da análise do processo histórico brasileiro, em especial, no que concerne às questões da estrutura da produção, de maneira totalizante, ou seja, articulando os elementos da dimensão estrutural, das relações sociais de produção e do desenvolvimento das forças produtivas, como sobre os elementos de sua dimensão superestrutural, as dimensões políticas, jurídicas e ideológicas. Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Junior são autores que vão compor o núcleo central da

controvérsia – o debate entre a concepção feudal e a concepção capitalista do modo de produção no Brasil.

Esta tese está composta em três capítulos, além desta seção de apresentação e da seção de considerações finais.

O primeiro capítulo “*A abordagem das controvérsias como caminho de sistematização da história do pensamento econômico brasileiro*” é um capítulo metodológico, no qual são apresentadas questões relacionadas à história do pensamento econômico, apresenta-se também o método das controvérsias como um método de organização e análise da história do pensamento econômico com base no referencial analítico de Marx apresentado em *Teorias da mais-valia* ([1905] 1980), que foi posteriormente desenvolvido com as contribuições de Rubín ([1929] 2014) e Dobb ([1973] 1977), discute-se o debate do chamado campo dos intérpretes do Brasil e, por fim, apresenta-se a relação entre a noção de intérpretes do Brasil com a economia política e a história do pensamento econômico.

Os dois capítulos seguintes são capítulos baseados no referencial analítico e metodológico apresentado no primeiro capítulo, de maneira a utilizar a metodologia para a história do pensamento econômico brasileiro sugerida no capítulo inicial como base para a análise da controvérsia dos modos de produção no Brasil. Nestes capítulos são apresentadas as duas principais formulações que compõem a controvérsia em debate, a formulação de Nelson Werneck Sodré e a de Caio Prado Júnior. Desde os anos 1930 estes autores apresentam contribuições teóricas para a questão dos modos de produção no Brasil, mas a controvérsia só se estabelece enquanto controvérsia de fato nos anos 1960, após as publicações de *Formação histórica do Brasil* (1962) de Sodré e de *A revolução brasileira* (1966) de Prado Júnior, no contexto dos debates internos do PCB e da disjuntiva histórica marcada pelo golpe empresarial-militar que se constitui em 1964. Nestes capítulos são apresentados e debatidos os elementos e argumentos teóricos de cada autor, em especial, qual a definição que dão ao modo de produção vigente no Brasil. Apresenta-se também um panorama da trajetória político-intelectual destes autores. Estes capítulos são: “*Nelson Werneck Sodré e o feudalismo à brasileira – adaptações e nuances das categorias sobre os modos de produção para o caso brasileiro*”; “*Caio Prado Junior – o sentido capitalista do modo de produção brasileiro*”.

Por fim, há a seção de considerações finais nas quais serão apresentados elementos de síntese da controvérsia dos modos de produção no Brasil apresentada a partir das perspectivas de Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior, bem como breves considerações sobre os desdobramentos da controvérsia nos debates sobre modo de produção no Brasil e na história do pensamento econômico brasileiro e a relevância da controvérsia no momento de redação desta tese (2017).

Cabe uma consideração a respeito da formatação das referências bibliográficas e citações. Nas referências bibliográficas e citações é inserido um elemento a mais que a formatação de praxe da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – a data original de publicação, além da data da publicação utilizada. Por se tratar de um trabalho em história do pensamento econômico, é importante que o leitor tenha bem identificado o momento da publicação original, para que a periodização do debate e das referências e citações fique bem explicitada. Assim, a data das referências bibliográficas e citações será apresentada desta forma:

- Nas citações: ([ANO DA PUBLICAÇÃO ORIGINAL] ANO DA PUBLICAÇÃO UTILIZADA). Por exemplo: RUBIN ([1929] 2014).

- Nas referências: ([ANO DA PUBLICAÇÃO ORIGINAL] ANO DA PUBLICAÇÃO UTILIZADA). Por exemplo: RUBIN, Isaak Ilich. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, ([1929] 2014).

Capítulo 1 – A abordagem das controvérsias como caminho de sistematização da história do pensamento econômico brasileiro

“O espelho reflete certo: não erra porque não pensa.

Pensar é essencialmente errar.

Errar é essencialmente estar cego e surdo.”

Fernando Pessoa, *Poemas inconjuntos*

1.1 A controvérsia como chave de leitura da história do pensamento

Existem diversas maneiras de abordar a história do pensamento econômico (HPE). É possível construir a história do pensamento econômico a partir de uma visão evolutiva, tomando o movimento da história do pensamento como um movimento linear, sem rupturas no qual as controvérsias são resolvidas por absorção hegemônica das ideias vencedoras, garantindo que não há rupturas em seu desenvolvimento. A teoria considerada como a fronteira do conhecimento representa nesta visão evolutiva o que há de mais avançado naquele campo (cf. ARIDA, 2003). É possível trabalhar a HPE a partir de uma perspectiva individual, isto é, trabalhar o(a) autor(a) e sua obra de maneira não inter-relacional, analisando o(a) autor(a) individualmente, sem fazer relação com os(as) demais autores em um mesmo contexto (cf. BLAUG, 1986). Mas também há outras formas de sistematizar a história do pensamento econômico, como o método que se busca discutir nesta tese.

Um caminho possível para se analisar a história do pensamento econômico é evidenciar os movimentos de ruptura teórica e da processualidade do movimento histórico, organizando a história do pensamento econômico a partir da noção de *controvérsia*. Tomando como referência o movimento histórico, percebe-se que análises diferentes podem ser formuladas sobre o mesmo objeto, estas diferentes análises organizadas a partir de elementos ideológicos, políticos, teóricos e sociais específicos, suscitando assim controvérsias em torno deste objeto. Estas controvérsias permitem captar a historicidade e a processualidade de determinado pensamento. A história do pensamento econômico pode, portanto, ser contada como a *história das controvérsias* organizadas a partir das diferentes contribuições científicas e marcadas pela história e pela política. Nesta percepção, teoria e história não podem ser dissociadas, o processo de construção do conhecimento é marcado pelos elementos históricos

e a análise da história do pensamento econômico envolve a percepção de que o que há de produção teórica em momentos históricos anteriores pode trazer elementos que venham a contribuir com a formulação teórica contemporânea e, portanto, trabalhar em HPE significa não só fazer referência ao conhecimento formulado no passado, mas também refletir sobre elementos teóricos desenvolvidos ao longo da história e sobre a forma com a qual estes podem contribuir para a contemporaneidade e podem possuir perceptível atualidade.

Tomando como referencial analítico a obra de Karl Marx, em especial, *Teorias da mais-valia* ([1905] 1980) e as contribuições de Isaak Rubin ([1929] 2014 e Maurice Dobb ([1973] 1977) para a abordagem da história do pensamento econômico; e as formulação de Malta *et al.* (2011) para a história do pensamento econômico brasileiro (HPEB), busca-se, neste capítulo, resgatar esta abordagem para a história do pensamento econômico brasileiro, evidenciando a trajetória da HPE como uma história das controvérsias.

A utilização da noção da controvérsia como chave de leitura e de sistematização da história do pensamento é resultado de um método de pesquisa coletivo¹ desenvolvido com o objetivo de analisar a história do pensamento econômico de forma crítica, historicizada, e por isso referenciada na teoria marxista. E, portanto, baseada na percepção materialista e histórica do pensamento e organizada a partir de uma perspectiva dialética.

1.1.1 O materialismo histórico e a dialética

Ao afirmar que a leitura da história do pensamento aqui apresentada tem como referência o materialismo histórico e a dialética, faz-se necessário explicitar o que se compreende destes elementos.

Parte-se da noção de que o pensamento é um movimento processual, e que as diferentes experiências históricas, os desenvolvimentos e formações teóricas, os posicionamentos políticos, sociais e ideológicos do sujeito que formula o pensamento estabelecem forte influência sobre sua formulação – ainda que este não seja necessariamente um movimento consciente por parte deste sujeito. Neste sentido, o sujeito formula o

¹ Realizado no Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA) no Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e que também tem atuação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

pensamento influenciado pelo desenvolvimento teórico elaborado até então – isto é, pela trajetória da história do pensamento que o formou e permeia o ambiente no qual circula – e pelo estado da arte do campo do conhecimento no qual pretende se inserir e, neste contexto, se posiciona em termos teóricos. Sua escolha teórica, por sua vez, é altamente influenciada por sua concepção de mundo e está condicionada a determinados contextos históricos concretos e específicos. O movimento histórico² (pensamento e realidade material) permite a formulação de interpretações e posicionamentos diversos sobre si mesmo, o que leva à existência de diferentes formulações, muitas vezes altamente conflituosas entre si. Deste conflito surgem controvérsias e debates confrontando distintas análises de uma mesma situação.

No famoso *Prefácio* ao livro *Contribuição à Crítica da Economia Política* ([1859] 2008), Marx afirma haver chegado à conclusão de “que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política.” (p. 45). Para Marx, os elementos da sociedade – o que podemos chamar de elementos da superestrutura, tais como as relações jurídicas, as formas do Estado – encontram suas raízes nos elementos e “condições materiais da existência humana³” – isto é, na estrutura econômica da sociedade. Marx caracteriza a estrutura econômica da seguinte maneira:

“na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.” (MARX, [1859] 2008, p. 45)

² “Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação.” (MARX & ENGELS, *A ideologia alemã*, [1845-46] 2007, p. 85-86)

³ Em outras obras, Marx e Engels continuamente reforçam esta noção materialista de que as condições materiais condicionam a existência humana. Por exemplo:

“Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com *o que* produzem como também com *o modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.” (MARX & ENGELS, *A ideologia alemã*, [1845-46] 2007, p. 86)

É importante analisar esta relação estrutura-superestrutura com cuidado. Aqui Marx constrói a relação de maneira dialética. O modo da produção material da vida se apresenta como o problema (objeto) a ser compreendido. A partir de sua análise encontramos as dimensões das relações sociais de produção e do desenvolvimento das forças produtivas compondo a dimensão estrutural do modo de produção. Ao mesmo tempo, esta mesma análise revela que esta determinada forma de produção material da vida se abre em suas dimensões políticas, jurídicas e ideológicas, formando seus aspectos superestruturais.

Deste modo, os elementos da estrutura e da superestrutura são momentos da análise da forma concreta da produção material da vida que se unem em uma síntese dialética para a formação da categoria modo de produção como o concreto pensado, síntese destas múltiplas determinações. Este processo – análise-síntese – no entanto se realiza de forma contínua, a cada momento em que se deseja compreender novos aspectos da forma com que produz a vida material na história.

Györg Lukács, ao tratar a questão da democracia a partir de uma perspectiva inserida no marxismo (LUKÁCS, [1968] 2008) reforça esta percepção histórica, materialista e totalizante da análise dos fenômenos concretos, inclusive nas chamadas formas superestruturais, tal como a democracia ou a ideologia

“que toda formação econômica, de um ponto de vista ontológico, é algo dotado de uma legalidade necessária e, ao mesmo tempo, de um ser-precisamente-assim histórico; portanto, de acordo com seu ser social, formas superestruturais – como, em nosso caso, a democracia – só podem ser constituídas do mesmo modo. Por isso, busco aqui tratar a democracia (ou melhor, a democratização, dado que, também, neste caso segundo uma abordagem ontológica, trata-se sobretudo de um processo e não de uma situação estática) de um ponto de vista histórico, como concreta força política ordenadora daquela particular formação econômica sobre cujo terreno ela nasce, opera, torna-se problemática e desaparece. A desistoricização, aqui, como alhures, cria sempre fetiches, avaliados positiva ou negativamente, que não esclarecem, mas ao contrário, obscurecem e confundem os processos sociais concretos (e as leis que os regem).” (LUKÁCS, 1968 [2008], p. 85)

Para Marx, “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” (MARX, [1859] 2008, p. 45). Nestas curtas frases, Marx apresenta elementos fundamentais de sua perspectiva materialista. Afirma que os elementos materiais condicionam a existência humana em seus múltiplos aspectos e que a compreensão da realidade é condicionada pelos elementos concretos desta realidade, e não fruto somente da abstração humana. Logo, a formulação de pensamento

realizada pelos seres humanos tem em sua essência a historicidade, não pode ser compreendida sem estar associada à materialidade.

“O que estava em jogo era a historicidade da produção em geral, e, em particular, da produção científica: o fato de que toda construção teórica tem como ponto de partida de sua análise a realidade, e, além disso, somente se desenvolve dentro das possibilidades dadas por esta realidade objetiva.” (*ibid.*, p. 20)

Em *A ideologia alemã* ([1845-46] 2007) Marx & Engels apresentam que a relação entre a produção das ideias e seu movimento está diretamente relacionada com a atividade material e com as relações sociais, afirmando que a realidade material é o que condiciona o pensamento, ainda que o pensamento depois de ser externado possa vir a aparecer como condicionante da realidade. A relação entre pensamento e materialidade se dá a partir da materialidade, e não do pensamento. “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.” (MARX & ENGELS, [1845-46] 2007 p. 94).

O pensamento é, portanto, resultado da realidade e não o ponto de partida para a mesma⁴. Esta noção é central para o materialismo histórico e para usarmos o materialismo histórico na compreensão da história do pensamento econômico. A HPE só pode ser compreendida com a análise e compreensão da realidade e sua historicidade.

Como apresenta Ellen Wood, compreende-se como percepção materialista da realidade como uma compreensão histórica desta:

“Uma compreensão materialista do mundo é então uma compreensão da atividade social e das relações sociais por meio das quais os seres humanos interagem com a natureza ao produzir as condições de vida; e é uma compreensão histórica que reconhece que os produtos da atividade social, as formas de interação social produzidas por seres humanos, tornam-se elas próprias forças materiais, como o são as naturalmente dadas.” (WOOD, [1995] 2013, p. 32)

Apresentado o materialismo histórico, cabe agora apresentar, de forma sintética, alguns elementos gerais característicos da dialética⁵, apresentada por Georg Wilhelm Friedrich Hegel e desenvolvida por Marx⁶.

⁴ Para maiores reflexões sobre esta questão, ver a *Introdução* feita por Florestan Fernandes (1946) à publicação brasileira de 1946 do livro *Contribuição à crítica da economia política* de Karl Marx ([1857] 2008).

⁵ Ver MALTA e CASTELO (2012), NETTO (2011a) e IASI (2007).

⁶ “Marx trata de unificar em seu método o pressuposto materialista de Feuerbach e a lógica dialética de Hegel (*cf.* Sampaio & Frederico, [2006] 2009). Ou, melhor dizendo, trata de executar uma superação dialética em relação à filosofia clássica alemã, alcançando uma síntese que ao mesmo tempo conserva, nega e eleva a outro patamar qualitativo seus elementos constitutivos.” (BORJA, 2013, p. 18-19)

Como expõem Malta & Castelo (2012, p. 90) a dialética busca o movimento próprio do objeto sob análise, não sendo possível a compreensão deste objeto sem a compreensão de seu movimento. O objeto “era, é e tende a ser”, realizando um movimento contínuo. Este movimento depende da contradição, e a contradição se faz presente em todos objetos, assim, cada forma é uma “união de contrários”, uma “identidade de contrários”, o que “torna o movimento permanente, pois cada forma trás em si o germe de sua superação, a sua contradição”. O movimento, gerado pelas contradições, leva a um ponto de ruptura no qual ocorre “um salto de qualidade”, surgindo assim uma nova forma, que supera a anterior, mas também carrega em si alguns de seus elementos. Além disto, esta nova forma também se constitui em parte do germe que gerará a sua superação, ou seja, sua negação. Nesta lógica, o concreto surge no pensamento como uma síntese, sendo o resultado e não somente ponto de partida (ainda que seja o ponto de partida da intuição e da representação do concreto), é assim, o “concreto pensado”.

Neste método, a análise e a síntese estão unificadas, portanto, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto, agora compreendido (por meio do pensamento). Nas palavras de Marx em sua famosa *Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política* ([1857] 2008):

“O último método é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (...) as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento.” (MARX, [1857] 2008, p. 256-257)

Györg Lukács também reforça esta concepção histórica e totalizante da análise dos fenômenos concretos ao afirmar que o ser constitui uma indivisível unidade dialética:

“Na teoria dos clássicos do marxismo, o ser-precisamente-assim dos fenômenos histórico-sociais e as leis que os regem, formuláveis em termos universais, não constituem nunca antíteses metodológicas, mas, ao contrário, formam uma indivisível unidade dialética. O ser-precisamente-assim é, antes de mais nada, uma categoria histórico-social, ou seja, o modo necessário pelo qual se apresenta o jogo contraditório das forças socioeconômicas que operam em determinado momento no interior de um complexo social situado num estágio específico de seu desenvolvimento histórico.” (LUKÁCS, [2008] 1968, p. 84)

A forma de apreensão da realidade concreta é um elemento primordial para a compreensão do método. Aloisio Teixeira em seu artigo “*Marx e a Economia Política: a*

crítica como conceito” destaca que “O elemento essencial do método adotado por Marx reside, portanto, na abstração, ou seja, na capacidade de distinguir os elementos essenciais do fenômeno analisado” (TEIXEIRA, 2000, p. 101).

Ou seja, a maneira como o sujeito observa a realidade e apreende desta observação os elementos a serem abstraídos é um determinante fundamental do processo de compreensão da realidade. Nesta questão, a diferenciação do que é essencial ou não é relevante. Marx, ao contrário dos economistas clássicos que construíam suas análises de maneira que “a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas” (MARX, [1857] 2008, p. 257), parte das “determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento” (*ibid.*). O concreto se manifesta no pensamento, portanto, como reflexo da união entre a análise e a síntese. Conforme destacam Malta & Castelo (2012, p. 91), o movimento consiste do

“concreto a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos as mais simples determinações. Ao chegarmos a este ponto teríamos que fazer a viagem de volta até chegarmos ao concreto, agora não mais como uma representação caótica do todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas. Neste caso, o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, uma unidade do diverso.”

Em síntese, para Marx, teoria consiste no movimento do objeto transposto para a mente do pensador (NETTO, 2011a, p. 21).

Segundo José Paulo Netto, o conhecimento teórico consiste em “*o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador” (NETTO, 2011a, p. 20, *itálicos originais do autor.*).

Esta origem do conhecimento na existência concreta de seu objeto levanta uma questão importante, e que muitas vezes leva à confusão no processo de construção da abstração teórica⁷. O método utilizado por determinado teórico implica em uma determinada perspectiva, e esta posição, esta perspectiva, pode ser extremamente relevante, afinal, é a partir dela que o observador analisa a realidade e extrai dela suas múltiplas determinações. (*ibid.*, p. 53) A posição do observador influencia, inclusive, a sua compreensão do que é essencial na existência do objeto a ser analisado. É importante destacar que a existência do

⁷ “Ora, não é apenas como crítica metafísica hegeliana que o pensamento de Marx se erige. É também por oposição ao método clássico de produção de conhecimento que ele se afirma. É portanto importante examinar contra que precisamente se contrapõe a dialética marxista.” (TOLIPAN, 1982b, p. 2)

objeto determina a sua essência. É fundamental que o observador consiga diferenciar o que é a aparência do objeto do que consiste a sua essência. O método de pesquisa que Marx propôs é aquele que parte da aparência do objeto buscando a sua essência. Conforme destaca José Paulo Netto,

“Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a *reproduz* no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador *reproduz*, no plano ideal, a essência do objeto que investigou.” (NETTO, 2011, p. 22, *itálicos originais do autor*)

Esta questão da distinção entre aparência e essência é muito importante dentro do debate acerca da história do pensamento econômico. Para muitos autores, como José Paulo Netto e Aloisio Teixeira, um dos principais erros da economia política clássica britânica foi, na concepção de Marx, não diferenciar o que seria de fato a essência e a aparência de seus objetos de análise.

“Marx não se cansa de repetir que ‘toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas’ (Marx, 1894, p. 939). E, mais uma vez: ‘todas as ciências, exceto a economia política, reconhecem que as coisas apresentam uma aparência oposta à sua essência’ (Marx, 1867, p. 620). Ou: ‘o economista burguês cujo cérebro limitado não sabe distinguir entre a forma aparente e o que nela se oculta’ (id., p.662).” (TEIXEIRA, 2000, p. 100)

Compreender os elementos da essência e da aparência dos fenômenos permite melhor compreender os próprios fenômenos. Na perspectiva dialética, isto significa compreender o objeto analisado como um todo, com todas suas contradições, movimentos e processualidades. E esta seria a maneira de melhor analisar a realidade e seus fenômenos. Logo, uma melhor forma de realizar análises teóricas, inclusive no campo da economia.

1.1.2 A percepção da história do pensamento como objeto do método da controvérsia.

O estudo da história do pensamento através do materialismo histórico e da dialética abre espaço para percebê-la como construída por diversas controvérsias, suscitadas a partir da realidade concreta nos diferentes momentos históricos e constituídas por diferentes formulações de pensamento que visem dar conta de analisar e sintetizar estas realidades concretas. Do ponto de vista apresentado nesta tese, as controvérsias são elementos fundamentais para a organização dos debates no campo da história do pensamento. E esta

percepção da organização da história do pensamento econômico tem em Marx sua principal referência. Além disto, nesta seção busca-se expor como compreender a HPE a partir deste método implica na utilização da crítica como chave de leitura da HPE e que a sistematização da HPE a partir das controvérsias permite expor os elementos da aparência e da essência da história do pensamento, revelando os movimentos de disputa e ruptura que fazem parte da construção da HPE.

A dialética do pensamento de Marx leva à interpretação de que a determinação a que se refere é um condicionamento da vida social, política e intelectual a partir das relações sociais de produção e do grau de desenvolvimento das forças produtivas. Esse condicionamento se dá de maneira dialética e não linear-unidirecional. A partir disto, pode-se afirmar que os elementos econômicos, políticos, sociais, culturais, intelectuais e históricos devem ser articulados no processo de compreensão do fenômeno observado e analisado, cabendo sempre levar em conta a articulação dialética entre os elementos econômicos (materiais e imateriais) da estrutura e os elementos da superestrutura. Aloisio Teixeira (2011) traz uma contribuição relevante para a pesquisa e análise apresentadas nesta tese: “Economia, política, antropologia e sobretudo a história – dos fatos e das idéias – são ângulos específicos e partes organicamente constitutivas da crítica da economia política, e não instrumentos mecanicamente justapostos.” (TEIXEIRA, 2011, p. 331, *sic.*)

Neste mesmo movimento de interpretação da questão, Lapa (1980) argumenta que o enfoque se volta “ora para as relações sociais de produção, ora para a trama das forças produtivas, percorrendo as etapas de produção, distribuição, circulação e consumo do seu sistema de produção” (LAPA, 1980, p. 14). É importante destacar que neste movimento analítico de construção do materialismo dialético como método de análise está presente a noção de pensar o conjunto que engloba a estrutura econômica de uma determinada sociedade e seus elementos superestruturais de maneira indissociável, totalizante. Ou seja, diferentemente da visão tradicional em história do pensamento econômico que separa os elementos tidos como puramente teóricos e econômicos dos elementos tidos como ideológicos, políticos e sociais – tal como na visão de HPE de Schumpeter que será apresentada mais adiante neste capítulo – compreende-se aqui o objeto da economia como um todo que não tem em si somente os elementos puramente econômicos – questionando

inclusive a possibilidade de existência destes elementos puros⁸ – mas também os elementos políticos, ideológicos, sociais e históricos. Conforme Dobb ([1973] 1977) destaca, Marx ao enfatizar a importância da incorporação de questões ligadas à visão social de mundo, questões, portanto, ligadas ao campo da ideologia, segue, um caminho diferente do tradicionalmente abordado.

Aqui cabe ainda uma observação sobre a questão da ideologia e a consciência dos sujeitos que formulam o pensamento. Ainda que o objeto possua uma existência objetiva, verificável no processo de prática social e histórica, que independe da consciência do observador, o processo do conhecimento teórico não pode ser compreendido isoladamente da realidade do observador e tão pouco na existência real do observador – que é contextualizada historicamente. Sua análise estará eivada de suas experiências, visões de mundo, como também da práxis e da política, mesmo que não tenha clareza desta influência.

É possível perceber ao longo da produção teórica de Marx e também na construção de seu método de estudo muitos dos principais elementos de sua análise em história do pensamento econômico. O processo de construção e formulação das ideias de Marx é um processo indissociável do seu estudo dos pensadores de sua época e seus predecessores. “*Teorias da Mais-Valia*” seria “por excelência, uma história crítica do pensamento econômico” (SANT’ANNA, 1980, p. 9) podendo ser considerada, portanto, a principal obra que revela a abordagem de Marx para a HPE.

Trabalhar a história do pensamento a partir de uma perspectiva dialética implica a percepção da crítica como uma chave de leitura. Como destacam Paula & Cerqueira (2014) Marx, seguindo o caminho aberto por Hegel, trata a crítica não como o que normalmente entende-se por crítica, isto é, como comentário a um objeto apreendido de maneira externa e superficial, mas sim aborda a crítica como “uma operação de apropriação, de supressão, em que se preservam do objeto seus conteúdos emancipatórios, ao mesmo tempo que se descarta o que, no objeto, está perfeitamente morto” (p. 15).

⁸ Um amplo debate em HPE e metodologia econômica é sobre a possível dissociação positivista entre o que John Neville Keynes (1891) chamou de “ciência positiva” e posteriormente Milton Friedman (1953) chamou de “economia pura” – isto é, os elementos positivos, tidos como puramente teóricos e analíticos e sem a influência de fatores tidos como fora da economia, como os políticos, sociais e ideológicos – dos elementos que Keynes chamou de “economia política” e Friedman chamou de “economia normativa” – o que poderia ser entendido como a instância na qual os elementos políticos e ideológicos teriam espaço e influência no campo da economia e versariam sobre as questões ligadas ao dever ser da economia e da sociedade, tal como a orientação das políticas econômicas, e que, portanto, não teria o mesmo grau de cientificidade que a chamada “economia positiva” ou “ciência pura”.

Paula & Cerqueira (*ibid.*, p. 15-16) também pontuam que para a elaboração da crítica da economia política Marx destacava a importância da diferenciação entre o método de investigação e o método de exposição, sendo o método de investigação anterior ao método de exposição, em um movimento em que associa os elementos da dialética e do materialismo histórico. Como método de investigação compreende o processo de apreensão do conceito, revelação (desvelamento) de seu funcionamento, estrutura e dinâmica do real, ou seja, compreensão do objeto a ser analisado em sua essência e sua aparência, como um todo. Com este processo de investigação realizado, a exposição consiste na ordenação dos conceitos, no sequenciamento das formas necessárias de aparição do objeto, que devem ocorrer de maneira dialética e materialista, isto é, “à passagem do simples ao complexo, da totalidade simples à totalidade complexa, do abstrato ao concreto, movimento que ‘não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado’ (Marx, 1974, p. 123)” (p. 15). Os autores concluem que para Marx, a exposição é “a totalização do conceito apreendido e reproduzido pelo pensamento que abre caminho para uma segunda operação fundamental – a apropriação crítica do conjunto do pensamento sobre o objeto em questão, a economia política” (p. 15-16). A crítica é, portanto, para Marx um passo fundamental da apresentação de seu argumento e no que concerne à história do pensamento econômico, parte fundamental de sua compreensão do objeto da economia política.

A abordagem realizada por Marx no campo da história do pensamento econômico pode ser compreendida no âmbito crítico, diferenciando-se fortemente do que é entendido na visão tradicional da HPE. De acordo com Ricardo Tolipan (1982a), a visão tradicional da HPE a enxerga como “curiosidade de eruditos”, relato conclusivo de “erros passados”, sendo considerada, até mesmo, “um apêndice incômodo que precisa ser neutralizado”.

“A divulgação acadêmica da História do Pensamento Econômico é, quando não simplesmente evitada, reduzida à celebração póstuma do gênio, isto é, à descrição eclética e pontificante das circunstâncias que acompanham e ‘explicam’ o surgimento das idéias; seu relato histórico. Isto tem uma curiosa consequência prática: o relato enciclopédico da origem das idéias exige, como qualidade fundamental de quem o pratica, a erudição. Ora, esta é também fruto de um processo que ‘toma tempo’, daí ser o economista-velho, o professor ideal para esta cadeira. Ele teve tempo para a erudição, nada mais natural que se ‘especialize’ no passado. Além disto, sua erudição é um ‘algo mais’ inessencial que pode agora ser aproveitado enquanto tal. O economista jovem não tem este direito, pois a vida intelectual ativa deve estar dedicada não à ruminância do passado, mas à confecção animada de algum detalhe futuro na base segura das especializações presentes. E apenas

ao final (mito retrospectivo) de uma vida produtiva que se ganha o direito ao ‘relato histórico’.” (TOLIPAN, 1988, p. 22, *sic.*)

Tolipan (1988) destaca também que a visão tradicional da HPE acaba relegando-a à posição secundária no campo teórico, sendo, inclusive, considerada tarefa exclusiva de “relato histórico” de professores (e teóricos) mais velhos, tornando, dessa forma, impossível a realização de formulações originais e expressivas neste campo, o que seria um outro grande equívoco da visão tradicional.

“O fundamental é que se exclui a possibilidade, seja no economista novo ou no velho, de uma atividade produtiva no âmbito da História do Pensamento: este é outro engano da visão oficial. A História do Pensamento não deve ser a câmara mortuária em que se incensa o mito finalista da Ciência. Ao contrário, deve ser o estímulo acadêmico à imaginação teórica e à crítica irônica do dogma e deve para isto analisar o modo de construção da ciência. Isto é produtivo, obriga a pensar o que foi pensado; como viu Montaigne, no mundo das idéias o novo raras vezes é mais que um comentário atual do velho.” (*ibid.*, p. 23)

Esta percepção mais tradicional da HPE a trata como “um elemento irremediável de curiosidade sobre o passado, (que) poderia ser desvencilhada por inteiro da teoria econômica” (ARIDA, 2003, p. 16). Como ARIDA (2003) destaca, é possível associar esta perspectiva da HPE com a noção – tomada das chamadas ciências exatas – de fronteira do conhecimento, na qual a história do pensamento não tem importância para a formação do conhecimento no campo teórico em questão, já que as contribuições teóricas relevantes realizadas no passado já se encontram incorporadas no estado da arte contemporâneo do conhecimento e as demais, que não foram incorporadas, são consideradas obsoletas.

“A familiaridade com a noção de fronteira vem das ciências exatas. O aprendizado da física, por exemplo, não requer o acesso à sua história. O estudante encontra o passado através dos nomes dos pesquisadores homenageados por descobertas; mas à parte essas homenagens sentimentais, de grande peso na visão de mundo do cientista, o passado não desempenha nenhum papel. A história não precisa ser revisitada, pois as contribuições de relevo (construções verdadeiras ou conjecturais em aberto) já estão incorporadas ao estado atual da ciência. O resto consistiria em concepções errôneas e superadas que poderiam ser ignoradas sem grande perda do ponto de vista do avanço ulterior da ciência.” (*ibid.*, p. 16)

(...)

“Norteadas pela noção de fronteira do conhecimento, a história do pensamento econômico afirma-se como pura história das idéias. E como tal adquire um formato específico. Se todas as contribuições positivas do passado encontram-se assimiladas ao estado presente da teoria, a historiografia do pensamento econômico reduz-se a um inventário de erros e antecipações. Erros quando a doutrina que se presumia verdadeira no passado discrepa

daquela que integra o estado atual da teoria; antecipações quando prefigura a fronteira. Mudanças na teoria afetam a avaliação do passado nesse processo de iluminação e retrospectiva; reescreve-se a história do pensamento econômico, como inúmeras vezes se observou, a cada geração.” (*ibid.*, p. 17)

Como destacado por MALTA *et al.* (2011, p. 32), esta visão tradicional parte da noção de que há uma linha teórica contínua em economia que tem na contemporaneidade o seu maior grau evolutivo, no qual há uma acumulação progressiva do conhecimento, que marca o forte caráter evolutivo nesta percepção, que caracteriza o movimento da história do pensamento como um movimento linear, no qual as controvérsias são resolvidas por absorção hegemônica das ideias vencedoras, garantindo que não há rupturas em seu desenvolvimento. Joseph Schumpeter pode ser considerado o maior expoente desta percepção evolutiva da história do pensamento econômico, como pode ser observado nesta passagem de sua maior obra sobre a história do pensamento, *História da Análise Econômica* “O trabalho da geração presente, pelo que penso, preserva do que foi executado pela geração precedente tudo quanto é ainda suscetível de uso. Conceito, métodos e resultados que não permanecerem por este modo, presumivelmente não terão grande interesse.” (SCHUMPETER, [1954] 1964, p.24)

Já a análise da HPE a partir do ponto de vista crítico considera que “o estudo da História do Pensamento seria uma análise de como uma ciência produz seu futuro – de como evolui sua fronteira – ao invés de uma descrição de seu passado.” (Tolipan, 1988, p. 4).

Conforme Malta e Castelo (2012, p. 98) concluem em seu artigo “*Marx e a história do pensamento econômico: um debate sobre método e ideologia*”

“Nesse sentido, a proposta de leitura da história do pensamento econômico por Marx é parte essencial de sua construção crítica. Estudar a forma de apreensão da realidade capitalista expressa pelos cientistas sociais de sua época era o caminho de acesso à compreensão histórica dos problemas de sua época. Sem abrir mão de ser um homem do seu tempo, Marx introduz a contradição no pensamento dominante com que se confrontara e constrói uma síntese única que se expressa em sua forma de interpretação das relações sociais vigentes.”

A abordagem de Marx para a história do pensamento econômico pode ser considerada uma obra exemplar desta análise crítica, visto que Marx formula suas conclusões e interpretações acerca da economia e sociedade capitalista a partir de seu estudo da HPE desenvolvido até então, buscando ir além da simples compreensão da formulação das análises dos demais teóricos a partir, somente, de sua lógica interna, mas também buscou compreender o processo de formulação destas teorias, de forma a identificar seus limites – fazendo, posteriormente, a crítica – e levando em consideração os ambientes sociais específicos nos

quais foram formuladas, o contexto que levaram seus autores a desenvolvê-las, isto é, considerando a visão social de mundo⁹ originária dos autores para formulação de suas interpretações da sociedade capitalista e de seus fenômenos.

O método de HPE a partir de Marx compreende a história do pensamento como um processo no qual a formulação da história do pensamento implica a formulação teórica e vice-versa. Como afirmado anteriormente, o processo da crítica em Marx é um processo de apropriação, de suprassunção do objeto em questão, no qual há preservação de alguns dos elementos do objeto e simultâneo descarte de outros elementos, construindo assim uma nova análise sobre o objeto, na qual há preservação e inovação. Ao trabalhar a história do pensamento econômico, Marx o faz de maneira a partir desta análise incorporar criticamente alguns elementos da economia política, superando-os, apresentando sua crítica a estes e formulando sua visão teórica a respeito do objeto da economia política.

“Ao escrever seus textos de ‘história crítica’, de ‘história das doutrinas’, Marx estava realizando parte essencial de seu projeto teórico. Para se realizar integralmente, a crítica da economia política tinha que ser também um ajuste de contas, em toda a linha, com o essencial do melhor da tradição da economia política burguesa a partir do ponto arquimediano, que Marx estava convencido de ter desenvolvido, e que lhe permitiu, sem sonegar o valor dos vários grandes economistas que lhe antecederam, superar o campo da economia política por suas estruturais e insuperáveis limitações metodológicas, teóricas e ideológicas.” (PAULA & CERQUEIRA, 2014, p. 18)

Neste sentido, Isaak Rubin ([1929] 2014) – autor que é fortemente influenciado pela percepção de história do pensamento econômico apresentada por Marx e que ele próprio desenvolve um trabalho de HPE nesta perspectiva, *História do pensamento econômico* ([1929] 2014) – afirma que o estudo do desenvolvimento da HPE é um meio de compreender a economia política teórica¹⁰.

A visão crítica da história do pensamento econômico o sistematiza a partir do confronto destas diferentes formulações que podem vir a ser formadas a partir dos elementos que se manifestam na realidade, constituindo assim, as *controvérsias*. O materialismo

⁹ Existe um amplo e polêmico debate em torno da questão da ideologia, em especial dentro do campo marxista. Para não fugir do escopo desta tese, será utilizado o termo “visão social de mundo” para abordar as questões referentes ao campo da ideologia. Como “visão social de mundo” segue-se a definição de Michael Löwy (1985, p. 13) que a compreende como “todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, de um ponto de vista social, de classes sociais determinadas.”

¹⁰ “O estudo da história do pensamento econômico tem imensa importância histórica e teórica. Como ciência, está intimamente ligado, de um lado, à história do desenvolvimento econômico e à luta de classes; de outro, à economia política teórica.” (RUBIN, [1929] 2014, p. 29)

histórico e a dialética implicam na percepção das disputas políticas e das diferentes visões de mundo por trás das posturas teóricas que se contrapõem em cada controvérsia específica. Suscitadas a partir de uma problemática concreta em seu contexto histórico particular, as controvérsias, no seu desenvolvimento, permitem captar a historicidade e a processualidade de determinado pensamento. Isto é, considera-se o processo histórico de formação do pensamento expresso na obra do autor, com suas fontes, suas inflexões e suas sínteses próprias ao longo do tempo – sem tomá-lo como algo fechado e acabado, impassível de mudança. Do nosso ponto de vista, as controvérsias são elementos fundamentais para a organização dos debates no campo da história do pensamento.

Esta abordagem tem como questão fundamental a compreensão do pensamento econômico como um objeto no qual a análise da realidade histórica e a visão de mundo sobre a qual esta análise é feita são indissociáveis, afinal, a teoria econômica é permeada de elementos ideológicos.

“De um ponto de vista histórico, as doutrinas e ideias econômicas podem ser incluídas entre as mais importantes e influentes formas de ideologia. Como em outras formas de ideologia, a evolução das ideias econômicas depende diretamente da evolução das formas econômicas e da luta de classes. As ideias econômicas não nascem no vácuo. Frequentemente, surgem diretamente da agitação dos conflitos sociais, do campo de batalha entre diferentes classes sociais. Nessas circunstâncias, os economistas agiram como escudeiros dessas classes, fornecendo-lhes as armas ideológicas necessárias para a defesa dos interesses de grupos sociais particulares – muitas vezes deixando de se preocupar com o desenvolvimento de sua própria obra e de dar a ela uma fundamentação teórica mais aprofundada.” (RUBIN, [1929] 2014, p. 29)

Tratar a HPE a partir desta perspectiva permite compreender as contradições, disputas e rupturas teóricas e metodológicas que estão na essência da história do pensamento. Dar espaço para a percepção da existência de elementos ideológicos, históricos e políticos na formulação teórica permite compreender a teoria em seu todo e com isto, perceber os movimentos de ruptura e disputa que há na trajetória da história do pensamento. A visão tradicional de HPE ao colocá-la como uma via única de formulação do pensamento invisibiliza estes elementos que são constituintes do pensamento e de sua trajetória.

A partir da perspectiva crítica compreende-se que a construção da HPE seria, portanto, um processo de compreensão das formas de apreensão da realidade econômica estruturada em cada tempo histórico específico, substancialmente influenciada e determinada pelos valores sociais desta época específica. Desta forma, a presença dos elementos históricos, sociais,

políticos e ideológicos não pode ser ignorada no processo de formulação teórica em economia. Realizar estudos em história do pensamento econômico significa compreender as diversas interpretações e formulações econômicas de acordo com seu tempo histórico, seus elementos ideológicos e seus valores.

A análise da HPE precisa compreender o pensamento em sua totalidade, “como um sistema, uma totalidade orgânica de conceitos e proposições interconectados logicamente” (*ibid*; p. 30), analisando “a conexão entre a teoria econômica (...) e sua visão de mundo global, especialmente sua filosofia social (isto é, suas visões sobre a natureza da sociedade, da economia e do Estado)” (*ibid*; p. 30) e também analisar e revelar “a conexão lógica que une as diferentes partes do sistema, ou, reciprocamente, identificar aqueles pontos em que tal conexão não existe e o sistema contém contradições lógicas” (*ibid*; p. 30).

E esta tarefa é complexa, já que o objeto da história do pensamento econômico é um objeto complexo no qual os elementos teóricos e históricos se mesclam continuamente, e a realidade histórica na qual o pensamento é formulado é marcada pelas contradições.

“O que torna particularmente difícil um tratamento da história do pensamento econômico é esta natureza dual de nossa tarefa: a necessidade de fornecer ao leitor, a um só tempo, uma exposição, tanto das condições *históricas* a partir das quais as diferentes doutrinas econômicas surgiram e se desenvolveram, quanto de seu *significado teórico*, isto é, da relação lógica interna entre as ideias.” (*ibid*; p. 30)

(...)

“O leitor só poderá compreender corretamente esse processo se seu próprio pensamento se mover paralelamente à exposição histórica, procedendo a uma análise crítica e superando os problemas e contradições que confrontaram os economistas no curso da história. Para conduzir com sucesso essa análise crítica, não há outro recurso senão se voltar à economia política teórica.” (*ibid*; p. 33)

Neste sentido, as controvérsias adquirem centralidade na sistematização da história do pensamento. Tomando como referência o movimento histórico, percebe-se que análises diferentes podem ser formuladas sobre o mesmo objeto, estas diferentes análises são organizadas a partir de elementos ideológicos, políticos, teóricos e sociais específicos, suscitando assim controvérsias em torno do objeto. Estas controvérsias, como BORJA (2003) afirma, são “Suscitadas a partir de uma problemática concreta em seu contexto histórico particular, as controvérsias, no seu desenvolvimento, permitem captar a historicidade e a processualidade de determinado pensamento.” (p. 26) A história do pensamento econômico

pode, portanto, ser contada como a história das controvérsias¹¹ sob as quais florescem as contribuições científicas marcadas pela história e pela política¹², sendo o processo de construção desta história do pensamento continuamente marcado por rupturas e disputas teóricas.

As abordagens críticas em HPE, tal como a realizada a partir das controvérsias, tem como elemento central a noção de ruptura teórica (MALTA *et al.*, 2011, p. 32-33; MALTA, 2005), afinal, diferentes formulações teóricas com diferentes aparatos metodológicos constituem a história do pensamento.

“Esta noção levanta o fato de que o pensamento econômico se desenvolve sob a disputa de diferentes visões de mundo, que se descortinam em concepções analíticas diversas sobre o funcionamento da economia. Há na HPE rupturas brutais entre os métodos de análise teórica que se sucedem no tempo. Tais rupturas não implicam qualquer superação em termos lógicos. Para além da identificação da ruptura no desenvolvimento da teoria econômica, a contribuição da HPE crítica está, fundamentalmente, em desmistificar a ideia de que a história do pensamento seria essencialmente uma avenida de mão única, partindo de conceitos primitivos para chegar a conceitos mais sofisticados. Ao contrário, o que se estabelece é que a HPE seria uma história de controvérsias sob as quais florescem as contribuições científicas marcadas pela história e pela política (Nunes e Bianchi, 1999).” (MALTA *et al.*, 2011, p. 32-33)

Abordar a história do pensamento econômico a partir das controvérsias permite explicitar a multiplicidade e heterogeneidade de concepções teóricas e metodológicas que existem no campo do conhecimento da economia, fazendo com que as análises formuladas a partir desta abordagem deixem evidente os elementos processuais e históricos do conhecimento, destacando a indissociabilidade entre teoria, contexto social e história.

1.2 A história do pensamento econômico brasileiro em controvérsia

1.2.1 A história do pensamento econômico brasileiro

11 Esta visão representa uma posição muito diferente da apresentada pela visão mais tradicional e difundida neste campo, que estabelece a história do pensamento econômico como um processo contínuo, linear e evolutivo, no qual o pensamento contemporâneo seria a expressão mais desenvolvida do pensamento desenvolvido até então. Para maiores desenvolvimentos acerca das diferenças entre a visão tradicional da história do pensamento econômico e seu debate crítico, ver Malta (2005).

12 A respeito da formulação deste método em história do pensamento econômico, ver Malta *et alli* (2011).

Tradicionalmente, quando se aborda a história do pensamento econômico, a noção que permeia o imaginário popular dos economistas tem como ideia de história do pensamento aquela vinculada à visão que Schumpeter apresenta em seu livro “*História da Análise Econômica*” ([1954] 1964), no qual Schumpeter separa a história das ideias no campo da economia em três níveis: a *história do pensamento econômico*, que seria o que geralmente se refere como *sensu comum*, isto é, tudo que se afirma sobre economia em determinada conjuntura histórica, em determinada sociedade, ou seja, todas as opiniões e afirmações associadas a temáticas econômicas, proferidas por qualquer sujeito desta determinada comunidade, cabendo neste bojo as opiniões representadas na mídia, nas discussões cotidianas, nos mais variados espaços, por exemplo; em um nível de profundidade mais alto, estaria a chamada *história dos sistemas de economia política*, que exprimiria os conjuntos de políticas econômicas, nas palavras do autor, “amplo conjunto de políticas econômicas que os autores sustentam tendo por fundamento determinados princípios unificadores (normativos), como os princípios do liberalismo econômico, do socialismo etc” (SCHUMPETER, [1954] 1964, p. 64); e, finalmente, o nível mais alto da história das ideias econômicas, a chamada, *história da análise econômica*, que expressaria o que de fato, na concepção de Schumpeter, seria o mais relevante das ideias econômicas, a evolução do instrumental analítico – leia-se, modelos econômicos – de referência para a teoria econômica.

Existem algumas questões a serem problematizadas acerca desta visão tradicional da história do pensamento, no sentido do que foi apresentado na seção anterior, como a separação positivista¹³ entre ciência/teoria, história e ideologia¹⁴, a noção de que a teoria é “um produto definitivo, livre de intervenções metafísicas, preocupações normativas ou juízos de valor” (SILVA, 2013, p. 52). Afirma-se que não haveria uma significativa história do pensamento econômico brasileiro, por não haver um significativo desenvolvimento de teorias e/ou modelos econômicos aqui no Brasil. Amadeo (1989) ao comentar o tratamento e o espaço dado no Brasil às formulações teóricas de autores de grande importância para a teoria econômica, “como Ricardo, Marx, Marshall, Keynes, Kalecki e Steindl” (p. 8), espaço muito maior que na academia dos países do centro, afirma que a produção na área de teoria

¹³ Em um raciocínio muito próximo ao feito por Milton Friedman no ano anterior, quando advoga a separação entre economia positiva e economia normativa (FRIEDMAN, 1953). Raciocínio este altamente difundido na percepção do que é economia, estando presente em significativa parcela dos livros texto e das aulas de economia ao redor do mundo.

¹⁴ No mesmo sentido que Schumpeter já havia afirmado em um artigo anterior sobre ideologia e ciência. (SCHUMPETER, 1949).

econômica no Brasil não é rica, sendo pouco desenvolvida e objeto não prioritário da agenda de pesquisa dos economistas,

“por causa das dificuldades de financiamento de pesquisas e, principalmente, da premência dos debates em torno de questões quotidianas sobre a economia brasileira, os pesquisadores (com raras exceções) dedicam-se à teoria econômica e à história do pensamento à noite e nos finais de semana” (AMADEO, 1989, p. 8)

Neste mesmo sentido, Bielschowsky (1988) ao apresentar os objetivos e metodologia para seu trabalho sobre a história do pensamento econômico brasileiro entre os anos de 1930 e 1964, afirma que neste período, com exceção da contribuição cepalina, não houve produção analítica relevante no campo da economia, não havendo espaço para a sistematização da história da análise econômica no Brasil no período, nos marcos do sugerido por Schumpeter.

“Não há, no caso do período abordado, muito sentido em se fazer uma história da produção analítica brasileira no campo da ciência econômica. Essa produção, além de escassa, foi, no essencial, um simples desdobramento da única produção analítica latino-americana de monta do período, ou seja, a obra da Cepal, já amplamente avaliada.” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 6)

Ou seja, por esta perspectiva não haveria uma legítima história da análise econômica brasileira e, assim, não seria tão relevante discutir no âmbito da história do pensamento econômico a história do pensamento econômico brasileiro.

Esta conclusão, a partir da perspectiva reivindicada nesta tese, é problemática. Primeiro, por tratar a história das ideias econômicas a partir desta separação entre os diferentes níveis que compõe as formulações econômicas, neste movimento positivista que tenta construir a formulação teórica como algo neutro, esvaziado de seu caráter histórico e da visão de mundo a partir da qual é formulada, tal como problematiza Dobb no seguinte trecho:

“Para sermos breves diremos que a distinção que Schumpeter tentou estabelecer entre economia como análise pura e como visão do processo econômico, em que entram inevitavelmente tendências e matizes ideológicos, não pode ser sustentada, a menos que a primeira se limite à estrutura formal, unicamente de afirmação econômica, e não à teoria econômica como afirmação substancial sobre as relações reais da sociedade econômica; visto que na formulação desta última, e no próprio ato de julgamento do seu grau de realismo, não pode deixar de entrar a intuição histórica, a perspectiva e a visão social.” (DOBB, 1977 [1973], p. 52)

E tal como é afirmado nesta tese, esta não é a única perspectiva possível para abordar a história do pensamento econômico e, tão pouco, é a perspectiva de HPE aqui advogada.

Uma outra questão problemática desse tipo de raciocínio é seu caráter eurocêntrico¹⁵ – ou até mesmo *anglo-saxão-centrício*. Revelando um posicionamento que coloca o que é desenvolvido teoricamente aqui subsumido ao pensamento dos grandes centros, não havendo grandes inovações ou contribuições ao pensamento econômico oriundas de espaços periféricos e dependentes – como a sociedade brasileira – locais onde se reproduziria o conhecimento e o instrumental analítico do centro, cabendo a criatividade das formulações aqui desenvolvidas se restringirem ao âmbito das análises e formulações conjunturais – a chamada *história do pensamento econômico* de Schumpeter – e ao âmbito das análises e formulações normativas das políticas econômicas – *história dos sistemas de economia política* de Schumpeter. Isto é, adaptando os modelos teóricos formulados no centro às questões específicas da sociedade brasileira.

Esta perspectiva é alvo de crítica nesta tese.

Ainda que seja possível problematizar o processo de organização e difusão de espaços de formação e pesquisa em economia no Brasil, mais notadamente os institutos de pesquisa e as universidades – a universidade, em geral, difundiu-se no Brasil a partir dos anos 1920, 1930, os cursos de graduação em economia passam a ganhar maior dimensão no eixo sudeste-sul a partir dos anos 1940¹⁶ e os cursos de pós-graduação em economia são instituídos a partir dos anos 1960 e 1970 – isso não significa que os debates sobre as questões econômicas, inclusive as questões teóricas, dos instrumentos analíticos, não fossem desenvolvidas. Espera-se nesta tese apresentar como as formulações relevantes para a história do pensamento econômico brasileiro são formuladas por sujeitos oriundos das mais variadas áreas de formação e atuação e também apresentar como o desenvolvimento do conhecimento está sempre condicionado pelas circunstâncias históricas¹⁷ que permeiam os sujeitos e, portanto, toda formulação teórica/analítica não pode ser plenamente compreendida se dissociada do contexto no qual é formulada. Assim, existem especificidades que permeiam as formulações teóricas feitas aqui no Brasil, na Inglaterra, nos Estados Unidos ou em Ruanda. É necessário analisar os diferentes graus de abstração e de generalidade das formulações teóricas, no entanto, tendo cuidado para não dissociá-las da realidade concreta que as origina.

Mais precisamente, se pegarmos a noção de *estilos nacionais de economia política* apresentada por Paula, Cerqueira & Albuquerque (2007) – visão que tem sintonia com a

¹⁵ Para ver elementos críticos sobre o eurocentrismo presente nas análises do pensamento, ver PRADO (2015).

¹⁶ Ver LOUREIRO (1997).

¹⁷ Incluindo aqui elementos sociais, ideológicos, políticos, culturais, etc.

perspectiva de história do pensamento econômico nesta tese apresentada – é possível afirmar que a HPE precisa ser compreendida como sendo fruto do processo histórico de determinadas sociedades específicas. “Isto é, que a economia política, em que pese suas especificidades no referente a objetos-conceitos-métodos, é tributária da cultura, da fisionomia político-cultural de uma época e de uma região.” (p. 357). As circunstâncias históricas e culturais nas quais as teorias são formuladas são elementos relevantes para a compreensão destas teorias.

“Assume-se aqui que o pensamento econômico, em que pese certa autonomia discursiva, certas exigências metodológico-conceituais, reflete o seu tempo e o seu lugar, expressa-se segundo estilos, metáforas, referências, interesses que transcendem o específico da análise econômica. Trata-se, assim, de entender o pensamento econômico, como, em alguma medida, refletindo o contexto nacional, as circunstâncias históricas que o ensejaram. De tal modo que é isto que explicaria a existência de estilos, de certos cacoetes definidores das diversas escolas nacionais de pensamento econômico, que dizem respeito tanto à forma quanto ao conteúdo de suas respectivas elaborações teóricas.” (PAULA, CERQUEIRA & ALBUQUERQUE, 2007, p. 358)

Ainda que existam traços gerais que possam caracterizar as economias capitalistas como um todo, as diferentes economias possuem diferentes processos de desenvolvimento capitalista e a formulação teórica realizada nestes espaços carrega forte influência destas especificidades locais.

“No essencial, vai se sustentar aqui que a pesquisa sobre a gênese e características dos “estilos nacionais de economia política” possibilita tanto compreender a especificidade da reflexão sobre economia, quanto vislumbrar a complexa trama de determinantes presentes na relação entre o conhecimento e a sociedade que o gera.” (*ibid.*, p. 358).

Logo, podemos abordar a história do pensamento econômico a partir das formulações teóricas desenvolvidas nos diferentes espaços nacionais, ou seja, a partir dos diferentes estilos nacionais de economia política.

Neste sentido, há uma história do pensamento econômico brasileiro. Há formulações teóricas nos mais diferentes níveis de análise e de abstração que se encarregam de compreender e explicar os processos econômicos. Se for considerada a noção de economia política apresentada nesta tese, análises focadas na formação social como um todo deveriam servir de norteador para o pensamento econômico brasileiro, afinal, pensar os elementos da estrutura econômica, das relações sociais de produção e das forças produtivas não pode ser feito de forma dissociada dos elementos políticos, sociais e culturais.

E não somente isso, é necessário ressaltar que não só há formulações de conteúdo teórico e analítico que originam uma história do pensamento, como também há formulações sistematizadas desta história do pensamento.

Existem três¹⁸ trabalhos de referência para a sistematização da história do pensamento econômico brasileiro: a tese de doutorado de Ricardo Bielschowsky, que foi publicada como livro em 1988 – *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo* –; a tese também de doutorado de Guido Mantega, que foi publicada como livro em 1984 – *A economia política brasileira* –; e mais recentemente o livro *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro* (2011) resultado de um esforço coletivo de pesquisa sob a coordenação de Maria Malta. Os dois primeiros trabalhos abordam o pensamento econômico brasileiro até a década de 1960. Já o terceiro trabalho visa analisar o pensamento econômico brasileiro entre os anos 1964 e 1989. Os três trabalhos trazem como elemento central organizador do pensamento econômico brasileiro a questão do desenvolvimento, ainda que apresentem esta questão de maneiras diferentes¹⁹.

O trabalho coletivo realizado pelos pesquisadores do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA) no livro *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro* (2011) parte de um diálogo crítico com os dois outros principais trabalhos de sistematização, mais ampla e articulada, da história do pensamento econômico brasileiro. Trabalhos que buscaram inclusive afirmar a mesma hipótese que aqui é trabalhada, que existe, de fato, uma história do pensamento econômico brasileiro e que este é um objeto de análise de grande importância, “configurando um projeto de recuperação do pensamento econômico nacional” (MALTA *et al.*, 2011, p. 23).

“Nestas obras, o projeto de sistematização de uma HPEB aparece pela primeira vez como um objeto tratado com profundidade, usando cortes analíticos teoricamente fundamentados. Diferentemente do que fazem os

¹⁸ Existem diversos trabalhos que buscam apresentar o pensamento econômico brasileiro, tais como, SZMRECSÁNYI & COELHO (2007); BIDERMAN, COZAC & REGO (1995); MANTEGA & REGO (1999); LOUREIRO (1997); LIMA (1976) e inúmeros trabalhos que apresentam o pensamento de autores específicos, mas estes trabalhos não se propõem sistematizar a história do pensamento econômico, apresentando uma sugestão de método e sistematização da história do pensamento econômico, tal como os três trabalhos citados no corpo do texto fazem.

¹⁹ “Ambos os autores, dessa forma, construíram seus projetos de pesquisa indicando que a grande contribuição brasileira à HPE está nas questões relativas ao desenvolvimento econômico periférico, sob as quais se deram a criação da noção de dualidade estrutural e o debate sobre o conceito de subdesenvolvimento. Sendo assim, o Brasil se insere no debate econômico internacional com um pensamento eivado de cor local, trazendo ideias originais para a discussão sobre a dinâmica capitalista. Neste sentido, acreditamos que estudar a HPEB é enfrentar a questão do desenvolvimento econômico, com suas determinações históricas específicas do subdesenvolvimento periférico.” (MALTA *et al.*, 2011, p. 27)

trabalhos temáticos, os autores referidos preparam sua pesquisa para desvendar a estrutura da HPEB e encontram em seu cerne a questão do desenvolvimento. Embora partam de matrizes teóricas diferentes, Bielschowsky e Mantega constroem suas histórias do pensamento econômico brasileiro convergindo em um ponto principal: identificar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como organizadores do pensamento e do debate econômico no país.” (MALTA *et al.*, 2011, p. 26)

Como o coletivo de pesquisadores do LEMA afirma, desde então, não havia sido desenvolvida uma pesquisa unificada sob um mesmo método que tenha gerado trabalhos de sistematização da história do pensamento econômico brasileiro. O participípio é aqui usado porque é possível identificar na pesquisa desenvolvida²⁰ pelos membros do LEMA uma proposta de sistematização da HPEB a partir de um método específico – o método das controvérsias. Sendo, inclusive, esta tese um produto deste esforço coletivo. Mais adiante nesta tese será retomada a questão do método das controvérsias como sistematizador da HPEB, antes disso, faz-se necessário apresentar sinteticamente os diferentes métodos utilizados por Ricardo Bielschowsky e Guido Mantega.

Guido Mantega (1984) analisa o pensamento econômico brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, destacando três principais correntes de pensamento, que segundo o autor, permitiram a construção de três modelos analíticos que são eixos estruturais de sua chamada “árvore genealógica da economia política brasileira” (p. 22) – ver figura 1 –, a saber, o modelo de substituição de importações; o modelo democrático-burguês; e o modelo de subdesenvolvimento capitalista²¹. Todos estes modelos, para Mantega, se organizaram em torno de propostas de projetos de desenvolvimento para o país e agrupariam os trabalhos dos principais autores do campo da economia da época. Para Mantega, a partir da publicação de *Formação Econômica do Brasil* (1959) de Celso Furtado é possível falar em uma Economia

²⁰ “Nossa hipótese se relaciona com a ideia de que o tema do desenvolvimento é o organizador do pensamento e do debate econômico no país (BIELSCHOWSKY, 1988 e MANTEGA, 1984). Tomando a questão do desenvolvimento como ponto de partida, propomos, neste trabalho, uma abordagem da HPEB produzida entre 1964 e 1989 que busque recuperar os nexos de formação da própria ciência no país e de sua relação com a prática econômica.” (MALTA *et al.*, 2011, p. 24)

²¹ “Em síntese, o exame do pensamento econômico brasileiro do período em questão revelou o predomínio de três correntes de pensamento que permitiram construir três modelos analíticos. O primeiro, que chamei de Modelo de Substituição de Importações, oriundo das obras de Celso Furtado, Ignácio Rangel e Maria da Conceição Tavares, e herdeiro em sucessão direta das idéias da CEPAL e dos desenvolvimentistas históricos, como Raul Prebisch, Ragnar Nurkse, H. W. Singer, Gunnar Myrdal e outros menos conhecidos; o segundo, que chamei de Modelo Democrático-Burguês, elaborado principalmente pelos teóricos do Partido Comunista Brasileiro e sistematizado por Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, fortemente inspirado na análise da Rússia czarista feita por Lenin em 1905 e na sua proposta de revolução democrático-burguesa, retomada nas teses da III Internacional para os países atrasados; o terceiro, que denominei de Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista, originário dos trabalhos de André Gunder Frank, Caio Prado Jr. e Rui Mauro Marini, baseados nas idéias da vertente marxista norte-americana, cujos expoentes são Paul Baran e Paul Sweezy, e sofrendo uma certa influência da Teoria da Revolução Permanente de Trotski e das teses da IV Internacional.” (MANTEGA, 1984, p. 20)

Política Brasileira, momento no qual o “pensamento econômico brasileiro passa a ter uma produção de maior fôlego, quando os trabalhos se tornam mais abrangentes, sistemáticos e profundos, conforme se verifica a partir da década de 50.” (MANTEGA, 1984, p. 19). A Economia Política Brasileira “seria resultado de um embate ideológico entre duas frentes principais que defendiam interesses político-econômicos antagônicos do ponto de vista dos projetos para nossa economia” (MALTA *et al.*, 2011, p. 30). Considerados por Mantega fora do campo da economia política, tinha-se os autores associados ao *status quo* da época, que possuíam raízes teóricas neoclássicas e liberais, mas que por conta da peculiaridade da economia subdesenvolvida brasileira, inseriam em suas análises elementos pró-intervenção do Estado, gerando assim o que Mantega chamou de modelo de desenvolvimento brasileiro.

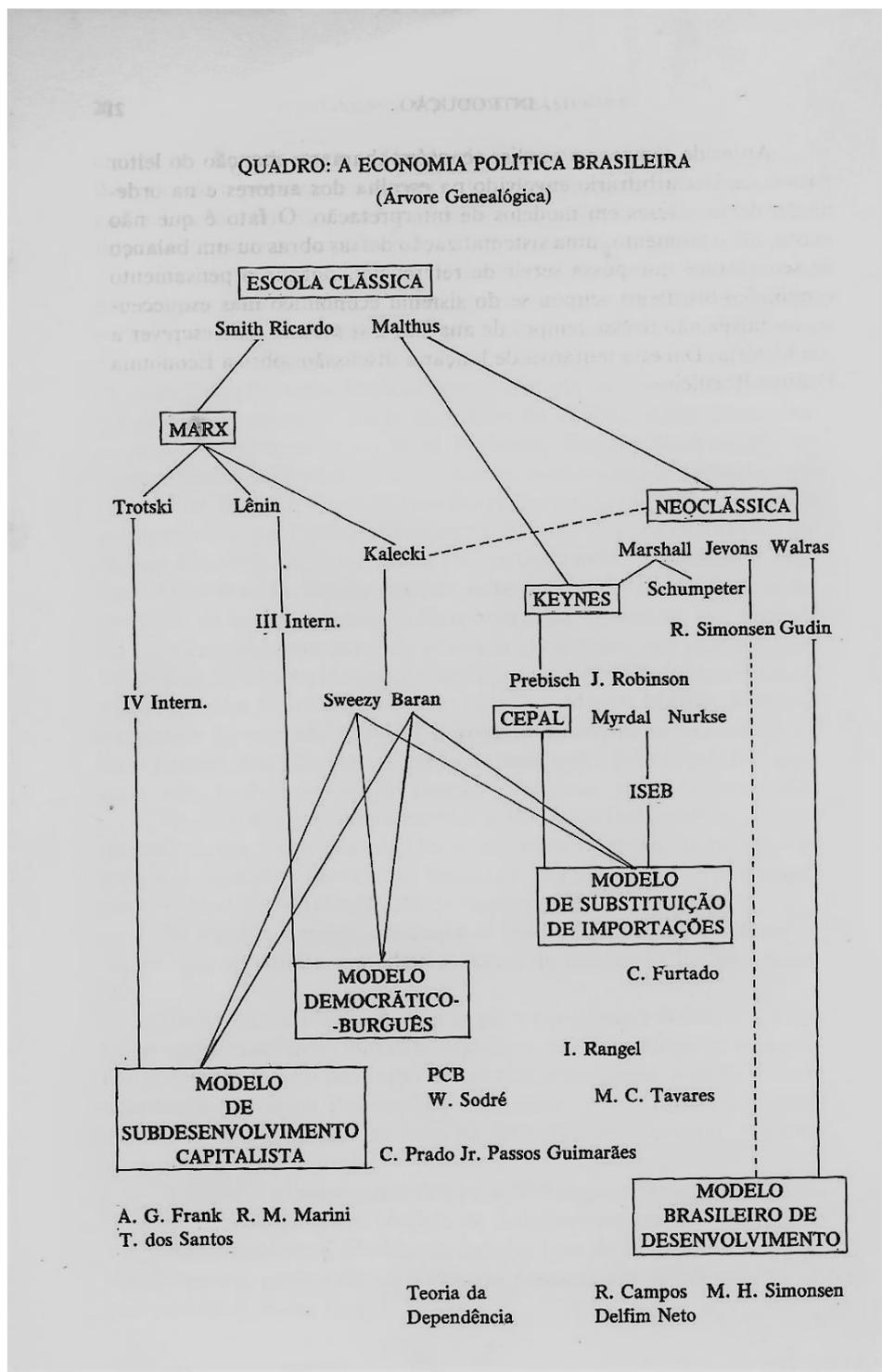


Figura 1: A “árvore genealógica da economia política brasileira”

(Fonte: MANTEGA, 1984, p. 22)

Sua sistematização da história do pensamento econômico brasileiro partia de aportes marxistas e foi realizada, segundo o autor, com base nestes mecanismos citados abaixo:

“Assim, pretendo analisar, neste trabalho, a consolidação do pensamento econômico brasileiro, caracterizando a formação dos primeiros modelos analíticos, suas origens teóricas, suas principais fontes de inspiração e, sobretudo, suas hipóteses básicas e proposições fundamentais. Cada modelo foi alvo de uma apreciação crítica, em primeiro lugar, do ponto de vista de sua coerência interna; em segundo lugar, quanto ao seu poder explicativo e sua correspondência aos fatos; e, finalmente, do ângulo de uma visão alternativa do processo de desenvolvimento capitalista, que não se encontra totalmente explícita, mas apenas subentendida e disseminada ao longo do trabalho, para não desviar a análise do seu objetivo principal de reproduzir com fidelidade o pensamento econômico brasileiro da época. Trata-se, portanto, da reconstituição crítica das trajetórias teóricas das principais obras e pensadores, e de sua ordenação em correntes analíticas afins, que vão formar, no meu entender, uma Economia Política Brasileira.”

“Para interpretar a economia brasileira, os analistas lançaram mão de várias concepções sobre a articulação dos sistemas econômicos, sobre sua dinâmica de funcionamento, ou sobre suas leis fundamentais e possibilidades de transformação, desembocando em diagnósticos diferentes, quando não conflitantes, sobre a mesma realidade. Coube aqui explicitar essas concepções embutidas nas análises concretas, ordená-las em sistemas teóricos e agrupá-las de acordo com sua proximidade e complementaridade, de modo a formar os modelos analíticos e as correntes de pensamento em questão.” (MANTEGA, 1984, p. 18-19)

No entanto, como destaca BORJA (2013, p. 29), esta primeira sistematização de maior fôlego da história do pensamento econômico brasileiro organizada a partir de um único referencial teórico apresenta falhas consideráveis:

(i) Mantega não apresenta considerações mais aprofundadas sobre a questão metodológica, não explicita com mais detalhes que os aqui citados como base de referência para os *modelos*, tão pouco para a sistematização da *árvore genealógica da economia política brasileira* – “salta aos olhos a ausência de qualquer referencial metodológico para o mapeamento da HPEB e seus supostos modelos” (BORJA, 2013, p. 29);

(ii) Mantega também não discorre muito sobre os critérios por trás de sua periodização e da seleção dos autores que aborda. Se limitando a afirmar que é a partir da obra de Celso Furtado no final dos anos 1950 (1959) que é possível identificar o início de uma economia política brasileira, que seria fruto do confronto ideológico entre os liberais agraristas e os desenvolvimentistas industrialistas, como também da influência da tradição marxista, em especial a organizada a partir do Partido Comunista do Brasil (PCB), e dos desenvolvimentistas cepalinos. Desta combinação (desenvolvimentistas industrialistas, marxistas e desenvolvimentistas cepalinos) resultaria a *economia política brasileira* (o lado não neoclássico do debate sobre desenvolvimentismo no Brasil nos anos 1950 e 1960), que

daria espaço nos anos 1960 aos três modelos de pensamento para o desenvolvimento brasileiro: modelo de substituição de importações; modelo democrático-burguês e modelo do subdesenvolvimento capitalista. Do lado de fora da *economia política brasileira*, a partir da matriz liberal (neoclássica), se desenvolveria o modelo de desenvolvimento brasileiro. E, isolada, sem ser devidamente encaixada nas categorias de sua árvore genealógica, Mantega coloca a teoria da dependência.

Em síntese, Mantega não apresenta um referencial metodológico claro para seu trabalho, apenas enumera os passos que tomou para construção de sua análise. Além disto, é importante destacar que Mantega não apresenta um critério claro para a escolha dos autores abordados, havendo arbitrariedade nesta escolha, elemento que o próprio admite:

“Antes de começar a análise, convém chamar a atenção do leitor para o caráter arbitrário envolvido na escolha dos autores e na ordenação de suas teses em modelos de interpretação. O fato é que não existe, até o momento, uma sistematização dessas obras ou um balanço de seu alcance que possa servir de referencial, porque o pensamento econômico brasileiro ocupou-se do sistema econômico mas esqueceu-se, ou talvez não tivesse tempo, de analisar a si mesmo e de escrever a sua história. (*ibid.*, p.21)”

A respeito da questão da confusão em torno dos critérios de sistematização dos autores e seus *modelos*, boas ponderações foram levantadas por Malta *et al.*, 2011:

“Propõe, então, que os modelos analíticos do desenvolvimento brasileiro fossem o critério de recorte de nossas “escolas” de pensamento, nas quais, conseqüentemente, o conjunto das propostas de política para o desenvolvimento é o principal norte. O efeito desta escolha sobre o trabalho de Mantega é que o autor não identifica adequadamente as matrizes analíticas de seus “modelos” de economia política como fruto e reflexo de visões de mundo diferenciadas entre os autores.” (p. 31)

Já Ricardo Bielschowsky (1988) analisa o período entre 1930 e 1964, justificando esta periodização por ser o período de estabelecimento do sistema industrial no país²² e toma como conceito-chave para organizar e dar unidade ao pensamento brasileiro o

²² “As décadas de 30, 40 e 50 são o período básico de implementação do sistema industrial brasileiro. Nessa época ocorreu uma rápida e profunda divisão do trabalho nacional, através de um processo que introduziu e disseminou, em parcela significativa do sistema produtivo em transformação, o progresso técnico mundial, até então praticamente confinado aos limites do comércio exterior do país.

“A preferência natural dos historiadores por períodos em que se processam ‘saltos qualitativos’ e o fato de o conhecimento daquelas décadas ser crucial para entender a complexa sociedade brasileira de fins do século XX têm atraído para essa fase a atenção de bom número de historiadores, que se têm dedicado aos mais variados aspectos da formação econômica, política e social do Brasil.” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 5)

“desenvolvimentismo”²³. Sua sistematização do pensamento econômico brasileiro realizada a em torno deste marco conceitual se dá a partir de cinco principais correntes de pensamento no período, a saber, o neoliberalismo; o desenvolvimentismo do setor público “não nacionalista”, o desenvolvimentismo do setor público “nacionalista” e a corrente socialista. O autor também analisa a obra de Ignácio Rangel, mas o faz de maneira isolada por considerar que não seria possível encaixar Rangel em alguma destas correntes. Além disto, o autor, a partir da noção de “ciclo ideológico do desenvolvimentismo” propõe uma periodização para sua sistematização, tendo como baliza o movimento real da economia brasileira. São os períodos: 1930-1945 – as origens do desenvolvimentismo; 1945-1955 – o amadurecimento do desenvolvimentismo (subdividido em três subperíodos: 1945-1947, 1948- 1952 e 1953-1955); e 1956-1964 – o auge e a crise do desenvolvimentismo (também subdividido 1956-1960 e 1961-1964).

É importante destacar que, diferentemente de Mantega, Bielschoswky deixa explícito seu referencial metodológico. O autor afirma tomar como referência a formulação de Schumpeter para a história do pensamento econômico. Como apresentado anteriormente, Schumpeter ([1954] 1964) faz uma separação entre a história da análise econômica – que seria o que há de fundamental para a história da teoria econômica, livre de elementos ideológicos e outros desvios –; a história do pensamento econômico – que seria a soma de todas opiniões e desejos, sem distinções referentes, a assuntos econômicos, especialmente relativos à política governamental, que correm pelo espírito público em determinado tempo e espaço –; e a história dos sistemas de economia política – que seria a sequencia temporal dos diferentes conjuntos de políticas econômicas defendidas pelos autores, sob princípios normativos unificadores. Partindo da noção de que o “ciclo ideológico” do desenvolvimentismo é um princípio normativo unificador que organiza o pensamento econômico brasileiro e tendo como noção que o pensamento econômico brasileiro no período analisado não se deu nos meios acadêmicos, mas sim nas discussões no âmbito político sobre o processo de industrialização brasileira, Bielschowsky afirma que o melhor caminho para

²³ “Entendemos por desenvolvimentismo, neste trabalho, a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente. (*ibid.*, p.7)

organizar o pensamento econômico brasileiro no período é a partir do que Schumpeter chamou de história do pensamento econômico.

“O caminho afirmado por Bielschowsky para construção de sua análise da história do pensamento econômico brasileiro é, porém, diferente daquele de Schumpeter. Apesar de aceitar a separação analítica do economista austríaco em seu trabalho sobre a história da teoria econômica, o autor de *Pensamento econômico brasileiro* reconhece que a história dos sistemas de economia política, e não a história da análise econômica, é o caminho mais frutífero para construir sua obra. Agrega, porém, duas considerações: (i) parte do seu trabalho é organizar a história do pensamento econômico, no sentido que Schumpeter dá à expressão, pois boa parte da produção do período não possui compromissos acadêmicos; (ii) toda reflexão econômica contém uma dimensão analítica, mesmo que esta não seja o foco principal, e seu interesse está relacionado com a necessidade de sistematizar os argumentos aplicados ao processo econômico.” (MALTA *et al.*, 2011, p. 28-29)

É possível afirmar que Bielschowsky ainda que tenha como referência Schumpeter não segue exatamente o que o este propõe. Segundo a análise proposta por BORJA (2013), Bielschowsky mesmo negando a existência de uma história da análise econômica no Brasil no período, realiza uma junção do que Schumpeter chamou de história dos sistemas de economia política e de história do pensamento econômico, e ao fazer esta junção, “acaba por abandonar os critérios schumpeterianos, afirmando ser impossível pensar a história do pensamento econômico ou dos sistemas de economia política sem os sistemas analíticos de referência” (p. 30).

Por fim, o trabalho realizado por Malta *et al.* (2011) e que serve de inspiração para o método apresentado nesta tese se propõe a dar continuidade aos trabalhos de Mantega e Bielschowsky, ao abordar o período subsequente (1964-1989) a partir de uma outra proposta de leitura teórica, as controvérsias como elemento sistematizador da história do pensamento econômico brasileiro²⁴.

Esta proposta de leitura tem como referência a obra de Karl Marx, em especial, *Teorias da mais-valia* ([1905] 1980) e as contribuições de Rubin ([1929] 2014) e Dobb ([1973] 1977), ou seja, se organiza a partir das noções de materialismo histórico e dialética

²⁴ “A união dos esforços de pesquisa de Bielschowsky (1988) e Mantega (1984) nos capacita delinear um mapa dos principais debates em torno da questão do desenvolvimento econômico entre 1930 e 1970, ainda que suas abordagens sejam distintas do ponto de vista metodológico. O esforço de pesquisa de Bielschowsky é inestimável e, ainda que tenha como referência a história dos sistemas de economia política, é um levantamento extenso de todo o material produzido que expressava o pensamento econômico brasileiro entre 1930 e 1964. Nossa proposta, então, é dar continuidade a tais trabalhos, buscando, ao mesmo tempo, seguir adiante no estudo da HPEB e propor uma leitura teórica que tome, de maneira crítica, as referências das abordagens daqueles autores.” (MALTA *et al.*, 2011, p. 27-28)

que foram apresentadas anteriormente nesta tese. Partindo da noção oposta à de Schumpeter – que separa a análise teórica da ideologia – os autores afirmam não ser possível fazer tal separação. A proposta de sistematização da HPEB feita pelos autores é que esta seja feita “em nível teórico-analítico, histórico e político de maneira integrada.” (MALTA *et al.*, 2011, p. 35).

Sob esta perspectiva, é impossível dissociar ideologia, política, história, economia e análise teórica “por serem umbilicalmente conectados, precisam ser articulados simultaneamente na definição dos conceitos e da periodização necessários para se construir o recorte de estudo da história do pensamento econômico.” (*ibid.*, p. 51) A relevância fundamental dos processos históricos para o desenvolvimento do pensamento e, neste sentido, o contexto social, a visão de mundo dos autores, os referenciais teóricos destes, fazem com que a formulação do pensamento esteja impregnada de elementos que não podem ser encaixados no que Schumpeter quis identificar como a teoria pura. Analisar a HPE significa discutir estes elementos – ideologia, política, história, economia e análise teórica – de maneira indissociável, totalizante.

“Em nossa visão, o método mais eficaz para se pesquisar a história do pensamento econômico combina o estudo do período histórico de referência com um estudo da teoria econômica elaborada até então, de modo a compreender a produção intelectual resultante destas influências. Esta perspectiva, emprestada de Rubin ([1929] 1989), tem como princípio o materialismo histórico, em contraponto com o idealismo hegeliano sob o qual seria possível existirem ideias provenientes de um “espírito absoluto”, sem a necessidade de uma base material que as originasse. As ideias de uma época são a expressão intelectual das relações sociais vigentes com todas as contradições e as influências herdadas da história, cuja dinâmica é dada fundamentalmente pela luta de classes.” (*ibid.*, p. 34)

Este é o sentido geral da proposta de método para a história do pensamento econômico. As controvérsias neste método tem centralidade na organização do pensamento econômico por permitirem captar o movimento e a historicidade do pensamento. As controvérsias são suscitadas pelas questões da realidade material e por conta destas diferentes questões ideológicas, teóricas, sociais e políticas, a realidade material pode ser analisada de diferentes formas, sendo a sistematização da HPE marcada pelas rupturas, discontinuidades e disputas teóricas.

No caso específico do artigo citado, a proposta de sistematização da história do pensamento econômico brasileiro no período 1964-1989 apresenta como eixo central para as controvérsias do período a questão do desenvolvimento. “a questão do desenvolvimento

povoou o pensamento da imensa maioria dos economistas do Brasil e que a maior parte dos debates do período em estudo tem como referência fundamental um projeto de desenvolvimento para o país.” (*ibid*, p. 35). Os diferentes projetos de desenvolvimento em disputa, com suas diferentes orientações e formulações teóricas, diferentes referenciais analíticos e diferentes projetos políticos é o cenário no qual as controvérsias se estabelecem. É em torno desta questão que as principais controvérsias econômicas elencadas se organizam, a saber, o debate sobre a tendência à estagnação; a controvérsia sobre a distribuição de renda; a controvérsia sobre a revolução brasileira; a controvérsia sobre as causas da inflação, entre outras.

Este trabalho é retomado não tanto por conta dos pormenores das controvérsias analisadas no livro do qual faz parte, ou por conta das especificidades do período analisado. Mas sim por se considerar que este caminho das controvérsias para a história do pensamento econômico brasileiro pode ser utilizado de maneira mais ampla, em outros períodos da HPEB.

Por conta da forte marca da historicidade e da processualidade nesta abordagem, é possível pensar a sistematização do pensamento econômico brasileiro a partir das controvérsias em diferentes períodos. Por exemplo, pode-se analisar os desdobramentos dos debates sobre o desenvolvimento via industrialização ou pela via agrária entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen nos anos 1940; as questões sobre a caracterização do modo de produção no Brasil que percorreu diversas décadas do século XX; as questões em torno da retomada da questão do desenvolvimento na primeira década do século XXI, se é uma questão de neodesenvolvimentismo, novo-desenvolvimentismo, social-liberalismo entre outras denominações para esta retomada; a controvérsia sobre a inflação brasileira nos anos 1980, etc. Enfim, a questão é que por conta das questões da realidade concreta, nos diferentes períodos históricos surgem controvérsias que se organizam a partir das diferentes análises sobre a realidade e é possível traçar uma história do pensamento econômico a partir das rupturas e disputas que estas controvérsias indicam.

Neste sentido, explorar os debates que permeiam a realidade da formação econômico-social do Brasil, destacando os elementos em que traçam uma interpretação acerca do funcionamento da estrutura econômica e da superestrutura jurídica, política e ideológica do país de forma articulada, amplia nosso objeto de sistematização, quando se fala em história do pensamento econômico brasileiro. Autores que seriam excluídos do campo do pensamento econômico caso utilizássemos a metodologia indicada por Schumpeter ([1954] 1964),

Mantega (1984) ou Bielschowsky (1988), passam a compor o objeto de análise da história do pensamento econômico brasileiro. Destacam-se entre eles aqueles que se convencionou denominar de intérpretes do Brasil.

O que se entende como “*interpretações do Brasil*”, um grupo significativo de contribuições para sistematizar a realidade histórica brasileira, formuladas em especial no final do século XIX e a partir da década de 1930 geralmente é tratado no campo do pensamento social brasileiro. Mas se for utilizada esta perspectiva sobre a história do pensamento econômico brasileiro a partir das controvérsias, eivada pela processualidade e historicidade do pensamento, é possível pensar conexões das *interpretações do Brasil* com a história do pensamento econômico brasileiro.

1.3 – Os sujeitos das controvérsias: economistas ou intérpretes do Brasil?

1.3.1 O conceito de intérprete do Brasil²⁵

O que se entende como *interpretações do Brasil* – um grupo significativo de contribuições formuladas para sistematizar a realidade histórica brasileira, em especial no final do século XIX e a partir da década de 1930 – geralmente é tratado no campo do pensamento social brasileiro, mas dificilmente no campo da história do pensamento econômico brasileiro (HPEB). Reivindica-se nesta tese, a partir do método para a HPEB proposto, o entendimento dos *intérpretes do Brasil* como contribuidores para a história do pensamento econômico brasileiro.

Coutinho ([1988] 2011, p.201) identifica o “mal estar” do final do século XIX e do início do século XX no Brasil, afirmando algo que vale para todo o pensamento radical²⁶ desta época. O autor afirma que mesmo quando trata do passado, aquele pensamento tem sempre em vista a investigação do *presente como história*, o que implica, para ele, uma

²⁵ Nesta seção serão apresentados elementos que são mais aprofundadamente desenvolvidos em outros espaços como nos artigos CURTY, MALTA & BORJA (2015) e CURTY *et al.* (2016).

²⁶ Antonio Candido, em seu artigo “Radicalismos” de 1986, estabelece uma sistematização dos pensadores no Brasil como podendo pertencer a três categorias de acordo com seu posicionamento político-social: conservadores, revolucionários ou radicais. O pensamento radical seria um modo progressista de reagir ao estímulo dos problemas sociais prementes, um pensamento gerado na pequena burguesia e em setores esclarecidos das classes dominantes que se identifica, em parte com os interesses das classes trabalhadoras, mas que se opõe a sua classe apenas até certo ponto. O pensador radical pensaria os problemas e as soluções na escala da nação como um todo, passando por cima do antagonismo entre classes. Ainda assim, Candido afirma que o radical teve por muitas vezes papel transformador no pensamento brasileiro, pois foi capaz de avançar realmente, ou servir de fermento transformador em alguns contextos.

análise dialética da gênese e das perspectivas desse presente. Ainda que poucos autores da época possam reivindicar a dialética como lógica, em muitos casos utilizando métodos autodeclarados como positivistas, não é difícil identificá-la como uma invasão da lógica da história real, objeto do trabalho destes autores, no seu pensamento e formulação. Tratando-se de pensadores marxistas, este uso da análise de cunho dialético adquire tons ainda mais marcantes. Os pensadores identificados por Candido (1986) como *revolucionários* carregam em suas formulações este aspecto radical de fermento transformador marcado pela visão de mundo da classe trabalhadora, conforme poderá ser percebido nos autores que estão envolvidos na controvérsia aqui apresentada.

O campo que ficou conhecido como *interpretações do Brasil* apareceu, conforme destaca RICUPERO (2008, p. 21), no período iniciado com o debate abolicionista e republicano, no final do século XIX, desdobrando-se com o estabelecimento e o desenvolvimento mais amplo da universidade no Brasil, nas décadas de 1920/30. É possível identificar nestes autores a questão da formação do Brasil como uma questão de fundo de seus trabalhos, isto é, preocupavam-se com o debate do estabelecimento de um quadro social nacional mais autônomo que se contraporía à origem colonial do Brasil, marcada por diversos tipos de domínio, como cultural, político e econômico. Geralmente suas obras tratam dos três momentos históricos, *o presente, o passado e o futuro*, isto é, começam com um grande balanço histórico – foco no passado –, analisam como os elementos deste balanço histórico e do processo de formação contribuíram para a construção do Brasil – o presente – e fecham com um programa político sobre como superar os problemas do país – futuro.

O ponto aqui apresentado é que um intérprete do Brasil tem consigo uma missão intelectual, pois busca, através da pesquisa histórica, compreender a realidade presente do país. As interpretações do Brasil se apresentam como um primeiro pensamento propriamente brasileiro autônomo em relação às teorias dos principais centros mundiais, abrindo caminho para um tipo de análise específica que dará destaque, ainda que de formas diferentes, à estrutura produtiva para tentar compreender o Brasil e sua formação. Compreende-se que os autores envolvidos na controvérsia dos modos de produção no Brasil podem ser entendidos, portanto, como intérpretes do Brasil.

Tomando emprestado de Ricupero (2008) a ideia de que a formação seja um tema recorrente em um país com passado colonial e persistente situação de dependência, e se somarmos a noção de que a missão intelectual de um intérprete do Brasil é compreender a

formação da nação em perspectiva histórica, encontramos um típico desafio de cientista social em geral, e de marxistas, em particular²⁷: compreender a realidade para transformá-la. No caso específico da controvérsia aqui enfocada, este desafio é posto em sua completude, pois os autores envolvidos na controvérsia sobre os modos de produção que serão tratados nesta tese se identificam com o campo marxista e realizam suas análises com o objetivo de compreender a realidade brasileira para transformá-la, com diferentes propostas de acordo com suas diferentes interpretações.

A preocupação com o estabelecimento de um quadro social autônomo, que se contrapusesse à situação de subordinação colonial é a chave para um pensamento que coloca no seu centro dinâmico principal o que ocorre internamente no país, como no caso da controvérsia aqui em questão. As interpretações do Brasil são marcadas pela análise das formas estruturais da produção social da vida material, que se expressam em determinadas relações sociais necessárias e independentes de sua vontade e às quais correspondem relações de produção referentes a uma determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas materiais. Ao mesmo tempo um intérprete não poderá deixar de perceber que sobre esta estrutura se levanta uma superestrutura jurídica, política e correspondentes formas da consciência social²⁸ que necessariamente compõem seu objeto. Assim, as tentativas de interpretar o Brasil não conseguirão escapar das artimanhas de seu objeto e acabarão cedendo lugar, aqui e ali, à dialética, ao radicalismo e à crítica.

Paulo Arantes destaca como o tema da formação é questão persistente dos intérpretes do Brasil, estando inclusive presente nos títulos e subtítulos de boa parte das obras consideradas cânones das interpretações do Brasil

“Salvo em casos flagrantes de auto-engano deliberado, todo intelectual brasileiro minimamente atento às singularidades de um quadro social que lhe rouba o fôlego especulativo sabe o quanto pesa a ausência de linhas evolutivas mais ou menos contínuas a que se costuma dar o nome de *formação*. Que se trata de verdadeira obsessão nacional dá testemunho a insistente recorrência do termo nos principais títulos da ensaística de explicação do caso brasileiro: *Formação do Brasil contemporâneo*; *Formação política do Brasil*; *Formação econômica do Brasil*; *Formação do patronato político brasileiro* etc. – sem contar que a mesma palavra emblemática designa igualmente o assunto real dos clássicos que não a trazem enfatizada no título, como *Casa-grande e senzala* e *Raízes do Brasil*. Tamanha proliferação de expressões, títulos e

²⁷ É importante fazer a ressalva que no caso brasileiro a missão intelectual de compreender a realidade para transformá-la a partir de reflexões sobre o processo histórico de formação não foi tomada apenas, e nem mesmo em sua maioria, por autores marxistas.

²⁸ A leitura de Marx (1859) revelará a referência do raciocínio.

subtítulos aparentados não se pode deixar de encarar como a cifra de uma experiência intelectual básica, em linhas gerais mais ou menos a seguinte: na forma de grandes esquemas interpretativos em que se registram tendências reais na sociedade, tendências às voltas, não obstante, com uma espécie de atrofia congênita que teima em abortá-las” (ARANTES, Paulo, 1997, p. 11-12, *itálicos originais do autor*)

Para compreender a nação que aqui se formara ou que poderia vir a se formar era necessário dispor-se a desvendar a realidade brasileira e propor uma explicação para a formação econômico-social que se apresentava dentro das fronteiras do Estado Nacional. A controvérsia sobre os modos de produção no Brasil se insere exatamente neste movimento. A realidade tinha que ser o ponto de partida destes autores e o foi.

Ainda que não tratem da economia de forma explícita – as exceções podem ser Caio Prado Junior e Celso Furtado²⁹ – os chamados intérpretes do Brasil têm nas questões econômicas (estruturais) elementos relevantes de sua análise, afinal, abordar o processo de formação social deve ser tratar este processo como um todo, de forma totalizante, expondo suas características sociais, políticas, culturais, e também econômicos, ou seja, a análise do processo de formação e constituição de suas estruturas produtivas e sociais. É possível, portanto, compreender os intérpretes do Brasil como parte da história do pensamento econômico brasileiro.

1.3.2 Incorporando a contribuição dos *intérpretes do Brasil* para a História do Pensamento Econômico Brasileiro (HPEB)

Se for considerada a noção de economia política apresentada nesta tese, análises focadas na formação social como um todo deveriam servir de norteador para o pensamento econômico brasileiro, afinal, pensar os elementos da estrutura econômica, das relações sociais de produção e das forças produtivas não pode ser feito de forma dissociada dos elementos políticos, sociais e culturais. No entanto, conforme afirmado anteriormente, ao longo do século XX houve um fortalecimento do processo de especialização e fragmentação do

²⁹ Caio Prado Junior por ter sido, nas palavras de Antonio Candido (1967), “o primeiro grande exemplo de interpretação do passado em função das realidades básicas da produção, da distribuição e do consumo” (p. 11), e Celso Furtado, por ter sido o intérprete do Brasil que focou sua análise no processo de formação do Brasil a partir da economia.

conhecimento³⁰. Aloísio Teixeira (2002), afirma que no âmbito do pensamento econômico, como também nos âmbitos do ensino e da prática da economia, esse processo foi ainda mais acentuado, já que os horizontes analíticos da teoria dominante no campo da economia dão maior ênfase às questões da aparência da realidade e esta está “dominada por uma visão pseudocientífica, cujos horizontes analíticos não ultrapassam as noções abstratas de mercado e de competitividade, na suposição de que o economista está sempre diante de sistemas econômicos em forma pura” (p. 57). Neste sentido, Teixeira destaca a necessidade de retomada desta visão mais ampla, totalizante:

“Entre nós, isto tem levado nossos economistas ao abandono sistemático do País como objeto de pesquisa e fonte de curiosidade intelectual. Daí a necessidade imperiosa de se proceder a uma retomada do debate de autores que, embora se constituam em referência obrigatória nos estudos sobre a formação histórica da sociedade brasileira, não encontram espaço, na atual estrutura curricular dos cursos de Economia, para serem lidos, estudados e compreendidos. Nesse momento de ruptura histórica por que passa o País, retomar a discussão a partir das interpretações ‘clássicas’ do Brasil parece-nos indispensável para reencontrarmos nosso rumo.” (TEIXEIRA, 2002, p. 57-58)

Desde a segunda metade do século XX, houve, de fato, uma diminuição do questionamento em torno destas questões. No entanto, alguns autores que podem ser associados com a economia e que partem de um referencial teórico mais crítico e que possuem influências teóricas de diferentes matrizes, tais como marxista, estruturalista/cepalina, keynesiana e kaleckiana, para citar as principais, desenvolveram formulações que podem ser consideradas interpretações do Brasil. Pode-se citar, além dos já abordados anteriormente – Celso Furtado e Caio Prado Jr –, autores como: Nelson Werneck Sodré, Ignácio Rangel, Ruy Mauro Marini, Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, João Manuel Cardoso de Mello, entre outros.

Ainda que não tenham versado explicitamente sobre temas como a constituição do Estado, da formação do povo e de uma nação brasileiros – temas considerados típicos dos intérpretes – estes autores desenvolveram importantes contribuições para o entendimento da formação econômico-social brasileira. E seguindo o afirmado anteriormente a respeito da economia política como chave para pensar uma forma de interpretação do Brasil, estes autores

³⁰ Aqui cabe afirmar que não se está negando que este processo de desenvolvimento da universidade e posteriormente da pós-graduação no Brasil não tenha fomentado avanços expressivos na produção e difusão do conhecimento. No entanto, considera-se necessário expor os elementos limitadores que este processo também desenvolveu.

podem ser considerados intérpretes do Brasil, afinal, a partir das questões do desenvolvimento e da formação econômica, estes autores produziram análises que podem ser vistas como interpretações do Brasil, pois versam sobre os elementos estruturais da produção social da vida material e sua relação condicionante com os elementos ligados à superestrutura política, jurídica e ideológica.

A partir das instigações provocadas pelos diversos autores citados que se debruçaram sobre as questões metodológicas em torno das interpretações do Brasil e suas formas, assim como dos desenvolvimentos da pesquisa em curso em torno da história do pensamento econômico brasileiro e das interpretações do Brasil, se busca expor reflexões sobre possíveis elementos para se analisar as formulações intelectuais em torno do Brasil e suas interpretações.

1.3.3 A controvérsia dos modos de produção no Brasil e seus sujeitos

As controvérsias sempre se inserem em um momento histórico, buscando responder questões postas pela realidade concreta, em especial, em períodos marcados por intensas transformações. Conforme³¹ destaca BORJA (2013, p. 26)

“Os grandes expoentes do pensamento realizam suas obras nos momentos de ruptura histórica das sociedades e tentam dar novo sentido de universalidade a sua produção teórica, reconstituindo, através de um processo de conservação-negação-superção, a universalidade perdida pelo pensamento hegemônico no período anterior.”

O período em que a controvérsia sobre os modos de produção no Brasil³² se gesta, entre os anos 1930 e 1960, revela-se bastante instigador. Neste período o Brasil passou por

³¹ Octávio Ianni também destaca esta questão da associação entre formulações sobre interpretações do Brasil e as rupturas históricas:

“Ele se pensa de forma particularmente sistemática, no contexto de conjunturas críticas ou a partir de dilemas e perspectivas que se criam quando ocorrem rupturas históricas. Nessas ocasiões, a sociedade nacional como um todo, ou em alguns dos seus setores sociais mais atingidos pela ruptura, ou mais interessados nela, logo se põem a analisar o curso dos acontecimentos, suas raízes próximas e remotas, suas tendências prováveis no futuro.” (IANNI, 2000, p. 55)

³² O debate sobre o “modo de produção” passa a ser feito dentro dos marcos do Partido Comunista Brasileiro – à época Partido Comunista do Brasil – (PCB), de círculos universitários e sindicais a partir também dos anos 1920 (Lapa, 1980), no entanto, consideramos aqui os anos 1930 como um marco para a controvérsia porque é a partir deste período que o debate adquire maior relevância e repercussão, e sua configuração torna-se mais complexa, com a proliferação de debates em grupos da esquerda em torno desta questão. A partir dos anos 1970 – em especial entre as décadas de 1970 e 1980 – outras contribuições à controvérsia surgem, em um movimento que podemos chamar de segunda fase da controvérsia, com a contribuição de autores como Jacob Gorender, Ciro

muitas transformações e turbulências, em praticamente todas as esferas da sociedade. Do ponto de vista da organização produtiva e da organização social, destaca-se o processo de industrialização (periférica e dependente) e urbanização da sociedade brasileira, que gerou inúmeras contradições e acirramentos políticos, econômicos e sociais, levando ao questionamento sobre os caminhos do país. No âmbito do pensamento³³, destaca-se o fortalecimento dos debates sobre o nacional desenvolvimentismo, o projeto nacional democrático, as questões sobre o processo de transformação estrutural da sociedade brasileira e os possíveis rumos do país. Conforme afirmado anteriormente, momentos de disjuntivas históricas, nos quais há significativas transformações na realidade, suscitam novas controvérsias e novos movimentos de reflexão analítica que buscam dar conta de explicar o movimento de inflexão e refletir sobre as possibilidades de caminhos para aquela realidade.

Neste contexto, a discussão sobre o processo histórico brasileiro e os modos de produção aqui existentes passa a ganhar centralidade nos círculos comunistas, em especial os ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB)³⁴ – que foi o principal espaço dos debates na esquerda brasileira de meados dos anos 1930 aos anos 1970 (*cf.* MORAES, 2001, p. 25) Antes de avançarmos nos elementos específicos desta discussão, cabe fazer um breve panorama do contexto dos debates comunistas do período³⁵.

Antes da fundação do PCB em 1922 – o PCB foi fundado em 1922, sendo representado no IV Congresso da Internacional Comunista (IC), realizado no mesmo ano em Moscou, e só aceito como membro com plenos direitos da IC, como Seção Brasileira da IC (SBIC), no V Congresso da IC, em 1924, dois anos depois, também em Moscou – o marxismo e os marxistas no Brasil eram presenças raras. As primeiras referências a Marx aparecem no país em 1871 – quando a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) passa a ser conhecida em âmbitos mundiais. Entre este momento e 1922, as referências a Marx eram esparsas, em autores que não seriam caracterizados como marxistas, como Tobias Barreto,

Flamarion Cardoso, Fernando Novais, Antonio Carlos Mazzeo. As contribuições dos autores que destacamos nesta tese são as principais contribuições do cerne do debate e se dão entre os anos 1930 e 1960.

³³ É interessante destacar que no período, há no marxismo internacional um importante debate sobre a *transição do feudalismo para o capitalismo*, envolvendo autores como Maurice Dobb (1963 [1977]; 1977a; 1977b); Paul Sweezy (1977), H. Kohachiro Takahashi (1977), Rodney Hilton (1977), Christopher Hill (1977), Eric Hobsbawm (1964; 1975), entre outros. Ainda que tenham questões específicas diferentes, não se pode negar que este debate internacional gerou alguma ressonância no debate brasileiro.

³⁴ Entre a sua fundação – 1922 – e o ano de 1968 o atual Partido Comunista Brasileiro chamou-se Partido Comunista do Brasil, no entanto, ao longo de todo tempo manteve a mesma sigla PCB.

³⁵ A respeito do movimento comunista no Brasil e o PCB, ver: CARONE (1962; 1970; 1975); KONDER (1988 [2009]); MATTOS (2009; 2015); MORAES (1995); MORAES FILHO (1991); PEREIRA (1962); PINHEIRO (1977; 1991); REIS (2000); VIANNA (2007); VINHAS (1982); ZAIDAN (1985; 1991).

Rui Barbosa, Clóvis Bevilacqua, Silvio Romero e Machado de Assis, por exemplo. E mesmo nos autores que tinham alguma aproximação com o materialismo histórico, como Euclides da Cunha e Evaristo de Moraes, as reflexões sobre o marxismo não eram muito significativas (*cf.* KONDER, [1988] 2009; RICUPERO, 2011). Antes de 1922 há no país alguns intelectuais identificados com o socialismo, como Silvério Fontes e Antonio Piccarollo (italiano), cujas análises, no entanto, obtiveram pouco alcance.

Em síntese, antes da fundação do PCB é difícil fazer referência enfática à presença de marxistas no país – “o relativo desconhecimento de Marx e Engels entre nós permite-nos afirmar que no Brasil não existem discípulos seus até a década de 1920, mas unicamente alguns leitores” (CARONE *apud* RICUPERO, 2011, p. 74).

O movimento operário no país no início do século XX era marcado pelo predomínio absoluto dos anarquistas. O apogeu do movimento operário se deu entre 1917 e 1920, quando foram realizadas inúmeras greves³⁶ no país – o maior número de greves na história do movimento operário brasileiro até o fim da II Guerra Mundial. Após 1920 há um refluxo neste movimento e os militantes anarquistas tentam fazer o balanço do processo, buscando compreender os motivos para o fracasso do movimento. Um grupo de anarquistas – entre eles o alfaiate espanhol Manuel Cendón – encontram na experiência da Revolução Russa e da organização do partido bolchevique um exemplo para a organização do movimento no país. Neste movimento de fortalecimento do comunismo na esquerda do país há a fundação do PCB.

Na década de 1920, o PCB, bem como as principais lideranças comunistas da época, assimilou as caracterizações e estratégias políticas aprovadas pela Internacional Comunista (IC)³⁷ para a estratégia revolucionária mundial e, em especial, para os países latino-americanos. Em 1920, a IC aprovou as teses de Lênin sobre as questões colonial e nacional dos países considerados fora do “mundo desenvolvido”, caracterizando-os pela predominância de instituições feudais no meio rural e com a necessária tarefa específica dos

³⁶ É interessante destacar que a primeira greve geral do país começou em junho de 1917 a partir de reivindicações de um grupo de cerca de 400 operários, em sua maioria mulheres, de uma fábrica têxtil de São Paulo (Cotonifício Crespi, no bairro da Mooca). As pautas daquele movimento – como redução da jornada de trabalho, aumento salarial, entre outras questões específicas como a questão do assédio sexual na fábrica – se generalizaram, com a adesão de trabalhadores e trabalhadoras de outras categorias, alastrando-se pela capital paulista, as cidades do interior do estado de SP, chegando a MG, RJ, RS, até meados de julho do mesmo ano.

³⁷ A respeito do movimento comunista internacional e a IC ver: AGOSTI (1987a; 1987b); ALTVATER (1987); ANDREUCCI (1982; 1984); ARICÓ (1987); DASSÚ (1987); GALISSOT (1984; 1987); HÁJEK (1987); SOFRI (1987); SPRIANO (1987); WEISSEL (1987).

comunistas nestes países de participar dos movimentos emancipatórios, anti-imperialistas, visando o desenvolvimento de elementos democráticos e avanço das relações capitalistas nestes países, tendo como orientação final a ditadura do proletariado (cf.: PINHEIRO, 1975; VIANNA, 2007; RUY; BUONICORE, 2010). No entanto, cabe destacar que estas teses “estavam voltadas para as questões do Oriente, em especial para a Índia” (VIANNA, 2007, p. 44), e não considerando as especificidades latino-americanas, tão pouco as especificidades locais de cada país em seus processos históricos particulares.

Neste contexto, em 1926, Octávio Brandão lança *Agrarismo e Industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*, considerado uma primeira tentativa de compreender a formação histórica brasileira a partir dos marcos teóricos e políticos da IC, mas que acaba pecando por realizá-la de maneira a transpor mecanicamente os elementos gerais das análises da IC para a situação brasileira, sem realizar as devidas mediações sobre as especificidades da realidade brasileira. A formulação de Brandão serviu de referência teórica para o PCB nos anos 1920, influenciando inclusive a redação do informe ao III Congresso do partido.

No VI Congresso da IC, em 1928, a América Latina passa a ter maior expressividade³⁸ nesses debates, mas ainda seguia com um papel secundário no âmbito da revolução mundial. Neste Congresso, os países do mundo foram divididos em três categorias quanto ao grau de desenvolvimento:

“os de capitalismo altamente desenvolvido, onde a luta pela ditadura do proletariado estava na ordem do dia; países de nível médio de desenvolvimento, que deveriam buscar as conquistas democrático-burguesas para que a revolução se tornasse socialista; e as colônias, semicolônias e países dependentes, nos quais deveria haver um intervalo entre a revolução democrático-burguesa e a socialista” (VIANNA, 2007, p. 51)

O Brasil, bem como os demais países latino americanos, estaria inserido no terceiro grupo – colônias, semicolônias e países dependentes – e, portanto, a estratégia geral para a revolução no Brasil e para a ação dos comunistas se orientaria pelo anti-imperialismo, antifeudalismo e por um momento de avanço democrático-burguês, visando a efetiva independência nacional e o desenvolvimento das forças produtivas aqui, etapa necessária antes do avanço no sentido da revolução socialista. Neste momento, as tentativas – ainda que problemáticas ou insuficientes – de tentar explicar a realidade brasileira a partir de suas experiências próprias perdem espaço. Os debates se dão nos marcos da transposição, sem

³⁸ O reconhecimento de fato do PCB pela IC ocorre somente a partir de 1924, sendo o PCB razoavelmente autônomo com relação à IC de sua fundação até 1928.

mediações, das categorias gerais desenvolvidas pela IC para a sua aplicação ao Brasil (*cf.* KONDER, 1988 [2009]).

Nestes marcos, não há esforço por parte da oficialidade do PCB em elaborar uma explicação da realidade brasileira a partir das suas especificidades. “A modesta produção teórica de marxistas brasileiros, mesmo quando seus autores são membros do PCB, se dá, portanto, à margem do partido”. (RICUPERO, 2011, p. 77).

Ao longo dos anos 1930 e primeira metade da década de 1940, com o avanço da ameaça fascista, dada a ofensiva integralista (*ibid.*, p. 73-74), o PCB passa a atuar em conjunto com demais forças democráticas no país na luta contra o fascismo. Mesmo após a queda do Estado Novo e do recuo da ameaça fascista, os posicionamentos do PCB ao longo dos anos 1940 permaneciam seguindo a linha derivada de Moscou.

A partir de 1954, o PCB passa a se reorganizar e a realizar uma abertura intelectual. No contexto mundial, o clima político era de contestação e reflexão, com a divulgação em 1956 do relatório Krushev após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Neste relatório, Nikita Krushev divulgou os crimes de Stalin, gerando intensos debates nos marcos da IC e dos partidos comunistas ao redor do mundo. Internamente, o PCB estava em momento de refluxo, com a saída do grupo de Agildo Barata em 1957 – do qual fazia parte também Jacob Gorender –, ruptura esta que resulta na fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). O realinhamento do PCB ao PCUS após 1956, nos marcos da reavaliação das posições dos PC’s após o processo de balanço com relação ao período stalinista, levou a mais uma significativa cisão, o grupo encabeçado por Maurício Grabois e João Amazonas em 1958, que passam a se organizar a partir da sigla PC do B (Partido Comunista do Brasil, tal como o nome original do partido comunista no país).

A famosa *Declaração de março de 1958*³⁹ do PCB indicava a democratização como a tendência para o país e o objetivo da ação. “As resoluções desse encontro identificavam na burguesia brasileira um setor nacionalista, cujos interesses se chocavam com o imperialismo norte-americano” (SECCO, 2008, p. 105). A orientação de posicionamento para a militância comunista passa a ser integrar uma frente nacionalista, com um programa de emancipação da nação e de implantação da revolução democrático-burguesa. O sentido da prática política era

³⁹ Ver *PCB: vinte anos de política 1958-1979 (documentos)* (p. 3-27; 1980).

antifeudal e anti-imperialista. Forjam-se, assim, as bases do que ficou conhecido como o programa nacional democrático.

Além disso, por conta das contradições que a realidade brasileira impunha para a orientação das estratégias políticas dos comunistas, foi imposta a necessidade destes refletirem mais especificamente sobre as questões da realidade brasileira, buscando na análise histórica da experiência brasileira de fato os elementos que poderiam contribuir para a orientação da ação política para a possibilidade de construção da revolução no Brasil, com a análise dos seus fenômenos próprios e não somente na transposição mecânica de conceitos vindos de análises gerais da IC.

O golpe empresarial-militar de 1964 e a subsequente ditadura, gerando assim um ambiente de significativa repressão política e perseguição, representou um momento de amplo questionamento sobre os rumos do partido e dos movimentos comunistas, a derrota do golpe teve impactos diretos sobre a forma de organização e atuação dos movimentos sociais e políticos e as reflexões dos militantes em torno destas questões.

Neste contexto, há uma inflexão na concepção dominante sobre o modo de produção no país. Se até meados dos anos 1960 a visão dominante era a associada à visão oficial da III IC, sobre os resquícios feudais no modo de produção brasileiro, visão cuja contribuição que Nelson Werneck Sodré apresenta ao debate em 1962 é a expressão mais significativa. A partir do final dos anos 1960, as reflexões de Caio Prado Júnior e sua concepção sobre o modo de produção no Brasil como capitalista desde a colônia, e também suas análises sobre o debate da revolução no Brasil⁴⁰ – que até então eram marginais nos debates internos do PCB e também da esquerda brasileira – passam a ganhar mais espaço no cenário pós-golpe de 1964 e tornam-se hegemônicas, em um movimento de revisão e crítica das análises que caracterizavam o Brasil como feudal ou semifeudal.

A controvérsia sobre os modos de produção no Brasil se articula em torno da análise do processo histórico brasileiro, versando sobre as questões da estrutura da produção material da vida nesta nação que aqui se forma, em sua totalidade, tanto sobre os elementos da dimensão estrutural, das relações sociais de produção e do desenvolvimento das forças produtivas, como sobre os elementos de sua dimensão superestrutural, as dimensões políticas,

⁴⁰ Inclusive, é a partir das críticas de Caio Prado sobre a visão oficial a respeito da revolução brasileira (1966) que sua percepção sobre o modo de produção no Brasil passa a ganhar mais centralidade, como será apresentado no capítulo 3 desta tese.

jurídicas e ideológicas. Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Jr são autores que vão compor o núcleo central da controvérsia – feudalismo x capitalismo.

Nelson Werneck Sodré enxerga no Brasil a existência de uma forma própria de modo de produção pré-capitalista. Sua primeira contribuição ao tema se dá em 1944 com a obra *Formação da Sociedade Brasileira*, cujas análises são reforçadas em *Introdução à Revolução Brasileira* (1958), obras nas quais o autor apresenta formulações que se aproximam à visão da historiografia brasileira de Caio Prado Júnior (1933; 1942) e Roberto Simonsen (1937), que inserem a economia colonial brasileira nos marcos do capitalismo. Sua formulação ganha sua forma mais organizada em 1962, em *Formação Histórica do Brasil*, obra na qual apresenta formulações sobre o modo de produção no Brasil a partir da noção de *regressão feudal*, representando assim uma mudança significativa em seu posicionamento que será retomada em diversas obras posteriores, como *História da Burguesia Brasileira* (1964)⁴¹, *Modos de produção no Brasil* (1980), *História e materialismo histórico no Brasil* (1985), *Evolução Social do Brasil* (1988), *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil* (1990), por exemplo. O autor denominará o modo de produção no Brasil de feudalismo brasileiro, no entanto, sua reflexão é um mergulho nas estruturas econômico-sociais do Brasil em suas especificidades.

A formulação que Sodré apresenta em 1962 é uma contribuição teórica significativa para os posicionamentos políticos da oficialidade do PCB da época. Como afirmado anteriormente, até então, as formulações do PCB tinham como base as orientações gerais transmitidas de Moscou para os PC's dos países coloniais, semicoloniais e periféricos, sem refletir ponderações a respeito das especificidades locais dos diferentes processos históricos. Sodré em *Formação histórica do Brasil* apresenta uma formulação teórica expressiva que permite compreender o Brasil nos mesmos marcos da visão oficial do PCB da época – como um país com resquícios feudais e inserido de maneira subalterna na dinâmica imperialista mundial – mas forjada a partir de reflexões acerca do processo histórico brasileiro com todas suas particularidades. Assim, Sodré apresenta uma análise teoricamente e historicamente embasada para o programa político do PCB e a orientação da estratégia de ação com caráter nacional, antifeudal e anti-imperialista.

Caio Prado Jr. faz sua primeira contribuição crítica sobre o modo de produção no Brasil nos anos 1930, na obra de 1933, *Evolução Política do Brasil*, indicando que a análise

⁴¹ Del Roio (2006) afirma que a trilogia publicada entre 1962 e 1965 – *Formação Histórica do Brasil* ([1962] 1976), *História da Burguesia Brasileira* (1964) e *História Militar do Brasil* (1965) – são as obras nas quais Sodré amadurece de fato “sua leitura da formação social brasileira” (p. 163).

histórica sobre a formação brasileira era algo controverso. De seu ponto de vista não fazia sentido pensar o Brasil no contexto de instituições feudais, como a historiografia de Varnhagem (1854) e Capistrano de Abreu (1907) afirmava, na medida em que a situação colonial seria parte do contexto da expansão marítima europeia no período do capitalismo comercial. Esta formulação se consolida na obra *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* (1942) com a categoria *sentido da colonização* e é reforçada nas obras *História Econômica do Brasil* (1945) e *A Revolução Brasileira* (1966). Nestas obras Caio Prado apresenta formulações sobre o modo de produção no Brasil e a revolução brasileira que são fortemente criticadas e marginalizadas nos debates do PCB e da esquerda da época

Ainda que o cerne da interpretação do Brasil e do modo de produção aqui existente feita por Caio Prado esteja apresentada desde os anos 1930 é somente nos anos 1960 que a controvérsia dos modos de produção no Brasil se estabelece de fato. Com a formulação apresentada por Sodré em 1962, que serve de aparato teórico para os posicionamentos políticos oficiais do PCB da época, e da publicação de *A Revolução Brasileira* (1965) de Caio Prado, obra na qual o autor sistematiza suas críticas ao posicionamento político do PCB no contexto de balanço político e teórico no pós-golpe de 1964, criticando a concepção do Brasil como país com resquícios feudais e a consequente formulação oficial do partido de que a revolução brasileira se constituiria como uma revolução democrático-burguesa, caracterizada como nacional, antifeudal e anti-imperialista, que o embate entre as percepções feudal e capitalista do modo de produção no Brasil se apresentam de fato como posicionamentos opostos na controvérsia

É importante fazer a ressalva de que estas ainda que sejam as posições centrais da controvérsia, não são as únicas. As formulações feitas por Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior entre as décadas de 1930 e 1960 representam o primeiro e mais significativo movimento da controvérsia sobre os modos de produção no Brasil. Suas reflexões embasaram os debates sobre a configuração da realidade brasileira e seu processo histórico nos marcos da esquerda brasileira no período – em especial nos círculos ligados ao PCB – e foram inspiradoras dos movimentos posteriores de análise da configuração do modo de produção no país. A partir dos anos 1950 Ignácio Rangel (1954; 1957; 1962; 1980; 1981; 1984) apresenta suas formulações sobre um modo de produção próprio da realidade brasileira, que vai chamar de *dualidade básica*. O autor, ainda que fosse ligado ao PCB, não entrou diretamente no debate sobre modo de produção na época, sendo sua contribuição mais à margem das posições

centrais à controvérsia (cf. CASTRO, 2005). A partir dos anos 1970 novas contribuições à controvérsia surgem, em um segundo movimento da controvérsia. As formulações sobre o *escravismo colonial* de Jacob Gorender (1978; 1980; 1981; 1987; 1990) e Ciro Flamarion Cardoso (1979; 1980; 1985; 1987; 1988) são análises sobre o modo de produção no Brasil que receberam forte influência do movimento original, mas que colocam a questão em outros termos. São formulações que caracterizam o modo de produção no Brasil a partir de um modo de produção específico, o *escravismo colonial*.

Nos próximos capítulos serão apresentadas as diferentes contribuições de Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior à controvérsia dos modos de produção no Brasil.

Capítulo 2 – Nelson Werneck Sodré e o feudalismo à brasileira – adaptações e nuances das categorias sobre os modos de produção para o caso brasileiro

“Quando o português chegou
Debaixo de uma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português”

Oswald de Andrade, *Erro de Português*

Nelson Werneck Sodré talvez seja um dos nomes mais polêmicos da história do pensamento marxista no Brasil. Autor de intensa e extensa produção bibliográfica, publicando mais de 56 livros e aproximadamente três mil artigos, abrangendo diversas áreas, como história da literatura, história militar e da imprensa e historiografia econômica, um dos nomes fortes do PCB entre as décadas de 1940 e 1960, um dos principais intelectuais do ISEB, militar de carreira significativa, marcada pela atuação política, Sodré talvez seja conhecido atualmente como o autor da formulação da concepção da existência do feudalismo na experiência histórica brasileira. Mas qual é o feudalismo que Sodré apresenta para o Brasil? Como é sua formulação?

Dentre as inúmeras obras escritas por Sodré, sua interpretação sobre o modo de produção no Brasil se concentra em três publicações: *Formação da sociedade brasileira* (1944), *Introdução à Revolução Brasileira* ([1958] 1963) e *Formação Histórica do Brasil* ([1962] 1976). Em *Formação Histórica do Brasil* ([1962] 1976) Sodré apresenta a percepção sobre modo de produção no Brasil pela qual ficará conhecido e que pautará sua análise a partir de então, sendo retomada em suas obras posteriores (1964; 1980; 1985; 1988).

Sodré buscava compreender as especificidades do processo histórico brasileiro e neste movimento analítico, concluiu que o modo de produção brasileiro não poderia ser caracterizado como capitalista, pois havia monopólio da terra e relações de trabalho não assalariadas. Estes elementos sobre a propriedade da terra e as relações sociais de trabalho, Sodré entendia como fundamentais para a caracterização do modo de produção. Identificava que a estrutura produtiva brasileira ainda era de base feudal, dando origem a uma formulação

específica para o modo de produção brasileiro⁴², com referência na ideia de *regressão feudal*⁴³, uma forma específica de caracterização da produção que ocorreria em sequência à decomposição do modo de produção colonial escravista. Este, por sua vez, seria resultado de um processo de *regressão escravista* do modo de produção existente no Brasil à época, originado na colonização portuguesa (PINHEIRO *et al.*, 2015, p. 3). Esta formulação de Sodr e   apresentada pela primeira vez em *Forma o Histórica do Brasil* ([1962] 1976). Neste capítulo, será apresentado como o autor constrói esta interpreta o sobre o modo de produ o no Brasil.

2.1 A trajetória político-intelectual de Nelson Werneck Sodr e e o movimento comunista brasileiro

Nelson Werneck Sodr e   um autor de muitas faces, múltiplas linhas de atua o, inúmeras e acaloradas polêmicas, cercadas de muita confusão em torno de quem foi sua verdadeira figura e sua obra, atuando como militar, intelectual e militante comunista, “agiu como militar, escritor e cidadão no espaço republicano, apelando para os argumentos da na o e revolu o e participando de lutas intelectuais, políticas e sociais” (SILVA, 2006, p. 11).

Como intelectual (*cf.* CUNHA & CABRAL, 2006), publicou 56 livros, e quase três mil artigos, sem origem acadêmica, e com pouca entrada nos meios acadêmicos ao longo de sua vida, com toda sua obra produzida fora da universidade, e desenvolveu sua voca o de historiador paralelamente a uma segunda voca o – a de militar⁴⁴. Como militar – atuando como oficial de artilharia – teve longa carreira no exército – interrompida com o golpe empresarial-militar de 1964 e a subsequente ditadura –, chegando a patente de general de brigada. “Talvez sejam estas duas voca es paralelas, muitas vezes conflitantes e muitas vezes umbilicais pela media o da política, que tornou ainda mais fascinante a presença e o

⁴² Para maiores detalhes sobre o modo de produ o brasileiro caracterizado a partir da no o de regressão feudal ver PINHEIRO (2013); PINHEIRO *et alli.*(2015), ROCHA (2011) e SILVA (org., 2006).

⁴³ A interpreta o do modo de produ o brasileiro a partir do conceito de regressão feudal – na obra *Forma o Histórica do Brasil* ([1962] 1976) – marca um momento de inflexão da interpreta o do Brasil realizada por Sodr e.

⁴⁴ “Werneck Sodr e   um caso raro no século XX, mesmo em escala internacional: um militar que chegou ao generalato, identificado com o campo político de esquerda e autor individual de mais de quarenta capítulos (já descontados aqueles que foram lançados em novo formato, subdivididos ou renomeados em reedi es, pois o total linear   superior a cinquenta), de centenas de artigos em periódicos (seu arquivo pessoal, doado   Biblioteca Nacional, ultrapassa o milhar de textos, divulgados nesses veículos), organizador de seis coletâneas e colaborador em muitas outras.” (SILVA, 2006, p. 12)

esforço desta jornada.” (CUNHA & CABRAL, 2006, p. 9). Um aspecto importante de ser destacado é que a militância política foi um elemento sempre presente na atuação de Sodré. Sua publicação teórica foi realizada por motivações políticas, sua aproximação com o marxismo e o PCB se dá nos marcos da aproximação dos setores militares de esquerda ao partido, sob influência do ideário tenentista (CUNHA, 2014, p. 92). Compreender as trajetórias paralelas de intelectual e militar de maneira articulada é essencial para entender o real Nelson Werneck Sodré e assim, ser possível se aproximar de sua obra em essência e não somente das mistificações que a cercam.

Filho único da pequena-burguesia⁴⁵ carioca, nascido em 27 de abril de 1911 e falecido em 13 de janeiro de 1999, Nelson Werneck Sodré, tal como boa parte dos sujeitos da história do pensamento econômico brasileiro, viveu com intensidade o século XX. Esta pequena síntese de sua trajetória feita pelo próprio Sodré é uma boa descrição sucinta do ambiente geral no qual suas concepções se forjaram:

“Nasci em 1911; tinha três anos ao irromper a Primeira Guerra Mundial; seis, quando surgiu a Revolução de Outubro; sete, quando terminou a guerra; onze, quando o Brasil completou um século de vida independente (sendo, entretanto, tão dependente ainda). Vivi o tempestuoso período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, com todas as suas manifestações de renovação econômica, política, social, artística e também as de desespero, a busca angustiada da originalidade em arte e a violenta luta pelo poder; vivi o mundo em que viveram o kaiser Guilherme II, da Alemanha, o imperador Francisco José, da Áustria-Hungria, Clemanceau, Poincaré, Chamberlain, Lloyd George, o presidente Wilson, Sun Yat Sen, Lenin, para chegar à fase em que viveram Hitler, Mussolini, Roosevelt, Stalin. No Brasil, atravessei justamente o tempestuoso período do tenentismo, na agonia da República Oligárquica; do Modernismo, em literatura e nas artes; da Revolução de 1930, do movimento de 1932, do levante de 1935, da ditadura do Estado Novo, do *putsch* de 1938, da Segunda Guerra Mundial e de nossa participação nela; da reconstitucionalização e das lutas políticas subsequentes, com os golpes e tentativas de golpes de 1945, de 1954, de 1955, de 1961, de 1964, da ditadura militar então instaurada.” (SODRÉ *apud* NETTO, 2011b, p. 13-14)

Por conta das muitas polêmicas que cercam sua figura pública e que velam sua real trajetória – interessante notar esta afirmação “Nelson Werneck Sodré foi, pessoalmente, um homem simples e sincero, mas uma personalidade pública polêmica.” (COSTA, 2006, p. 28) –

⁴⁵ A respeito da origem pequeno-burguesa de Sodré e sua carreira militar, é interessante a ponderação feita por Cunha (2014):

“A origem pequeno-burguesa de Sodré representa uma primeira mediação, pois é um aspecto importante de sua trajetória política e de sua vocação militar. No entanto, não é uma característica necessariamente singular, e sim de toda uma geração de militares no século XX, uma vez que o Colégio Militar e a Escola Militar eram as únicas possibilidades de muitos jovens estudarem e ascenderam socialmente.” (p. 81)

e os argumentos de fato presentes em suas formulações, obras e sua trajetória carecem de uma sincera e devida sistematização e neste capítulo esta tarefa se apresenta⁴⁶.

A formação educacional fundamental de Sodré – com exceção de um breve período por Caçapava (SP) – se desenrolou no Rio de Janeiro (RJ), no Colégio Brasileiro. Interno deste colégio, presenciou o famoso episódio de 05 de julho de 1922, “primeira expressão pública significativa do *tenentismo*, protagonizado pelos ‘18 do Forte de Copacabana’.” (NETTO, 2011b, p. 14, *grifos originais do autor*). Em 1924, ingressou no Colégio Militar do Rio de Janeiro e logo passa a escrever ficção na revista *A inspiração*, de sua Sociedade Literária. Nos anos 1920 – intensos culturalmente anos 1920, com o Modernismo, a difusão, impulsionada pela revolução de 1917, do marxismo e do ideário socialista pelo mundo, – apura seus gostos literários e começa sua aproximação com o marxismo – “especialmente textos de Plekhanov, sobre o materialismo histórico, e de Lênin, polemizando contra o esquerdismo” (*ibid.*, p. 15). Segundo o próprio Sodré, sua aproximação ao pensamento marxista teria se dado no Colégio Militar através de seu professor de história, Isnard Dantas Barreto (*cf.* SODRÉ, 1938). Em 1929, estreou na grande imprensa com um conto – “Satânia” – sendo premiado em concurso e publicado pela revista *O cruzeiro*. Em 1931 passou à Escola Militar (em Realengo), onde optou pela artilharia, lá permanecendo até 1933, período no qual realiza sua formação militar em artilharia e atuou como colaborador da *Revista da Escola Militar*.

Graduou-se oficial (2º tenente) em 1934 – posteriormente se graduaria, em 1936, 1º tenente – e foi destacado para o 4º Regimento de Artilharia Montada, em Itu (SP), e seguiu servindo em guarnições paulistas até 1937. Neste período, passou a atuar de maneira sistemática na imprensa, tornando-se crítico do *Correio Paulistano* (SP) e em 1937 realiza o preparo de seu primeiro livro – *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos* (1938), cujo objetivo declarado pelo próprio Sodré era aplicar “o materialismo histórico à reconstituição do processo de desenvolvimento de nossas letras”, isto é, associando duas frentes de interesse que passou a desenvolver a partir dos anos 1920, a literatura e o marxismo.

Entre final de 1937 e março de 1938, viveu no Rio de Janeiro, onde atuou como ajudante de ordens do general José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Segundo Netto (2011b), este general encontrava-se sem comissão, o que permitiu que Sodré tivesse tempo

⁴⁶ A seguinte síntese de sua trajetória aqui apresentada segue o percurso que José Paulo Netto (2011b) apresenta.

livre disponível para se dedicar aos seus interesses intelectuais, quando passa a frequentar a Livraria José Olímpio – local de encontro da intelectualidade carioca da época, em especial, jornalistas e escritores – e conhece José Lins do Rego, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e começa uma longa amizade com Graciliano Ramos (que acabara de sair do cárcere). Neste período, deu sequência à colaboração com o *Correio Paulistano* e inicia sua atuação na imprensa carioca (nos jornais *Diretrizes*, *Vamos ler*, *O jornal*). Em 1938 foi deslocado para Campo Grande (então, Mato Grosso, hoje, Mato Grosso do Sul), por conta da atuação do Exército na região para combater os grupos bandoleiros que atuavam com intensidade na região. Em 1939 retornou para São Paulo – primeiramente em Itu e depois na capital. Na capital, trabalhou na organização da Escola Preparatória à Escola Militar, permanecendo por lá até 1941, momento no qual é promovido a capitão. 1941 é o ano em que passou a colaborar com *O Estado de São Paulo*, abandonando sua atuação no *Correio Paulistano*.

No primeiro semestre de 1942, atuou no Rio de Janeiro, no processo de estruturação do 5º Grupo de Artilharia de Dorso – que em sequência seria instalado em Salvador (BA). De agosto de 1942 a início de 1944 permaneceu em Salvador. Em 1942, quando Sodré vai para Salvador, a Bahia passava por período de intensa agitação intelectual e política, com a seção baiana do PCB sendo a única no país reconhecida pela IC. Faziam parte da seção Alberto Passos Guimarães, Moisés Vinhas, Armênio Guedes, Maurício Grabois, Jorge Amado, Jacob Gorender, Giocondo Dias, entre outros. Werneck Sodré se aproxima deste grupo “por intermédio de sua colaboração no jornal *Diário de Notícias*” (HIPOLITO, 2006, p. 201). No início de 1944, retornou ao Rio de Janeiro para cursar a Escola do Estado-Maior, após estágio em São Paulo, onde pesquisou as comunicações entre o litoral e o planalto paulistas, concluindo o curso em 1946. Em 1944 publica *Formação da sociedade brasileira* – marco de suas publicações a respeito da análise da experiência histórica brasileira. A filiação de Nelson Werneck ao PCB é consumada em 1946 (cf. MADUREIRA, 2006).

Acerca da relação do Sodré com o PCB, cabe uma importante observação. José Paulo Netto apresenta (2011b, p. 25-26) a polêmica afirmação de que Nelson Werneck Sodré não era efetivamente militante do PCB, ainda que suas posições tenham proximidade com as posições do partido, em especial, depois de 1958. Discorda-se desta perspectiva nesta tese, seguindo a proposição de Hippolito (2006); Cunha (2014); Cunha & Cabral (2006); Madureira (2006); Moraes (2001); Reckziegel (2004) que destacam a militância no PCB de Sodré. Por sua carreira militar e por conta da forte perseguição oficial ao partido, é provável

que boa parte da atuação de Sodré no PCB tenha se dado em âmbitos mais discretos, muitas vezes não-oficiais, o que resultou em uma atuação e militância de Sodré no PCB muitas vezes fora dos registros oficiais.

Retomando a breve descrição da trajetória de Sodré, em 1948, já promovido a major, foi designado adjunto de instrução da acima citada Escola do Estado-Maior, na qual era responsável pelo curso de História Militar. Em 1949 foi eleito para o Instituto de Geografia e História Militar. Em 1950, compondo a chapa vitoriosa – que tinha participação não só de Sodré, mas de mais militares ligados ao PCB (CUNHA, 2014, p. 89) – dos generais nacionalistas Estillac Leal e Horta Barbosa para a direção do Clube Militar, onde assume o cargo de Diretor Cultural. Esta eleição teve alta carga de tensão política (ver COSTA, 2006) e os seus desdobramentos resultaram em sua transferência imediata (em junho de 1951) para a unidade militar de Cruz Alta (RS).

Em 1953 foi promovido a tenente-coronel e permaneceu em Alta Cruz até 1955, quando foi designado para a Inspetoria Geral do Exército, no Rio de Janeiro. No entanto, mais um cenário de contexto político muda o rumo de sua atuação militar. Por conta de seu apoio ao contra-golpe legalista do general Lott – em 11 de novembro de 1955 – foi transferido, por manobra dos golpistas derrotados, para Belém (PA). Esta transferência foi revogada, “a instâncias de oficiais prestigiados” (NETTO, 2011b, p. 17), e Sodré foi para a 1ª Circunscrição de Recrutamento em São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1956, passou a ser membro da Comissão Diretora da Biblioteca do Exército. Neste período se vincula ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) – vinculação esta fundamental para a trajetória de Nelson Werneck Sodré e que perdurou até 1964, quando a instituição foi destruída pelos golpistas.

“É pesquisando e ministrando cursos no Iseb que Sodré, já um escritor conhecido, vai conquistar a audiência nacional que o consagrará na década de 1960, audiência também promovida pela sua colaboração, à época, na imprensa mais combativa (*Última Hora, O Seminário*).” (*ibid.*, p. 18).

O ISEB⁴⁷ foi um importante espaço de debate sobre as questões nacionais e do desenvolvimento nos anos 1950/1960. Fundado em julho de 1955 (governo Café Filho) “através de iniciativa de um conjunto de intelectuais, técnicos e burocratas, na sua maioria, vinculados à burocracia pública” (RECKZIEGEL, 2004, p. 318) passou a funcionar em 1956

⁴⁷ Para maiores informações sobre o ISEB e sobre a relação entre Nelson Werneck Sodré e o ISEB, ver TOLEDO (1997; 2001).

(governo Juscelino Kubitschek), “tendo por objetivos explícitos o estudo, o ensino e a divulgação das Ciências Sociais” (*ibid.*, p. 319). Durante o governo Kubitschek, o ISEB passou a prestar assessoria a este, “auxiliando a formular a política desenvolvimentista, em larga escala influenciado pelas teses da CEPAL” (*ibid.*, p. 319) e a partir de 1961 passa a ser alvo de fortes críticas e isolamento – inclusive sendo naquele ano privado da verba orçamentária e excluído do Ministério da Educação, ao qual era vinculado. Faziam parte do ISEB, além de Sodré, Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes, Celso Furtado, Ignácio Rangel, Roberto Campos e Anísio Teixeira. Percebe-se que política e teoricamente trata-se de um grupo altamente heterogêneo⁴⁸. O golpe empresarial-militar de 1964 acaba com o ISEB, sua sede é totalmente destruída, seus pesquisadores altamente perseguidos, alguns forçados ao exílio ou presos. Sodré era o responsável pela disciplina “Formação histórica do Brasil” no ISEB, suas formulações presentes em obras como *Introdução à revolução brasileira* (1958) e *Formação histórica do Brasil* (1962) foram realizadas sob influência das discussões realizadas nos cursos e círculos de debates no ISEB (*cf.* GAIO, 2006; RICÚPERO, 2006; SILVA, 2006).

Os anos 1960 são altamente turbulentos no cenário político nacional e este turbilhão pegou Nelson Werneck Sodré em cheio. Neste período, Sodré militava no bloco das forças nacionalistas e democráticas e foi apoiador, em 1960, da candidatura presidencial de Lott. No entanto, a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961 e a tentativa de golpe que imediatamente seguiu à renúncia – que visava impedir a posse do vice-presidente democraticamente eleito, João Goulart, que era de grupo político com cunho nacionalista, diferente do grupo mais liberal que circundava Jânio Quadros – lembrando que naquele período as eleições presidenciais não se davam por meio de chapas presidente-vice, mas cada cargo era eleito individual e independentemente, assim, era possível que o presidente fosse de um partido e um grupo político e o vice-presidente, de outros – obrigaram Sodré a passar uns dias na clandestinidade. “Quando, após a ‘normalização constitucional’, pela via da pseudossolução parlamentarista, voltou às suas atividades, foi preso” (NETTO, 2011b, p. 18). Como um pouco antes da renúncia de Jânio havia sido promovido a coronel – e a promoção implicava a sua designação para outra unidade do exército – a cúpula militar golpista, tão logo

⁴⁸ Como destaca Toledo (2001), entre os anos 1956 e 1960 existiu uma clivagem dentro do ISEB entre o *nacionalismo progressista* (representado por Vieira Pinto, Sodré, Corbisier) e o *nacionalismo de orientação burguesa* (Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos). Já entre os anos 1961 e 1964, marcados pela luta do ISEB pelas reformas e legalidade democrática, a divisão dentro do ISEB se dava entre *esquerda moderada* (representada por Sodré) e a *esquerda radical* (representada por jovens como Wanderley Guilherme dos Santos, Carlos Martins e Vieira Pinto).

sofreu a derrota na intentona de agosto-setembro, tratou de afastá-lo do centro político nacional, transferindo-o do Rio de Janeiro para Belém (novamente). Nem mesmo com a derrota dos golpistas teve sua transferência punitiva revogada. “A situação foi objeto de encaminhamentos kafkianos (que Sodré relata nas suas *Memórias de um soldado*), mas o desfecho foi a passagem para a reserva em novembro de 1961, no posto de general.” (*ibid.*, p. 19).

Com sua situação na reserva, a partir de 1962, pode se dedicar exclusivamente ao trabalho intelectual e à militância, dedicando-se às pesquisas e à publicação de seus livros. Data desta época a publicação de três das suas principais obras a respeito de sua concepção do processo histórico brasileiro: *Formação Histórica do Brasil* (1962), *História da Burguesia Brasileira* (1964) e *História Militar do Brasil* (1965).

O golpe empresarial-militar de 1º de abril de 1964 marca profundamente Sodré – bem como toda sua geração. A respeito do golpe e seus efeitos sobre Sodré, José Paulo Netto (*ibid.*, p. 19) afirma:

“Brutalizando o processo político e ferindo a cultura, o golpe atinge Sodré direta e pessoalmente: depois de quase dois meses de clandestinidade, ele é preso em Fernandópolis (SP), trazido para o Rio de Janeiro e encarcerado por 57 dias (no Forte de Copacabana e na Fortaleza de São João). Segue-se uma sucessão de Inquéritos Policial-Militares (IPMs) e só em dezembro de 1966 os golpistas o deixam em paz.” (p. 19)

Mesmo no cenário bastante tenso marcado pelo golpe, não se deixou abater. Logo que ficou livre da prisão, retomou seu trabalho intelectual. “Até 1968, publicou muitos livros e artigos, estando no centro da luta que, contra a ditadura, unificou os setores mais combativos da intelectualidade brasileira uma frente democrática que teve um baluarte na *Revista Civilização Brasileira*” (*ibid.*, p. 19 – *grifos originais do autor*). Neste período – entre 1966 e 1968 – “Sodré foi uma referência para todos os que, recusando o aventureirismo e o radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista, combatiam pela democracia sem descurar das específicas tarefas culturais” (*ibid.*, p. 20).

Mesmo com o Ato Institucional (AI) nº5 de 13 de dezembro de 1968, que promoveu um cenário ainda mais agravado de terrorismo policial-militar como política costumeira de Estado (*cf.* NETTO, 2011), Sodré se manteve firme na resistência, produzindo o que era possível, intervindo na medida do possível. Cunha afirma que a intervenção política e teórica de Sodré se intensifica no pós AI-5, escrevendo muitas vezes sob pseudônimo, “a fim de

influenciar de várias maneiras a luta pelo restabelecimento da democracia” (CUNHA, 2014, p. 93).

No cenário político nacional de enorme tensão e dificuldade, viu sua situação ainda mais agravada por conta da intensificação das críticas que sua obra e posicionamentos dentro do PCB e da esquerda, inclusive de setores opostos à ditadura e inseridos dentro dos movimentos de esquerda e comunistas. Neste período, suas formulações – em especial sobre a questão do modo de produção no Brasil e sobre a revolução brasileira – passam a cair no ostracismo. José Paulo Netto destaca, que mesmo nestas condições, não perdeu o norte político e se manteve solidário aos seus companheiros e companheiras.

“Mas nunca perdeu a perspectiva política e, aos seus companheiros, prosseguiu sempre oferecendo a solidariedade e o estímulo tão necessários em tempos sombrios como aqueles – ainda em 1976, seu apoio é decisivo para o projeto, capitaneado em São Paulo por Raul Mateos Castell, da revista *Temas de ciências humanas*. E a agonia da ditadura encontra-o na linha de frente da renovação cultural, escrevendo para as revistas *Encontros com a Civilização Brasileira* (Rio de Janeiro) e *Memória & história* (São Paulo) e para o semanário *Voz da unidade* (São Paulo), entre outros veículos de imprensa.” (NETTO, 2011b, p. 20-21 – grifos originais do autor)

Nos anos 1980, ainda que com ritmo menos intenso e que seu prestígio estivesse em baixa, seguiu com ânimo intelectual, atualizando alguns livros, escrevendo ensaios de fôlego – como os contidos no livro *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil* (1990) – e combatendo fortemente a ofensiva neoliberal que dominou o mundo a partir dos anos 1980. Próximo ao fim de sua vida, presenciou o início do processo de revalorização de sua obra. Falece em 13 de janeiro de 1999.

Sodré talvez tenha sido um dos intelectuais brasileiros cuja obra foi mais diversificada e vasta e que foi objeto das críticas tão duras quanto vasta foi sua obra. Sua trajetória tem grandes peculiaridades, marcadamente a profusa obra teórica, sendo totalmente excluído do espaço acadêmico.

“É bem provável que não haja um intelectual com tão vasta obra e tenha sido objeto de críticas tão ferozes ao longo de sua trajetória, em particular, a crítica realizada pela própria universidade brasileira. Ele seguramente não foi o único, mas talvez nenhum deles tenha sido excluído do debate acadêmico como foi o seu caso, sendo sua obra muito pouco debatida. Em que pese todo esforço que se caracterizou como norma ao longo de muitos anos em obstaculizar esse debate, curiosamente hoje em dia sua obra encontra um vigor intelectual extremamente dinâmico.” (CUNHA & CABRAL, 2006, p. 9-10)

Acima de tudo, Sodré foi um autor que formulou com objetivo de intervir diretamente na realidade brasileira, não sendo possível dissociar suas formulações teóricas de sua atuação política.

“Mas quaisquer que sejam os apontamentos que possamos vir a fazer, criticar, recolocar, destacaremos uma tese que, a rigor e ao mesmo tempo, sugere que é um desafio contemporâneo da obra de Nelson Werneck Sodré e que não perdeu a sua atualidade – em que pese, poderíamos citar outros desafios. Trata-se do seguinte: em sua longa trajetória teórica e política – em que o ideário socialista sempre esteve presente – o autor destacava que, quaisquer que fossem as mediações postas em sua obra, uma etapa necessária para enfrentar os desafios da superação do passado neocolonial brasileiro passaria por dois aspectos que, mais que tudo, hoje em dia são desafios contemporâneos e, por que não dizer, inconclusivos. Assim, talvez nunca estivemos tão próximos de buscar nesta obra o entendimento do Brasil atual: Nelson Werneck Sodré chamava a atenção para o fato de que precisamos construir a nação. Paralelamente, ele também explicava que essa tarefa, necessariamente, teria o desafio de superar o imperialismo. Quaisquer que sejam as nossas opções políticas hoje, não há como negar que o imperialismo está aí presente e, mais que tudo, universal, isolado em uma grande e agressiva potência. Por decorrência, em sua leitura, ambos os desafios – a construção da nação e a luta contra o imperialismo – também seriam necessariamente nucleados e confluíam para uma terceira mediação que, na obra do autor, adquire estatuto teórico próprio e, por que não dizer, um projeto político: a Revolução Brasileira.” (CUNHA & CABRAL, 2006, p. 11-12)

A formulação de Sodré sobre o Brasil o caracteriza como um *intérprete do Brasil*. Sua análise parte da busca pela compreensão da realidade concreta brasileira, fazendo recurso ao passado para compreender as raízes e contradições na formação desta realidade, com o intuito de trazer contribuições para forjar transformações sociais no país. No prefácio ao livro *Formação histórica do Brasil* (1962), Sodré afirma que sua motivação para o estudo da formação histórica brasileira era compreender o Brasil da época, visto que ainda haveria fortes influências das questões e contradições do passado sobre a realidade brasileira da época. Análise marcada por posicionamento político⁴⁹ e com intencionalidade com relação à trajetória do país.

⁴⁹ O próprio autor na introdução à obra admite que esta “deriva de uma posição política” (SODRÉ, 1962 [1976], p. IX).

2.2 Elementos teóricos da análise do modo de produção brasileiro realizado por Nelson Werneck Sodré⁵⁰

A apresentação da contribuição de Nelson Werneck Sodré é aqui feita com cuidado, nos marcos de respeitar a processualidade e historicidade do pensamento em formação do autor, no sentido do que Borja (2013) executa ao abordar a obra de Celso Furtado:

“Evidentemente, a teoria do subdesenvolvimento de Furtado já foi, e continua sendo, tema de inúmeras pesquisas de história do pensamento. No entanto, em geral, tais estudos se restringem a uma abordagem que tenta rotular e dar um tratamento de "obra fechada" ao autor, sem respeito à historicidade e à processualidade do pensamento em formação. Isto é, não há um pensamento único de cada autor, invariável no tempo e no espaço, mas há sim unidade de pensamento e um sentido de formação, que se apresenta em distintas formas em cada momento histórico e diante de cada controvérsia suscitada pela conjuntura presente.” (BORJA, 2013, p. 14)

Tomando como ponto de partida a processualidade do pensamento de Sodré, busca-se mostrar a inflexão que há em sua formulação a respeito da caracterização que faz do modo de produção no Brasil.

Dentre as inúmeras obras escritas por Sodré, sua interpretação do Brasil sobre o modo de produção no Brasil se concentra em três publicações: *Formação da sociedade brasileira* (1944), *Introdução à Revolução Brasileira* ([1958] 1963) e *Formação Histórica do Brasil* ([1962] 1976). Del Roio (2006b) afirma que a trilogia publicada entre 1962 e 1965 – *Formação Histórica do Brasil* ([1962] 1976), *História da Burguesia Brasileira* (1964) e *História Militar do Brasil* (1965) – são as obras nas quais Sodré amadurece de fato “sua leitura da formação social brasileira” (p. 163). Por conta do enfoque da tese aqui apresentada, desta trilogia, será dado enfoque à *Formação Histórica do Brasil* (1962), obra na qual Sodré apresenta a percepção sobre modo de produção no Brasil pela qual ficará conhecido e que será retomada em suas obras posteriores (1964; 1980; 1985; 1988, para citar as de maior destaque).

Em *Formação da sociedade brasileira* (1944) a concepção de feudalismo apresentada por Nelson Werneck Sodré se aproxima da visão tradicionalmente utilizada para a questão do feudalismo a sua época, ocasionalmente utilizando a expressão *medievalismo* para fazer

⁵⁰ Esta seção tem forte influência de reflexões apresentadas anteriormente pela autora desta tese em dois artigos em coautoria com outros pesquisadores do LEMA, incluindo sua orientadora: CURTY *et al.* (2016); PINHEIRO *et al.* (2015). Parte-se do mesmo movimento de síntese da formulação sobre o modo de produção no Brasil apresentada por Sodré.

referência ao feudo e ao sistema social que no feudo se baseava. Para Sodré, o feudo seria “uma unidade produtiva de tendência auto-subsistente, sem trocas necessárias com outras unidades externas a ela; de produção marcadamente agrícola, mas também com um artesanato rude” (GRESPLAN, 2006, p. 138). A partir desta concepção, Sodré conclui que o feudalismo se apresenta de maneira pouco expressiva em Portugal, considerando inclusive que a Revolução de Avis de 1383 poderia ser considerada uma revolução burguesa (SODRÉ, 1944, p. 40-43). Portugal teria desenvolvido precocemente em sua história um caráter mercantil que se expressa no empreendimento empresarial das grandes navegações e do colonialismo. Logo, não haveria feudalismo na colônia brasileira, mesmo que aparentemente a organização da propriedade de terra a partir das concessões das capitânicas hereditárias pudessem passar esta impressão. Na análise contida em *Formação da sociedade brasileira* (1944), Sodré se aproxima da visão da historiografia da época expressa em Caio Prado Jr (1933; 1942) e Roberto Simonsen (1937) que compreendem a colonização brasileira e a sociabilidade que aqui se forja a partir do empreendimento mercantil português, identificando a economia brasileira colonial como de estrutura capitalista e se distancia da visão historiográfica de Varnhagem (1854) e Capistrano de Abreu (1907) que consideravam o Brasil feudal, no sentido de transpor a caracterização do feudalismo europeu para a análise do Brasil. Para Sodré, havia na colônia brasileira um tipo especial de capitalismo, o capitalismo colonial (SODRÉ, 1944; [1958] 1963)

Formação histórica do Brasil ([1962] 1976) foi considerada pelo próprio Sodré como sua maior e melhor sucedida tentativa de interpretar a formação brasileira. Após a publicação de *Formação da sociedade brasileira* (1944) o autor reavalia sua posição com relação à existência de capitalismo no Brasil no período colonial e se lança a investigação desta questão, que culminará na publicação de *Formação histórica do Brasil* ([1962] 1976).

“Não agradavam a Werneck Sodré as histórias gerais do Brasil publicadas até aquele momento, e podemos apontar resumidamente três ordens de questões para fundamentar esse desagrado: a ausência de um método, o que resultava numa compilação de fatos sem qualquer preocupação interpretativa; ausência de percepção de que a história do Brasil não poderia ser desvinculada de transformações importantes operadas em nível internacional; e o fato de que tais obras se circunscreviam apenas ao período colonial, deixando de lado as mudanças ocorridas no quadro histórico do país, particularmente aquelas vinculadas à Revolução de 1930.” (GAIO, 2011, p. 110)”

Na ocasião da publicação de *Introdução à revolução brasileira* ([1958] 1963) Werneck Sodré estava em meio ao processo de reavaliação de sua posição com relação à existência de feudalismo ou de capitalismo na determinação do modo de produção no Brasil.

A obra ainda que seja significativa para a avaliação do caráter da revolução brasileira como sendo antifeudal e anti-imperialista, carrega em si uma percepção sobre o feudalismo no Brasil de maneira ainda muito tênue. Em comentário sobre esta obra, Segatto (2006) afirma que

“A tese da feudalidade, motivo de extensas polêmicas que valeram a Werneck Sodré inúmeras críticas, aparece nessa obra (edição de 1958) de forma muito tênue, Sodré fala de relações semifeudais, sequelas do colonialismo escravista, que bloquearam a criação de um mercado interno. Entendemos que o autor, quando analisou as relações feudais ou semi-servis, estava se referindo às relações sociais de produção marcadas/condicionadas pelos vínculos de dependência ou subordinação pessoal que implicam a extração do sobretrabalho, mediante a coação extra-econômica (formas pré-capitalistas de extorsão da renda da terra) dos trabalhadores pelos proprietários fundiários, e não por meio da livre contratação no mercado – relações essas mediadas pelo favor, pelo clientelismo e pela violência.” (SEGATTO, 2011, p. 220)

Seguindo a interpretação apresentada por Madureira (2006), Grespan (2006) e Ricupero (2011), esta inflexão na percepção de Sodré sobre a caracterização do modo de produção no Brasil tem causalidade muito mais política que puramente teórica. A partir de sua filiação ao PCB em 1946, Sodré passa a incorporar elementos da percepção oficial do partido sobre a experiência histórica brasileira. A orientação político-teórica adotada pelo PCB a partir da *Declaração de Março de 1958* é um marco na consolidação da nova visão sobre a realidade histórica brasileira que o autor vinha gestando desde após a publicação de *Formação da sociedade brasileira* (1944) e que se expressa em *Formação histórica do Brasil* ([1962] 1976).

Como já apresentado anteriormente, na *Declaração de Março de 1958*, o partido abandonava publicamente a posição de luta armada, assumida após sua entrada na ilegalidade em 1947, e readmite a via institucional como uma ferramenta de luta política, tendo sua estratégia consubstanciada no *programa nacional democrático*. Sinteticamente, a percepção contida no programa nacional democrático era de que a revolução burguesa no Brasil era algo ainda por fazer, sendo necessária uma agenda antifeudal e anti-imperialista. A caracterização do desenvolvimento capitalista existente no Brasil presente neste documento o identifica como desigual – pela combinação de métodos capitalistas de produção com o monopólio da terra e relações sociais de produção semifeudais – e que se forjara dentro dos marcos da dependência e influência do imperialismo. A partir deste diagnóstico, tornava-se necessário eliminar os restos feudais que permaneciam na formação brasileira, que seriam embotadores das possibilidades de desenvolvimento de um capitalismo pujante, entendido como etapa necessária para a transição ao socialismo. É a partir deste contexto que Sodré mobiliza a sua

teoria para fornecer um fundamento baseado no processo histórico brasileiro para este programa, que até então tinha como base as fórmulas universais da III Internacional.

Como afirmado anteriormente neste capítulo, a formulação de Sodré contida na obra de 1962 resultou também de suas reflexões a partir de um curso com mesmo nome ministrado no ISEB entre 1955 e 1964⁵¹.

No prefácio à obra de 1962 Sodré admite que sua formulação tem forte influência das reflexões a partir deste curso e dos debates com seus companheiros de militância, afirmando que a obra recebe influência de “companheiros de estudo da realidade brasileira” (SODRÉ, p. IX, [1962] 1976), e que o livro não é resultado de mera especulação teórica, mas que “deriva de uma posição política”. A partir dos debates nos marcos de sua militância política que Sodré chegaria à formulação em que sustenta a existência de um processo de *regressão feudal* que caracterizaria o feudalismo brasileiro e que servirá de base para sua formulação sobre a revolução brasileira, “é um argumento a favor de uma proposta com nítida angulação de esquerda, abertamente defendida desde o prefácio até o último capítulo, intitulado ‘Revolução brasileira’.” (GAIO, 2011, p. 111) Em suas obras posteriores (1980; 1985; 1988; 1990), Sodré retoma esta formulação sobre o modo de produção brasileiro e sobre a realidade histórica brasileira contida nesta obra (cf. GUARINELLO, 2011; MAZA, 2011; SOUZA, 2011).

Sodré procurou captar as especificidades da experiência histórica brasileira através do conceito de modo de produção, trazendo uma importante contribuição, dentro do PCB, para a controvérsia em questão. Ao introduzir a tese da predominância do modo de produção feudal na formação brasileira Sodré rejeita, simultaneamente, a leitura que conferia caráter capitalista às relações de produção no Brasil, estabelecida por Caio Prado Jr. (1933; 1942; 1945) e Roberto Simonsen (1937) e a explicação de Varnhagen (1854) e Capistrano de Abreu (1907), que compreendia a colonização como a transplantação direta do feudalismo de Portugal para o Brasil sem fazer as devidas mediações⁵².

⁵¹ A entrada de Sodré no ISEB foi precedida pelo convite feito Alberto Guerreiro Ramos para que participasse do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política em 1954. Em 1955, no governo Café Filho, é criado o ISEB com sede no Rio de Janeiro. O instituto teve forte influência do pensamento cepalino ao ter como diagnóstico um papel central ao Estado como planejador e coordenador do desenvolvimento econômico-social em países subdesenvolvidos como o Brasil.

⁵² A contribuição de Caio Prado está em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942); a de Roberto Simonsen em *História Econômica do Brasil* (1937); a de Varnhagen em *História Geral do Brasil* (1854); a de Capistrano de Abreu em *Capítulos da História do Colonial* (1907).

2.2.1 A especificidade do modo de produção brasileiro – um feudalismo com tempero brasileiro

A formulação contida em *Formação Histórica do Brasil* ([1962] 1976) coloca como fator explicativo central para a caracterização do modo de produção no Brasil a existência de monopólio feudal da terra, e tinha como postulado a existência de um processo de *regressão feudal*, originado da decomposição do *escravismo colonial*.

O feudalismo elaborado por Sodré é resultante da necessidade de compreender as especificidades do processo histórico brasileiro. Ao dar centralidade em sua análise às condições internas de produção e às relações de propriedade vigentes no Brasil, Sodré observa que o modo de produção brasileiro não pode ser caracterizado como capitalista, ou de sentido capitalista – em crítica direta à formulação de Caio Prado Júnior – por apresentar como características fundamentais a existência de monopólio de propriedade da terra e relações sociais de trabalho não assalariadas. Tal como a historiografia econômica da época – a saber, PRADO JUNIOR (1933; 1942; 1945) e SIMONSEN (1937) – Sodré identificava o processo de colonização do Brasil associado ao processo de acumulação primitiva de capital ocorrido na Europa, sendo o sistema colonial forjado entre os séculos XV e XVIII um propulsor deste processo de acumulação primitiva.

Para Sodré, ao contrário do afirmado por Caio Prado – como será apresentado no próximo capítulo – entender o processo de colonização do Brasil nos marcos do surgimento do sistema capitalista embrionário na Europa, não resulta necessariamente em entender a produção colonial como sendo capitalista, mesmo que a produção escravista seja aqui dotada deste sentido (*cf.* PINHEIRO *et al.*, 2015). A crítica de Sodré à visão de Caio Prado se baseia na noção de que durante o processo de acumulação primitiva não se teria verificado produção capitalista nem mesmo em Portugal, na medida em que nesta etapa do processo histórico a forma dominante do capital era o capital comercial, uma forma antediluviana do capital – na expressão usada por Marx – ou seja, uma forma de capital que ainda não operava sob a lógica capitalista, ainda incapaz de se expandir sobre suas próprias bases, logo, não capitalista em sua plenitude (*cf.* SODRÉ, [1962] 1976; 1980).

De acordo com Sodré, o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista em algumas regiões da Europa se deu de forma a colocar diversas formas de

produção não capitalistas a serviço de sua lógica. Para o autor, o processo de acumulação de capital mercantil, ocorrido na esfera da circulação, coexistiu com relações sociais de produção feudais e as fortaleceu em alguns lugares, ao passo que atuou como uma das vias para constituição do modo de produção capitalista em outros. A existência de relações feudais em algumas partes da Europa, como Portugal, foi funcional para o desenvolvimento das relações de produção capitalistas em outras, como a Inglaterra. O fator determinante para a consolidação do modo de produção capitalista é tomado como algo interno à dinâmica da economia local.

A principal crítica de Sodré à corrente que entende o Brasil como capitalista desde a colônia reside na confusão, que segundo Sodré esta corrente faria⁵³, entre o capital comercial, que realiza seu excedente na esfera da circulação, e o modo de produção capitalista propriamente dito. Sodré afirma que não se pode confundir a burguesia comercial que emerge desse processo com uma classe burguesa hegemônica (PINHEIRO *et al.*, 2015). Neste sentido, apresenta uma posição bastante diferente do que havia formulado em 1944 em *Formação da Sociedade Brasileira*. Em 1962, Sodré contesta o caráter burguês da Revolução de Avis que havia apresentado anteriormente e que até então era a visão estabelecida na historiografia – a Revolução de Avis foi processo que desencadeou a unificação precoce de Portugal em 1385. Para Sodré este teria sido um processo de luta nos marcos do feudalismo para expulsar os mouros, e as instituições e o Estado que se constituíram nesse processo, não possuem conteúdo capitalista. Ao mesmo tempo, este já é marcado pela ascensão do capital comercial que atua dissolvendo as relações feudais estabelecidas. Ou seja, existia feudalismo em Portugal, mas se tratava de um feudalismo decadente, dotado de algumas características particulares. A implementação de um grupo comercial em Portugal, etapa da centralização política, não era condição suficiente para a implementação de relações capitalistas de produção no Brasil. Esta seria então uma das chaves para compreender o que se sucede com a formação brasileira (GRESPLAN, 2006).

Com isso Sodré, dirige uma crítica aos que viam capitalismo em Portugal a partir de 1385, sendo a confusão entre capital comercial e modo de produção capitalista propriamente dito a origem do equívoco.

O processo de colonização brasileiro foi um empreendimento do capital comercial português que tinha como arcabouço jurídico institucional um Estado absolutista. É nesse contexto que se tem a exploração comercial da costa brasileira nos primeiros anos de

⁵³ Ver seção de críticas no capítulo sobre Caio Prado Júnior.

colonização, e também aí que se insere o sistema de capitanias hereditárias fracassado em poucos anos. Embora não tenha deixado legados significativos no plano institucional, já que o Governo Geral seria instituído em 1549, as capitanias deixaram um legado que para Sodré se recolocaria de maneira permanente na história do Brasil, o *monopólio feudal da terra*. O monopólio real do acesso à terra teria colocado já de partida uma distribuição fundiária concentrada tanto nos empreendimentos voltados para o mercado mundial como para as atividades primárias necessárias à reprodução da economia colonial, ou seja, as atividades voltadas para o mercado interno. Tal distribuição fundiária originária do feudalismo se reproduziria de maneira permanente na realidade histórica brasileira.

Sobre o modo de produção existe no Brasil, Sodré também afirma que o modo de produção que aqui se instala não tem nenhuma ligação direta com a produção indígena, sendo o escravismo aqui implantado uma ruptura significativa com o comunismo primitivo característico dos povos indígenas originários do continente americano. Embora em algumas áreas, como no planalto paulista e nas missões jesuíticas ao sul, a força de trabalho indígena tenha sido arregimentada como trabalho escravo ou subsumida ao trabalho por coerção religiosa, este não é para o autor o caso típico de força de trabalho utilizada, o negro africano (cf. CURTY *et al.*, 2016). Assim, para Sodré, o modo de produção que aqui se instala é *transplantado* (SODRÉ, [1962] 1976). Não há continuidade entre o primitivismo indígena existente no Brasil anteriormente à colonização portuguesa e o escravismo implantado a partir do processo colonial. Neste último, os africanos vêm na condição de escravos dominados e os portugueses como dominadores, ambas condições que não existiam antes no Brasil e assim, estabelecendo relações sociais de produção totalmente distintas e dissociadas das relações sociais de produção anteriormente existentes.

Assim, impulsionada pelo processo de constituição do capitalismo nos países centrais, a formação brasileira seria marcada pela *heterocronia*, ou seja, pela presença de modos de produção que caracterizam diferentes tempos históricos em uma mesma estrutura econômico-social (SODRÉ, [1962] 1976). Para Sodré, coexistem no Brasil colonial três modos de produção distintos: o comunismo primitivo; o escravismo; e o feudalismo. Neste processo, o avanço da produção sobre as áreas indígenas e a decadência da produção escravista levou à dominância do feudalismo. Para Sodré, um dos problemas, no plano teórico, acarretados por essa heterocronia seria o uso de categorias historicamente anteriores e fundadas na análise de outras situações históricas concretas para tentar explicar o caso brasileiro, o que segundo Sodré seria um problema inerente à sua própria noção de feudalismo.

A heterocronia, existente na realidade histórica brasileira como resultado do processo de desenvolvimento desigual, resulta na vigência de diferentes etapas históricas no mesmo território geográfico, o que Sodré chamou de *contemporaneidade do não coetâneo* (SODRÉ, [1962] 1976). Ou seja, para o autor, este fenômeno é um reflexo interno da heterocronia:

“O Brasil apresentou, e ainda apresenta – hoje, na verdade, com efeitos já bastante atenuados – etapas diversas de desenvolvimento, para aplicar um conceito generalizado e colhido da economia. A uniformidade é ainda, entre nós, uma tendência que se vem acentuando, sem dúvida, mas aquela heterocronia existe e funciona, condicionando comunidades e sociedades. Trata-se de outro aspecto – agora particular, porque brasileiro – do desenvolvimento desigual” (SODRÉ, 1980, p. 135).

Para Sodré, o Brasil, enquanto colônia de uma metrópole caracterizada pelo modo de produção feudal, ainda que em processo associado ao processo de acumulação primitiva associado ao capital comercial, teria herdado uma estrutura produtiva feudal, que, ao se deparar com as condições materiais do território colonial, regrediria mais uma vez ao modo de produção escravista. “O predomínio econômico, demográfico e político do escravismo é indubitável até bem entrado o século XIX, associando latifundiários escravistas a grandes comerciantes inseridos no mercado mundial” (DEL ROIO, 2000, p.88), processo que Sodré identificou como a *regressão escravista* (SODRÉ, [1962] 1976).

A heterocronia apresentada por Sodré é o fundamento da noção de *regressão feudal* apresentada pelo autor para identificar o que ocorre com as relações sociais de produção no Brasil no período colonial e no período imperial, já que, em uma mesma estrutura econômico-social coexistem escravismo e feudalismo, a decomposição do primeiro implica na dominância do último. E que permanece na fase inicial do período republicano. Com a decomposição do escravismo teria lugar o processo de regressão feudal característico da República Velha, mesmo com a abolição da escravidão. A manutenção do monopólio da terra e as diversas relações sociais de trabalho não-capitalistas que se estabelecem, instituídas nas figuras do parceiro, meeiro ou morador levam Sodré a caracterizar o modo de produção vigente na realidade brasileira no período da República Velha como feudalismo. Com a *regressão feudal* preserva-se a estrutura fundiária do país. No entanto, antes que se pense em um feudalismo europeu⁵⁴, é preciso destacar que se trata de um feudalismo à brasileira, já que o autor percebe através da categoria o que acredita ser a especificidade do modo de produção

⁵⁴ Inclusive, é importante destacar que na historiografia há um debate acerca da não existência de um único caso de feudalismo europeu, mas sim, vários feudalismos, que não seria possível falar em um feudalismo do tipo *clássico*.

no Brasil, a concentração e o monopólio das terras. O modo de produção dominante é feudal porque o monopólio da terra é a base sobre a qual se organiza a produção e reprodução da vida material.

Tal centralidade se confirma quando Sodré analisa a transição do feudalismo ao capitalismo, que, ocorrendo através de acordos entre a burguesia urbana em ascensão e aristocracia fundiária, não produziu qualquer abalo suficientemente forte para erradicar o *monopólio feudal da terra*. Assumindo a oposição dualista entre o arcaico encarnado pela aristocracia e o moderno trazido pelo capitalismo, Sodré via nos *resquícios feudais* um entrave ao desenvolvimento do capitalismo no país. O capitalismo não poderia se consolidar no Brasil sem uma profunda reforma agrária, sendo o *monopólio feudal da terra* fator bloqueador de seu desenvolvimento. A chamada revolução brasileira precisaria dar conta de romper com estes resquícios feudais de maneira autônoma, logo, precisaria ser antifeudal e anti-imperialista.

Em síntese (SODRÉ, 1980), Sodré parte de algumas premissas básicas sobre a peculiaridade do caso brasileiro:

(i) a existência de desenvolvimento desigual e como este desenvolvimento desigual se manifesta na história brasileira. Para o autor, o fato de a existência histórica do Brasil ser tratada a partir do “descobrimento” em um momento no qual o feudalismo declinava na Europa ocidental, nos marcos da revolução comercial e das grandes navegações, com a definição do mercado mundial precisa ser reavaliado. Como o processo de desenvolvimento nas sociedades caracterizadas pelo feudalismo, como as europeias, e as caracterizadas pela chamada comunidade primitiva, como era o caso do Brasil neste período, há uma *heterocronia* presente na história, que permanece historicamente de diferentes maneiras e que deve ser levada em conta. Se manifestando de diferentes maneiras, como no uso de expressões surgidas em outros lugares e em outros momentos para caracterizar os processos e fenômenos brasileiros;

(ii) a existência e vigência no Brasil de diferentes etapas históricas ao mesmo tempo, ou seja, simultaneamente há diferentes áreas territoriais no país que vivem etapas de desenvolvimento diferentes, ou nas palavras do autor, a *contemporaneidade do não-coetâneo*. Muitos autores – como Rangel (1957; 1962; 1982) e Furtado (1959) – trabalham esta mesma ideia usando categorias ligadas ao dualismo, Nelson Werneck Sodré não explicita isto, mas é possível pensarmos conexões neste sentido. E esta seria uma outra característica do desenvolvimento desigual no Brasil para Sodré;

(iii) o terceiro aspecto é a chamada *transplantação*, que seria a transferência ao Brasil de elementos da sociedade europeia, em especial portuguesa, e que lançaram assim as bases de uma sociedade bastante diferente da que originalmente os europeus aqui encontraram e do que seria a tendência do processo de desenvolvimento das forças produtivas aqui (na perspectiva do autor). O escravismo que aqui é implantado se estrutura com força de trabalho escrava de origem africana a partir de elementos de organização produtiva e social europeus. Ou seja,

“a chamada colonização nasce da transplantação dos elementos humanos africanos e europeus: os primeiros forneceram a massa da classe dominada, a que concorreu com o trabalho; os segundos forneceram a maioria absoluta dos que concorreram com a propriedade, a classe dominante.” (SODRÉ, 1980, p. 136)

Ao traçar um paralelo entre estas relações de produção e as feudais, Sodré tem sempre o cuidado de estabelecer as mediações adequadas para captar as especificidades do caso brasileiro. É nesse sentido que se pode dizer que Nelson constrói um feudalismo⁵⁵ à brasileira. Tal explicação não é simplesmente a adaptação das formulações soviéticas e incorporadas pela IC sobre a questão. O argumento desenvolvido por Sodré⁵⁶ se orienta no sentido de captar as especificidades do processo histórico brasileiro de maneira a compreendê-lo a partir do materialismo histórico, oferecendo um fundamento nacionalizado para o programa nacional-democrático.

O programa nacional-democrático, que tomava por base as resoluções da III Internacional sobre países coloniais e semicoloniais, não se encontrava fundamentado na realidade brasileira até a formulação de Sodré (*cf.* CURTY *et al.*, 2016; PINHEIRO *et al.*, 2015). Com sua interpretação do Brasil, ao afirmar a centralidade do monopólio da terra, o autor oferece um fundamento nacionalizado para este programa, até então alheio à realidade brasileira por se dirigir de modo abstrato às sociedades de característica dependente como um todo, sem qualquer análise de suas especificidades. O programa nacional democrático assumia que a revolução em curso no Brasil era burguesa, propondo uma aliança da classe

⁵⁵ De um modo mais geral, o autor questiona em seu argumento a própria ideia de que o feudalismo seria um modo de produção uniforme, colocando as diferenças existentes no próprio feudalismo europeu.

⁵⁶ No texto *Modos de produção no Brasil* de 1980, Nelson Werneck Sodré destaca que as diferenças nas propostas de interpretação sobre a evolução dos modos de produção no Brasil são determinadas por motivos políticos e científicos, sendo que os primeiros, em última instância, têm maior destaque. Ao passo que nega a existência do capitalismo desde o começo da colônia brasileira, Sodré afirma que a controvérsia da existência do feudalismo ainda está em aberto. A origem do problema estaria no fato de haver uma grande confusão entre o que foram os casos clássicos (“universais” segundo Sodré) inglês e francês de feudalismo e o que foi o caso de “feudalismo” brasileiro (particular). Apoiado no método materialista histórico, o qual refuta paradigmas e atribui distinções em cada formação social e modo de produção em cada parte, Sodré persegue da especificidade do caso brasileiro.

trabalhadora com a burguesia nacional com o objetivo de eliminar um duplo entrave, o monopólio feudal da terra e seu sustentáculo externo, o imperialismo. Com a fórmula da revolução burguesa nacional, antifeudal e anti-imperialista, o programa pretendia desenvolver um capitalismo nacional forte e dinâmico, etapa tida como necessária para a transição ao socialismo. Tais esperanças só iriam se diluir com o golpe empresarial-militar de 1964, que ao cercear as possibilidades históricas de sua execução colocou as possibilidades históricas da sua crítica.

2.2.2 As críticas à concepção de Nelson Werneck Sodré sobre o modo de produção no Brasil

A principal crítica à concepção de Nelson Werneck Sodré se encontra na formulação de Caio Prado Jr, em especial a partir da publicação de *A revolução brasileira* (1966). Nesta obra, Caio Prado critica fortemente a concepção sobre a existência de resquícios feudais no Brasil ou de um feudalismo à brasileira.

Caio Prado afirma que o argumento que Nelson Werneck Sodré usa para exemplificar a existência de feudalismo no Brasil na verdade são elementos associados às relações de trabalho escravistas, que seria diferente da questão feudal, tanto em termos da natureza institucional destas relações, como no que diz respeito às consequências sociais, políticas e econômicas decorrentes desta percepção. “Entre tais consequências, Caio Prado enumera inúmeras formas de coerção extra-econômica sobre o trabalhador rural, o que cria para esse ‘uma situação toda especial de dependência e constrangimento que não existe para o trabalhador urbano’” (COUTINHO, 2001, p. 227).

Caio Prado critica também a percepção de Sodré de que essa existência de resquícios feudais seria obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Pelo contrário, para Caio Prado Júnior, a existência de relações de trabalho com elementos pré-capitalistas – que em sua concepção não poderiam ser caracterizados como feudais – na produção agrícola brasileira contribuíram para o desenvolvimento do capitalismo no país, em especial por conta dos baixos padrões de vida do trabalhador rural, o que amplia o conflito capital-trabalho em termos favoráveis ao capital (cf. PRADO JÚNIOR, [1966] 2014; SAMPAIO Jr, 1999).

Além de Caio Prado Jr., Fernando Novais (1979) apresenta uma forte crítica a Nelson Werneck Sodré e sua formulação dos resquícios feudais na economia brasileira. Partindo também da percepção do processo histórico brasileiro a partir da colonização – ou nos termos de Novais, *o antigo sistema colonial* – Novais afirma que a formação brasileira deve ser compreendida como parte integrante do sistema capitalista, a partir da dinâmica relacional metrópole-colônia.

Jacob Gorender (1978) também critica a formulação de Sodré a respeito da caracterização feudal do modo de produção no Brasil partindo da compreensão de que o que há aqui é um modo de produção específico, com dinâmica própria – o *escravismo colonial*.

As críticas se dirigiam também à percepção de que a caracterização do modo de produção no Brasil como feudal e a consequente formulação a respeito da revolução brasileira como tendo caráter antifeudal e anti-imperialista, com a possibilidade de aliança com a burguesia nacional, estariam fortemente marcadas por um viés determinista e etapista do processo histórico brasileiro (cf. PRADO JÚNIOR, [1966] 2014; SOUZA, 2011; MANTEGA, 1984). Neste sentido também são apresentadas as críticas de Chasin (1979), Gorender (1978) e Fernandes (1975) a respeito da revolução brasileira e dos posicionamentos do PCB.

2.3 Síntese do capítulo

A partir da publicação de *Formação histórica do Brasil* (1962) Sodré apresenta uma formulação específica para o modo de produção brasileiro, colocando como fator explicativo central o monopólio feudal da terra, que postulava a existência de um processo de regressão feudal, originado da decomposição do escravismo colonial, que, por sua vez seria resultante de um processo de regressão escravista originado na colonização portuguesa. Neste sentido, afirmava que a estrutura produtiva brasileira ainda era de base feudal.

Para Sodré, o desenvolvimento do capitalismo em algumas regiões da Europa teria levado ao recrudescimento dos laços servis em outras regiões que se associavam às regiões europeias através do processo de colonização. Sodré explica da mesma maneira o escravismo estabelecido na colônia, que se associava às regiões europeias através do processo de colonização e expansão marítima. Isto é, com o tempo, os latifúndios escravistas

da colônia, voltados para a exportação, foram envolvidos por relações sociais de produção de natureza feudal, ampliando-se a dominação feudal no campo, com a oposição entre senhores e escravos substituindo a contradição senhores e servos (RECKZIEGEL, 2004, p. 326). Para o autor, a Revolução de Avis não possuía caráter capitalista, sendo motivada por questões militares, além disso, o processo de divisão de terras entre os senhores vencedores da guerra, que sucedeu à revolução, levou à reafirmação do feudalismo próprio na Península Ibérica. Logo, Portugal não poderia ser compreendido como capitalista, e desta maneira, o Brasil, sua colônia, também não poderia.

O Brasil teria herdado de Portugal uma estrutura produtiva feudal, que, ao se deparar com as condições materiais do novo mundo, haveria nova regressão, dessa vez, ao modo de produção escravista. A decomposição do escravismo, com a abolição da escravidão e a proclamação da República, daria lugar ao processo de regressão feudal. Como na República seguiu havendo monopólio da terra e várias relações de trabalho se estabelecem de maneira vista por Sodré como não-capitalistas, instituídas em figuras como parceiro, por exemplo, Sodré caracteriza o modo de produção vigente na realidade brasileira – na virada do século XIX para o século XX e na primeira metade do século XX – como feudalismo. Um feudalismo com mediações adequadas para captar as especificidades do caso brasileiro, um feudalismo à brasileira. Embora não esteja imune a críticas, tal formulação se constitui um indubitável esforço de adaptação do marxismo à realidade brasileira, principalmente tendo em consideração as condições teóricas da época.

“Seja como for, com ambiguidades e limites próprios de seu tempo, o fato é que Nelson Werneck Sodré oferece pistas ainda não devidamente exploradas para o conhecimento e a transformação da realidade brasileira, algumas de incrível atualidade e de acordo com certas tendências atuais da historiografia marxista. Esse é apenas um aspecto da insuspeita vitalidade do marxismo ‘clássico’ no Brasil, que apenas agora começa a ser reavaliado.” (GRESPLAN, 2006, p. 193)

Esta análise do modo de produção no Brasil feita por Sodré tem como elementos fundamentais a caracterização das relações sociais de produção que se estabelecem e a propriedade dos meios de produção, em especial, a terra. Se pensarmos no tradicional debate da historiografia sobre a transição do feudalismo ao capitalismo estabelecido nos anos 1960 e 1970 com participação de autores como Maurice Dobb ([1963] 1977; 1977a; 1977b); Paul Sweezy (1977), H. Kohachiro Takahashi (1977), Rodney Hilton (1977), Christopher Hill (1977), Eric Hobsbawm (1964; 1975), é possível pensar paralelos entre a visão de Maurice Dobb sobre a transição do feudalismo para o capitalismo com a visão de Sodré sobre o modo de produção no Brasil. Dobb associa o processo de transição do feudalismo para o

capitalismo na Europa como identificada primordialmente a processos de contradições internas do modo de produção feudal⁵⁷, centradas nas disputas e antagonismos entre os senhores feudais e os servos, que levou ao processo de transição, isto é, Dobb enfatiza os elementos das relações sociais de produção para caracterizar o modo de produção e aquele processo de transição, com semelhança à ênfase dada às relações de propriedade da terra e às relações sociais de produção dada por Sodré.

A visão dominante na esquerda brasileira acerca do modo de produ o no Brasil até meados dos anos 1960 e na década de 1970, estava associada   existência de resquícios feudais na estrutura produtiva brasileira, caracterizados pelo monopólio feudal da terra, que seria um entrave ao processo de desenvolvimento brasileiro. Nestas condi es, o capitalismo não poderia se consolidar no Brasil sem romper com esta estrutura – por exemplo, através de uma significativa e profunda reforma agrária. Com sua obra de 1962, Sodré apresenta um fundamento teórico formulado a partir da realidade brasileira que se encaixava no programa político do PCB da época – o programa nacional-democrático. Este programa, que tomava por base as resolu es da III Internacional sobre países coloniais e semicoloniais, até então não se encontrava fundamentado na realidade brasileira. A partir deste programa, que assumia que a revolu o em curso no Brasil era burguesa, nacional, antifeudal e anti-imperialista, a proposta política era de uma aliança da classe trabalhadora com a burguesia nacional com o objetivo de eliminar um duplo entrave, o monopólio feudal da terra e seu sustentáculo externo, o imperialismo, ou seja, a ideia era desenvolver um capitalismo nacional forte.

A partir das fortes críticas de Caio Prado Júnior   concep o do modo de produ o feudal no país e da concep o da revolu o brasileira gerada deste diagnóstico da realidade brasileira, como também, a partir das contradi es e tensões geradas pela grande derrota que foi o golpe empresarial-militar de 1964 e a subsequente ditadura, a formula o de Sodré passa a ser alvo de fortes críticas – em muitos casos, injustas, por distorcer a concep o original do autor – e o autor e sua formula o sobre o modo de produ o no Brasil e as possibilidades de transforma o da realidade brasileira caem no ostracismo, sendo resgatados somente mais recentemente (*cf.* CUNHA & CABRAL, 2006; DEL ROIO, 2001; 2006; SILVA 2001; 2011).

⁵⁷ Sobre este debate ver MAZZEO (2015).

CAPÍTULO 3 – CAIO PRADO JUNIOR – ORIGEM E SENTIDO CAPITALISTA DO MODO DE PRODUÇÃO BRASILEIRO

“a história faz sentido
isso li num livro antigo
que de tão ambíguo
faz tempo se foi na mão dalgum amigo

logo chegamos à conclusão
tudo não passou de um somenos
e voltaremos
à costumeira confusão”

Paulo Leminski, *caprichos e relaxos*

Caio Prado Júnior é identificado por vários autores⁵⁸ como o autor que elaborou a primeira interpretação marxista⁵⁹ do Brasil. É também o intérprete do Brasil inserido na controvérsia dos modos de produção no Brasil cujas análises são as mais conhecidas e difundidas. O senso comum em história do Brasil difundido a partir das últimas décadas do século XX tem como noção a ideia da colonização brasileira inserida no processo de expansão marítima europeia e a noção, associada à anterior, de que não houve passado feudal ou semifeudal no país. Como afirma Maria Angela D’Incao em seu texto de apresentação a uma coletânea em homenagem a Caio Prado Júnior, a influência de Caio Prado Júnior para a visão do Brasil existente é significativa.

“Caio Prado é o historiador brasileiro que maior influência tem sobre os estudiosos da sociedade brasileira, visível em nossa produção e em nossa visão do Brasil. Todos partimos de Caio Prado para compreender o Brasil, mesmo que depois possamos divergir de suas teses principais.” (D’INCAO, 1989a, p. 9)

⁵⁸ Entre os comentadores que sustentam esta opinião, destaca-se: BIELSCHOWSKY (1988); COUTINHO ([1988] 2011); IGLESIAS (1982); KONDER (1989); PERICÁS (2011; 2016); PERICÁS & WIDER (2014); PINHEIRO (2011a; 2011b); RICUPERO (1998; 2000; [2008] 2011, 2009; 2011); SECCO (2008; 2011).

⁵⁹ Octávio Brandão, em 1926, publicara *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*. O próprio autor nos anos 1950 reconhece os limites do seu trabalho em virtude da aplicação mecânica de uma visão stalinista do marxismo. Para ver mais elementos sobre Octávio Brandão e sua interpretação do Brasil, ver PINHEIRO (2016).

É raro encontrar alguém que nestas primeiras décadas do século XXI ainda pesquise a história econômica do Brasil em termos de um passado feudal, além disto, é bastante difundida a compreensão da colonização brasileira não como algo particular, mas inserida no contexto da expansão marítima europeia. No entanto, poucos sabem que estas noções foram formuladas por Caio Prado Junior, muitas de suas teses são tão difundidas que quase mais ninguém sabe que foi ele seu autor (*cf.* RICUPERO, 2009, p. 228).

Como será apresentado nas seguintes páginas, estas noções que são tão difundidas e aceitas no imaginário social brasileiro não foram noções aceitas desde sua concepção. Quando Caio Prado as formulou, o senso comum do debate, em especial no âmbito da esquerda brasileira – mais notadamente, do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – seguia as teses da III Internacional Comunista (IC) para os “países coloniais, semicoloniais e dependentes”. O Bureau Sul-americano da Internacional Comunista transmitia as teses de Moscou, cujas formulações no Brasil caracterizavam o modo de produção brasileiro a partir da transposição dos conceitos e categorias europeus, em especial, os associados às concepções feudais e semif feudais da formação histórica brasileira. Assim, as interpretações caiopradianas sobre o processo histórico brasileiro e a caracterização do modo de produção no Brasil como capitalista desde a ocupação e colonização portuguesa foram alvo de acalorados e intensos debates e seu deslocamento para a visão dominante sobre a história brasileira foi um resultado de um processo histórico, político e teórico.

Sua percepção era de que o Brasil colônia fora formado no contexto da expansão ultramarina europeia, sendo caracterizado como uma colônia de exploração – Caio Prado ([1942] 2011) definia as colônias de exploração como o tipo de colônia nas quais se produziam mercadorias de alto valor no mercado externo, a partir de uma organização produtiva em grandes propriedades e com utilização preponderante de trabalho escravo. Neste contexto da produção e sociabilidade na colônia, o *sentido da colonização* brasileira seria a produção em larga escala de gêneros tropicais para o mercado mundial e a estrutura social da colônia refletia estas características da produção. De seu ponto de vista, o setor dinâmico da colônia – que ele caracterizava como *setor orgânico* – determinava a forma como se estabeleciam as relações sociais na colônia, que se organizavam a partir da divisão social entre senhores rurais e escravos.

É relevante destacar que a essência do argumento do autor sobre a caracterização da produção e da sociabilidade no Brasil colonial nos marcos do capitalismo já estava presente

em sua obra inaugural, *Evolução Política do Brasil* ([1933] 1961), tendo em *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* ([1942] 2011) a obra na qual o argumento ganha maior substância e é retomada em obras posteriores como *História Econômica do Brasil* ([1945] 1970) e *A Revolução Brasileira* ([1966] 2014)⁶⁰. Nestas obras está a essência de sua interpretação do Brasil e seu posicionamento na controvérsia do modo de produção no Brasil.

Ainda que a interpretação do Brasil caracterizado pela dominação do modo de produção capitalista seja apresentada por Caio Prado desde a década de 1930, é somente nos anos 1960 com a publicação de *A Revolução Brasileira* (1966) que se consolida a controvérsia dos modos de produção no Brasil. Ao apresentar suas críticas ao posicionamento político do PCB organizado a partir da caracterização da revolução brasileira como uma revolução burguesa de caráter nacional, antifeudal e anti-imperialista, Caio Prado reapresenta suas críticas à concepção do modo de produção no Brasil como feudal. A caracterização do modo de produção no Brasil como feudal estava presente nas formulações do partido comunista desde sua formação, forjada nos marcos da influência da III Internacional e suas orientações para a estratégia política dos países dependentes, coloniais e semicoloniais, mas esta caracterização só encontra argumento teórico formulado a partir da realidade brasileira com a sistematização apresentada por Nelson Werneck Sodré em *Formação Histórica do Brasil* (1962). Neste movimento, é nos anos 1960 que se dá o embate direto entre estas duas concepções distintas sobre o modo de produção no Brasil, estabelecendo-se assim o núcleo da controvérsia dos modos de produção no Brasil. Neste contexto, vivia-se no país um momento de significativa disjuntiva histórica – o golpe de 1964 – levando à movimentos de reflexão sobre os caminhos da sociedade brasileira, sobre os movimentos da esquerda no cenário político nacional e seus possíveis erros que teriam levado à conjuntura do golpe e sobre as formulações teóricas e interpretações sobre a realidade brasileira que teriam consubstanciado estes posicionamentos políticos.

Neste capítulo, será apresentado como Caio Prado Júnior constrói sua interpretação.

⁶⁰ A produção de Caio Prado Júnior é bastante diversificada, tendo produzido textos sobre historiografia política e econômica, análises de interpretação do Brasil, formulações sobre a questão da revolução no Brasil, análises no âmbito da economia, textos filosóficos, obras de divulgação dos países socialistas, análises sobre a questão agrária no Brasil. Nesta tese o foco é nos trabalhos que podemos chamar de interpretações do Brasil, cujo foco está na historiografia política e econômica brasileira e na questão da revolução no Brasil. Que fique entendido que este recorte não significa uma compreensão de que a obra de Caio Prado se resume a estas questões. Dentre as outras obras significativas do autor, é possível destacar: *URSS: Um novo mundo* (1934); *Dialética do Conhecimento* (1952); *Diretrizes para uma Política Econômica* (1954); *Esboço dos fundamentos da teoria econômica* (1957); *Introdução à Lógica Dialética* (1959); *O Mundo do Socialismo* (1962); *História e Desenvolvimento* (1968); *O Estruturalismo de Lévi-Strauss - O Marxismo de Louis Althusser* (1971); *A Questão Agrária no Brasil* ([1979] 2014); *A Cidade de São Paulo* (1983).

3.1 A trajetória político-intelectual de Caio Prado Junior e o movimento comunista brasileiro

Caio Prado Júnior em uma fala na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 1947 – ele foi deputado estadual pelo PCB no período – afirmou que “É por ação que os homens se definem”. Esta frase pode bem caracterizar o processo de intervenção política e intelectual do autor. Seu movimento de interpretação da realidade brasileira foi realizado em sintonia com sua atuação política. Sua aproximação com o marxismo se dá em um sentido de compreender a realidade brasileira (cf. SECCO, 2008) e também transformá-la. Para Caio Prado (cf. PERICÁS, 2011) “o marxismo não era acessório, mas um instrumento essencial não só para compreender o processo histórico nacional, mas como instrumento para a luta pelo socialismo” (p. 109). Neste sentido, para compreender a formulação analítica do autor é necessário compreender sua trajetória política e intelectual.

Caio Prado Junior nasce em São Paulo em 1907 em uma das mais importantes famílias da burguesia cafeeira, os Silva Prado. Os Silva Prado eram uma das famílias mais influentes no período da República Velha, em especial no século XIX – os chamados barões do café – sendo a empresa da família – a Companhia Prado-Chaves Exportadora – responsável em 1918 pela venda de 2,2 milhões de sacas de café, que correspondia a 20,25% do café exportado a partir do porto de Santos no período (cf. RICUPERO, [2008] 2011). Neste contexto, recebe a criação e educação de praxe para sua classe social na época: os estudos iniciais com professores particulares – em sua maioria vindos do exterior – e posterior ingresso no tradicional Colégio São Luís. Passa uma temporada na Inglaterra, no Colégio Chelmsford e no retorno ao Brasil, cursa direito na tradicional Faculdade do Largo do São Francisco, entre 1924 e 1928. Época na qual passa a ter atuação política direta.

Em seu ano de formação, Caio Prado ingressa no Partido Democrático (PD) de São Paulo, tendo sua primeira experiência política e atuando de forma intensa, ainda que não possuísse cargo na direção do partido, participou da organização do PD em diversos bairros da capital paulista e em cidades no interior do Estado (cf. FERREIRA LIMA, 1989, p. 17). O PD havia sido criado no ano de 1926 em um movimento de contestação ao tradicional e conservador Partido Republicano Paulista (PRP), partido dos fazendeiros cafeeiros, que eram

o *status quo* dominante no período da República Velha. O programa do PD pode ser compreendido como “liberal moralizante – em que se destacava a pregação pelo voto secreto, a defesa de um Judiciário livre e das liberdades individuais” (RICUPERO, [2008] 2011, p. 132) que reunia “membros da oligarquia e das camadas médias paulista descontentes com a orientação política dominante no país” (*ibid.*, p. 132). Nas eleições presidenciais de 1930 o PD fez oposição à candidatura oficial de Júlio Prestes, apoiando Getúlio Vargas e apoia o movimento armado de contestação ao resultado das eleições, como a Revolução de 1930. Havia suspeita de que as eleições haviam sido fraudadas, a fim de colocar Júlio Prestes como vitorioso.

Prado Júnior, no entanto, logo fica decepcionado com o PD e o governo de Vargas que se estabelece após a chamada Revolução. Neste processo, seu posicionamento político adquire caráter mais crítico e radicalizado⁶¹ e ele se filia ao PCB em 1931 – e permanece vinculado ao partido ao longo de quase toda sua vida⁶², sem nunca participar de dissidências ou realizar denúncias públicas ao partido, mesmo que em boa parte deste vínculo tenha posições consideravelmente polêmicas, conforme será apresentado na sequência deste texto. Sua filiação ao PCB e seu posicionamento socialista/comunista marcarão toda a vida de Caio Prado e serão totalmente indissociáveis de sua produção intelectual.

Em 1933 publica seu primeiro livro, *Evolução Política do Brasil*, – publicado originalmente com o subtítulo de *ensaio de interpretação materialista da história brasileira* (cf. BORJA, 2013) – obra que, conforme afirmado anteriormente, é considerada a primeira tentativa de fôlego de utilizar o materialismo histórico para explicar a experiência histórica brasileira. Já nesta obra inicial apresenta a original – e na época, polêmica – interpretação do caráter capitalista da colonização brasileira a partir de uma perspectiva marxista.

No imediato posterior à publicação da obra, Caio Prado se dedica a duas frentes: do ponto de vista intelectual, participa das aulas no curso de História e Geografia na então recém

⁶¹ “passa a desconfiar das possibilidades de transformação efetiva dentro do capitalismo. Desconfiança que não tarda a evoluir para a adesão ao socialismo” (RICUPERO, [2008] 2011, p. 132)

⁶² “Desde seu ingresso no PCB, em 1931, Caio se aprofundará, na medida do possível, nas leituras de clássicos marxistas; militará no Socorro Vermelho Internacional; fundará e será um dos dirigentes do CAM (Clube de Artistas Modernos); fará, dois anos depois, uma viagem importante para a URSS; e será um grande divulgador e defensor do país dos soviets no Brasil. Sua ação política se aprofundará quando em 1935 se torna vice-presidente da ANL (Aliança Nacional Libertadora) em São Paulo; quando, no exílio na França, entre 1937 e 1939, participa de um comitê em apoio aos refugiados republicanos que lutavam contra as hostes fascistas de Franco na Guerra Civil espanhola; ao manter, na mesma época, ligações com o Partido Comunista da França; ao ser eleito deputado estadual em 1947 (tendo seu mandato cassado no ano seguinte); com sua participação no Congresso da Paz, em Paris; e com suas distintas jornadas pela Tchecoslováquia, Polônia, URSS, China e Cuba.” (PERICÁS, 2011, p. 110).

fundada Universidade de São Paulo (USP), nas quais tem contato com diversos intelectuais europeus de destaque, como Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Pierre Mombeig e Pierre Deffontaines, contato este que lhe permite “realizar descobertas intelectuais” (RICUPERO, [2008] 2011, p. 133); do ponto de vista da ação política, assume a posição de vice-presidente da seção paulista da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e participa da organização de maneira intensa, sendo um dos principais articuladores da ANL no Estado de São Paulo⁶³. A ANL foi criada em 1935, reunindo em suas frentes comunistas e outros grupos de esquerda que se aproximavam através da bandeira do antifascismo e logo após sua criação adquire status de movimento de massas, com significativas ações, como: promoção de manifestações, atuação com sindicatos e associações profissionais e publicação de jornais. A experiência de Prado Júnior na ANL o marca como militante profundamente, “o que há de mais relevante em sua concepção política se forma nesse curto período de intensa atividade” (*ibid.*, p. 134). No entanto, a ANL é logo colocada na ilegalidade, a organização é desfeita e seus principais militantes, como Caio Prado, vão presos. Ele permanece dois anos na prisão e após sua libertação, exila-se na França entre 1937 e 1939, onde começa a redação de sua obra mais emblemática no que concerne a sua interpretação do Brasil, *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* (1942). Estuda na Sorbonne, se aproxima do Partido Comunista Francês e participa dos movimentos antifascistas no contexto da Guerra Civil espanhola (*cf.* FERREIRA LIMA, 1989; PERICÁS, 2011; BORJA, 2013; PINHEIRO, 2014).

No retorno ao Brasil, publica a obra *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* (1942) e no mesmo ano, funda a Editora Brasiliense que será de grande importância para a esquerda e para os intelectuais críticos, em especial, os marxistas e comunistas. Neste momento, dedica-se à pesquisa e redação de *História Econômica do Brasil* (1945). Neste período (1937-1945), caracterizado pela ditadura do Estado Novo, Caio Prado permanece militando, participando também dos movimentos e campanhas pela redemocratização do país e das disputas internas no PCB. É importante lembrar que no contexto da repressão do Estado Novo, o partido comunista foi para a ilegalidade, tendo sido desarticulado, com parte significativa de sua militância ou morta, ou presa ou no exílio. As principais disputas internas no PCB se davam com relação ao posicionamento do partido ante o fascismo no exterior e ante o governo Vargas. De um lado, estava a Comissão Nacional de Organização Política (CNOP), que “defendia que a luta contra o Eixo, na qual o Brasil se engajava na Europa,

⁶³ “Viaja pelo estado realizando palestras e organizando diretórios, escreve artigos para a imprensa partidária, contribui financeiramente para a manutenção da Aliança, etc.” (RICUPERO, 2008 [2011], p. 133)

exigiria a união nacional em torno do presidente Vargas” (RICUPERO, [2008] 2011, p. 134), do outro, os Comitês de Ação, grupo do qual Caio Prado fazia parte, que “argumentavam que não fazia sentido lutar contra o fascismo no exterior, ao mesmo tempo que se aceitava a ditadura do Estado Novo no Brasil” (*ibid.*, p. 134). A linha central do partido se manifestou a favor da posição do CNOP. Esta seria uma das muitas disputadas internas do partido em que Caio Prado se encontra na posição derrotada⁶⁴, mas a disciplina⁶⁵ de sua militância o faz aceitar a decisão, como faria outras tantas vezes⁶⁶.

Mesmo com seu posicionamento não majoritário dentro do partido e suas posições polêmicas nos debates internos, em 1947 é eleito deputado estadual em São Paulo pelo PCB, em um dos breves momentos de legalidade do partido⁶⁷. Mas, em 1948 o governo Dutra coloca o PCB novamente na ilegalidade e todos os parlamentares do partido têm seus mandatos cassados.

Em 1954 realiza concurso de professor de economia política da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – local onde havia feito graduação nos anos 1920. Para o

⁶⁴ Além desta disputa interna do partido, na qual Caio Prado toma posição inequivocamente, sua militância no PCB também o levou a se posicionar nas disputas internas em outras ocasiões, ainda que suas posições fossem normalmente marginalizadas e/ou derrotadas nas disputas internas:

“Como intelectual de partido, Caio Prado interpelou os três principais congressos comunistas: o IV Congresso, na época da primeira convocação de 1947, para o qual escreveu “Os Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira” (o Congresso só se reuniria em 1954); o V Congresso, de 1960, para cuja Tribuna de Debates destinou o texto “As Teses e a Revolução Brasileira”; e, já sob a ditadura, por ocasião do VI Congresso, realizado entre 1966-67, publicou uma espécie de síntese da sua obra: no opúsculo *A Revolução Brasileira* (1966), o historiador justamente avalia o sentido geral da teoria pecebista e efetiva uma interpelação pública, que gerou reclamações no PCB por ter Caio Prado, na controvérsia, lançado mão de recurso desigual, dada a clandestinidade em que viviam os comunistas.” (SANTOS, 2007, p. 16)

⁶⁵ Sua dedicação ao partido se manifestava não só em termos de dedicação nas ações diretas, nos debates intelectuais, mas também com contribuições significativas em termos monetários. Por sua condição social, Caio Prado Júnior dispunha dos meios para realizar estas contribuições.

“Prado Júnior, para se ter uma ideia, investiu em publicações partidárias; organizou festas para levantar fundo para o PCB; manteve, com seu capital, uma gráfica clandestina; e até mesmo chegou a pedir dinheiro emprestado a conhecidos seus (como a própria família Matarazzo), assim como a familiares, com o intuito explícito de prover os caixas do partido com recursos suficientes para dar continuidade às suas atividades.” (PERICÁS, 2011, p. 110).

⁶⁶ “Anos mais tarde, refletindo sobre sua militância, Caio Prado Júnior afirmou:

Nunca pertenci à direção do partido, nem tive nele grande prestígio ou influência. Sempre fui um elemento secundário e mal considerado, não em termos pessoais, mas por causa de minha maneira de interpretar o Brasil. Sempre fui muito marginalizado no partido, pela oposição aos seus esquemas políticos e econômicos que eu considerava falhos no que diziam respeito ao Brasil. (L. D. Mota, *A história vivida* (São Paulo, O Estado de S. Paulo, 1981) v. 1.” (SECCO, 2008, p. 46)

⁶⁷ “O Partido Comunista elege 15 deputados e um senador na Constituinte. Nas eleições estaduais de 1947 numerosos deputados são eleitos, sendo que só no Rio de Janeiro chegaram a 18; Caio Prado obtém uma cadeira na Assembléia em São Paulo.” (FERREIRA LIMA, 1989, p. 20).

concurso, escreve a tese *Diretrizes para uma política econômica brasileira*⁶⁸. Caio Prado é aprovado no concurso, obtendo o título de livre-docente, mas não é chamado para assumir a vaga – seu título de livre-docência foi cassado em 1968 com o AI-5. A partir dos debates em torno da tese, articula um grupo de comunistas críticos às diretrizes políticas e às formulações teóricas de interpretação do Brasil do PCB da época e é este grupo que em 1955 funda a *Revista Brasiliense* que, posteriormente, tem sua publicação interrompida com o golpe empresarial-militar de 1964. Segundo Ricupero ([2008] 2011), o grupo fundador e organizador da *Revista Brasiliense* se comportava não como uma fração do PCB, mas como um grupo de caráter mais informal que “usa a revista como veículo para realizar estudos mais aprofundados sobre o Brasil, questionar a aliança comunista com o populismo e a tese de que houve feudalismo no país” (RICUPERO, [2008] 2011, p. 135). A revista é espaço de importantes debates da sociedade brasileira⁶⁹, apresentados em suas edições a partir das contribuições dos intelectuais críticos da esquerda. Entre estes debates, é possível destacar a questão agrária. Caio Prado Júnior no início dos anos 1960 publica diversos textos na revista nos quais apresenta suas contribuições para a questão agrária e sua controvérsia.

A segunda tentativa de Caio Prado para entrar oficialmente nos meios acadêmicos se dá com a abertura de vaga na cadeira de história na Faculdade de Filosofia também da USP, com a aposentadoria de Sérgio Buarque de Holanda, o titular da cadeira. Mas por conta do golpe, este concurso não é realizado (cf. FERREIRA LIMA, 1989).

Os impactos do golpe e da ditadura empresarial-militar subsequente para Caio Prado Júnior, a militância do PCB e a classe trabalhadora brasileira são devastadores, com expressiva e intensa repressão sobre qualquer tentativa de crítica, luta contra a ditadura e articulação política. No contexto do pós-golpe, ainda intensamente abalado pela derrota que o golpe representava, Caio Prado Júnior publica, por ocasião do VI Congresso do PCB realizado entre 1966-67, *A Revolução Brasileira* (1966), obra na qual apresenta um intenso e duro balanço crítico com relação aos movimentos políticos e intelectuais da esquerda oficial, em especial, aos posicionamentos do PCB. Nesta obra, o autor reapresenta seus argumentos desenvolvidos desde a publicação de *Evolução Política do Brasil* (1933) sobre a caracterização do modo de produção no Brasil como capitalista desde sua colonização. Reafirma assim uma forte crítica à formulação sobre a característica feudal do modo de produção no Brasil, visão oficial do PCB, cuja formulação de destaque se encontra na obra de

⁶⁸ Para uma análise sobre esta obra, ver PAULA (2006).

⁶⁹ Para maiores informações sobre os debates na *Revista Brasiliense*, ver BEIGUELMAN (1989).

Nelson Werneck Sodré. Esta leitura diferenciada sobre o modo de produção brasileiro o leva a também criticar a proposta de “estratégia de aliança com uma suposta ‘burguesia nacional’ interessada na autonomia do país frente ao imperialismo estadunidense e europeu” (BORJA, 2013, p. 67), o que Caio Prado Júnior chama de “teoria ortodoxa da revolução brasileira” (PRADO Jr, [1966] 2014). Os argumentos apresentados nesta obra tem grandes impactos nos debates da esquerda brasileira da época, gerando reações bastante inflamadas. Por um lado, os argumentos foram bem recebidos “principalmente por jovens radicalizados pela Revolução Cubana e o golpe militar” (RICUPERO, [2008] 2011, p. 136), por outro, no momento do congresso a oficialidade do partido rejeitou⁷⁰ fortemente suas posições (cf. SANTOS, 2007). No contexto da forte perseguição e repressão da ditadura empresarial-militar, Caio Prado Júnior é preso em 1964 e em 1965 ficando detido durante poucas ocasiões, é novamente preso em 1970. Libertado em 1971, vai saindo de cena progressivamente, vindo a falecer em 1990⁷¹.

3.2 Elementos teóricos da formulação de Caio Prado Junior sobre o modo de produção no Brasil

3.2.1 O sentido capitalista da colônia e o modo de produção no Brasil

A produção intelectual dos autores marxistas brasileiros dos anos 1920⁷² – ainda que seja possível o reconhecimento do pioneirismo destas obras –, destoa muito de uma contribuição propriamente marxista, do ponto de vista metodológico. Estas obras tinham como forte característica a transposição mecânica de categorias desenvolvidas pelo marxismo no centro para dar conta da análise dos problemas de experiências históricas específicas⁷³. Em

⁷⁰ Como destaca Santos na nota de rodapé número 3 de seu texto:

“Uma lista de artigos da imprensa partidária da época é bem expressiva: ‘Um Falso Conceito de Revolução Brasileira’, assinado por Rui Facó em resposta aos comentários de Caio Prado às teses do IV Congresso (*A Classe Operária*, Boletim de Discussão, n. 13, 1947); ‘É Necessário Combater e Desmascarar os Defensores e Porta-vozes do Nacional-reformismo’, comentários de Luiz Carlos Prestes sobre a Revista Brasiliense (*Revista da Civilização Brasileira*, n. 11-12, set. 1967); ‘Os Equívocos de Caio Prado Jr.’, folheto de Paulo Cavalcanti sobre o mesmo volume. São Paulo: Argumentos, s.d.” (SANTOS, 2007, p. 17)

⁷¹ Para maiores detalhes sobre a vida e a trajetória político-intelectual de Caio Prado Júnior, ver PERICÁS (2016); RICUPERO (2000); SECCO (2008).

⁷² Para mais informações a respeito das obras marxistas nos anos 1920, ver PINHEIRO (2016).

⁷³ Conforme vimos na introdução deste capítulo no livro de Octávio Brandão, *Agrarismo e Industrialismo* (1926).

Evolução Política do Brasil ([1933] 1961), Prado Júnior apresenta uma formulação crítica em relação à visão dominante no PCB e nos círculos marxistas da época.

Caio Prado não via o materialismo histórico como um conjunto de fórmulas com pretensão valor universal, passíveis de serem utilizadas mecanicamente para análises de toda e qualquer experiência histórica, e não aceitou as teses da III Internacional Comunista (IC) para os “países coloniais, semicoloniais e dependentes” transmitidas de Moscou para o *Bureau Sulamericano da Internacional Comunista* (localizado em Montevideu) e difundidas como um modelo único, que recomendava a todos os Partidos Comunistas (PC’s) dos países que se encaixassem nesta categorização a criação das condições para a realização de uma revolução burguesa. No entanto, tão pouco era um relativista ou adaptacionista teórico “até porque se seu marxismo fosse capaz de absorver qualquer forma referente às mais variadas sociedades, não seria mais marxismo, nem mesmo teoria, mas apenas uma expressão quase não mediatizada da realidade” (RICUPERO, 2009, p.230). Ao fazer esta crítica ao posicionamento oficial dos PC’s e da IC, Caio Prado Junior não deixa de afirmar o marxismo como método para a interpretação de diferentes experiências históricas, pelo contrário, estabelece uma análise sobre o processo histórico brasileiro que, segundo o autor, estaria baseada no materialismo histórico e na dialética, e que, portanto, careceria de análises que compreendessem as especificidades da experiência histórica brasileira.

Como afirmado anteriormente, em seu primeiro livro, Caio Prado Júnior faz uma “nacionalização do marxismo” (RICUPERO, 2009, p. 230), isto é, um movimento de adaptação das teorias centrais às especificidades da realidade brasileira, de maneira a compreender as particularidades sócio-históricas nacionais. Mais que um historiador econômico marxista, tal autor se torna um intérprete do Brasil⁷⁴. Isto não quer dizer que Caio Prado Júnior tenha sido o primeiro a tentar explicar os traços gerais do desenvolvimento brasileiro empregando o referencial teórico marxista. Octavio Brandão, em 1926, publicara *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*⁷⁵. No entanto, o próprio Brandão, nos anos 1950, reconhece os limites do seu trabalho compreendendo-o como uma aplicação mecânica de uma visão marxista-leninista do marxismo à interpretação do Brasil. Mesmo que possam existir algumas questões referentes a esta obra de Brandão, é importante destacar sua importância para a

⁷⁴ Sobre intérpretes do Brasil ver: CURTY, MALTA, BORJA (2015) e CURTY *et al.* (2016).

⁷⁵ Sobre a interpretação do Brasil presente na obra de Octávio Brandão e sobre sua importância para a história do marxismo no Brasil, ver PINHEIRO (2016).

história do pensamento marxista no Brasil e para as interpretações do Brasil. O que se afirma hegemonicamente na historiografia do pensamento é que Caio Prado consegue realizar pioneiramente uma bem sucedida fundição da teoria marxista e do estudo da realidade nacional, feito que realiza em sua primeira obra, *Evolução Política do Brasil* ([1933] 1961). Independentemente do debate em torno do pioneirismo ou não desta obra de Caio Prado, o que é relevante para a discussão sobre sua inserção na controvérsia sobre os modos de produção no Brasil é que já nesta obra pode-se encontrar elementos da análise de Caio Prado Júnior sobre o modo de produção no Brasil como identificado com o modo de produção capitalista desde o início do processo colonial.

O autor objetivava nesse trabalho realizar um estudo do processo político que conduziu o país da situação colonial à independência, centrando sua análise na superestrutura política. “Apesar de ser um estudo voltado à questão política, a perspectiva materialista direciona Caio Prado à pesquisa da base material da sociedade brasileira – já apontando o rumo futuro que tomara sua obra” (BORJA, 2013, p. 68). O processo de independência do Brasil é apreendido diante da totalidade histórica na qual este se insere, o que demanda uma compreensão das bases materiais que sustentam as transformações na superestrutura política. Ou seja, a análise do movimento de independência do Brasil é realizada nos marcos da análise do modo de produção material da vida do Brasil da época, o processo de independência do Brasil ocorreu a partir das contradições de classes internas ao território colonial. Nesse quadro o autor sistematiza a história das principais disputas políticas da sociedade colonial:

“A agitação que em consequência da revolução portuguesa se alastrou pelo Brasil, propagando-se de norte a sul do país, assume, por efeito da heterogeneidade de interesses e reivindicações que nela se manifestam, uma feição complexa e muitas vezes até contraditória. Encontramos nela, como vimos, forças reacionárias que não pensam senão no retorno do país ao seu passado colonial e de segregamento econômico e comercial. Ao lado destas forças alinham-se paradoxalmente outras, em particular as classes superiores da colônia que esperavam, pelo contrário, consolidar, com a revolução e o estabelecimento de um regime constitucional, as vantagens, liberdades e autonomia adquiridas pelo Brasil nos anteriores anos de governo quase próprio e que tanto os favorecera. Encontramos, finalmente, as referidas forças populares, as camadas oprimidas da população brasileira que enxergavam na constituição que lhes era oferecida perspectivas de libertação econômica e social.” (PRADO JÚNIOR, [1933] 1961, p. 48)

É do conflito dessas forças, procurando cada qual fazer prevalecer suas reivindicações, que resultam os diferentes fatos políticos que constituem o agitado período a partir de 1821, levando a:

“No desenvolvimento da revolução constitucional no Brasil é o segundo grupo de forças citadas – isto é, o “partido brasileiro” como já era então chamado e que representava as classes superiores da colônia, grandes proprietários rurais e seus aliados – que ganhará a supremacia. A reação recolonizadora, embora contando com o apoio da metrópole e das cortes portuguesas, será levada de vencida porque não era mais possível deter o curso dos acontecimentos e fazer o Brasil retrogradar na marcha da História. A isto se opunha o conjunto do país, cuja própria subsistência (...) se tornara incompatível com os estreitos quadros do antigo e já superado regime de colônia.

Quanto às camadas populares, elas não se encontravam politicamente maduras para fazerem prevalecer suas reivindicações; nem as condições objetivas do Brasil eram ainda favoráveis para sua libertação econômica e social. Daí, aliás, a descontinuidade e falta de rumo seguro nos seus movimentos, que, apesar da amplitude que por vezes atingem, não chegam nunca a propor reformas e soluções compatíveis com as condições do país.” (PRADO JÚNIOR, [1933] 1961, p. 47-48)

Com *Evolução Política do Brasil* ([1933] 1961), Caio Prado, se torna o primeiro autor a utilizar o método de análise que relaciona um estudo voltado à questão política com a pesquisa sobre a base material da sociedade brasileira, ou seja, o método materialista. Além disto, Caio Prado Júnior é o primeiro autor marxista a indicar uma ruptura com a corrente de interpretação oficial existente no PCB e com a visão até então dominante na historiografia brasileira da existência de feudalismo – ou de resquícios feudais nas versões mais abrandadas – na economia brasileira. Ele afirma o caráter capitalista da colonização brasileira e nega a existência de qualquer resquício de uma referência feudal na experiência histórica brasileira, desaparecendo por completo com a decomposição do sistema de sesmarias. Deste modo, o autor se posiciona na controvérsia sobre o modo de produção vigente no Brasil no período colonial negando sua forma feudal.

Caio Prado Júnior já em *Evolução Política do Brasil* ([1933] 1961) identifica o processo de colonização portuguesa nos marcos da expansão marítima europeia⁷⁶, motivada pela busca do lucro de sua burguesia comercial. Assim, gesta-se no Brasil a produção agrícola em larga escala de gêneros tropicais em grandes latifúndios, que não possuem características

⁷⁶ “A formação social brasileira faz parte de uma totalidade histórica – da crise do feudalismo e da transição para o capitalismo, que se desenrolava na Europa.” (MANZANO, 2011, p. 15)

próximas à estrutura fundiária feudal⁷⁷. Esta produção é realizada com regime de trabalho escravo⁷⁸ e o sentido da produção é voltado para as demandas externas, configurando a grande exploração, deste modo, as relações sociais de produção se estabelecem a partir de duas classes, os escravos e os grandes proprietários. A esta estrutura econômica se articula uma superestrutura específica, com questões geradas por conta desta configuração. “Para uma economia colonial pouco diversificada, aponta-se uma baixa estratificação social, e assim uma superestrutura política incipiente.” (BORJA, 2013, p. 69).

Estes argumentos apresentados em *Evolução Política do Brasil* ([1933] 1961) são aprimorados em *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* ([1942] 2011), com o desenvolvimento da categoria *sentido da colonização*, que define da seguinte maneira:

“Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. É isso que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja aliás qual for o momento ou o aspecto dela que se interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja. Tal indagação é tanto mais importante e essencial que é por ela que se define, tanto no tempo como no espaço, a individualidade da parcela de humanidade que interessa ao pesquisador: povo, país, nação, sociedade, seja qual for a designação apropriada do caso. É somente aí que ele encontrará aquela unidade que lhe permite destacar uma tal parcela humana para estudá-la a parte.

“O sentido da evolução de um povo pode variar; acontecimentos estranhos a ele, transformações internas profundas do seu equilíbrio ou

⁷⁷ “É de grande importância essa constatação. Ela nos leva à conclusão de que, no Brasil Colônia, a simples propriedade da terra, independentemente dos meios de a explorar, do capital que a fecunda, nada significa. Nisso se distingue a nossa formação daquela da Europa medieval saída da invasão dos bárbaros. Lá encontraram os conquistadores descidos do norte uma população relativamente densa e estável que já se dedicava à agricultura como único meio de subsistência. O predomínio econômico e político dos senhores feudais resultou assim direta e unicamente da apropriação do solo, o que automaticamente gerava em relação a eles os laços de dependência dos primitivos ocupantes. Aqui, não. A organização político-econômica brasileira não resultou da superposição de uma classe sobre uma estrutura social já constituída, superposição esta resultante da apropriação e monopolização do solo. Faltou-nos este caráter econômico fundamental do feudalismo europeu.” (PRADO JÚNIOR, [1933] 1961, p.10)

⁷⁸ Ao tratar da escravidão, Caio Prado Júnior argumenta que as relações sociais de produção a partir do trabalho escravo seriam necessárias, por conta da distância do mercado europeu e da hostilidade geográfica do meio no qual a produção se realizava, somente a produção em larga escala com regime de trabalho escravo seria viável. É altamente questionável este argumento, levando muitos críticos de Caio Prado Júnior a afirmarem que ele se aproxima do determinismo geográfico (cf. BORJA, 2013; RICUPERO, 2008 [2011])

estrutura, ou mesmo ambas essas circunstâncias conjuntamente, poderão intervir, desviando-o para outras vias até então ignoradas. (...)

Vista deste ângulo geral e amplo, a evolução de um povo se torna explicável. Os pormenores e incidentes mais ou menos complexos, que constituem a trama de sua história e que ameaçam por vezes nublar o que verdadeiramente forma a linha mestra que a define, passam para o segundo plano; e só então nos é dado alcançar o sentido daquela evolução, compreendê-la, explicá-la.” (PRADO JÚNIOR, [1942] 2011, p. 15-16)

Portanto, Caio Prado Júnior nesta obra realiza um esforço de compreender o processo histórico brasileiro a partir do *sentido da colonização*. Todos os elementos significativos na história da colônia brasileira estava articulado ao processo de colonização e ao sentido da colonização, assim como os processos históricos após o período colonial poderiam ser compreendidos de maneira mais eficiente se a estrutura econômica e os elementos da superestrutura brasileira forem analisados a partir dos elementos do sentido da colonização.

Ao pensar a história econômica do Brasil a partir da ideia de *sentido da colonização*, Caio Prado deixa explícito que em sua concepção, foi constituída uma colônia portuguesa na América não para formar uma nova nação, mas sim para atender aos interesses comerciais de Portugal (conforme as políticas mercantilistas do Antigo Regime), fato que leva ao entendimento da persistência do atraso brasileiro na estrutura agrária e da reprodução da exclusão e da subordinação na sociedade brasileira, mesmo em um contexto de industrialização. O sistema colonial é compreendido assim articulado com a universalidade do capitalismo que então era nascente na Europa, deste modo, a colonização “é parte de um todo, incompleto sem a visão do todo. E o todo é a expansão comercial europeia a partir dos descobrimentos e a acumulação primitiva de capital que se inicia na Europa a partir do desmonte do feudalismo” (MANZANO, 2011, p. 16). A colônia é, portanto, um desdobramento da economia mercantil europeia. A produção na colônia se realiza a partir relações sociais de produção com base na força de trabalho escrava, organizada em uma grande propriedade latifundiária monocultora, isto é, a produção unitária e não parcelada de base familiar de um único produto voltado para o mercado externo, realizada na forma de grande exploração.

Nas palavras de Prado Jr. ([1942] 2011, p. 19-20):

“Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV, e que lhes alargará o

horizonte pelo Oceano afora. Não têm outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e a colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores. É este último o capítulo que mais nos interessa aqui; mas não será, em sua essência, diferente dos outros. É sempre como traficantes que os vários povos da Europa abordarão cada uma daquelas empresas que lhes proporcionarão sua iniciativa, seus esforços, o acaso e as circunstâncias em que se achavam. (...)

Tudo isso lança muita luz sobre o espírito com que os povos da Europa abordam a América. A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que interessa”

Caio Prado Júnior ao caracterizar este processo colonial europeu na América faz recurso à diferenciação feita por Leroy-Beaulieu (*cf.* BORJA, 2013, p. 73) entre colônias de exploração e colônias de povoamento implementadas pelos europeus em território americano. As colônias de povoamento seriam as colônias instaladas nas zonas de clima temperado, especialmente no norte do continente, que haviam despertado pouco interesse econômico e que seriam ocupadas a partir do século XVII pela população refugiada da Europa por motivos políticos, religiosos, como as perseguições a grupos religiosos específicos, ou econômicos, como os processos de cercamento dos campos na Inglaterra, e que se formaram sem associação imediata com o objetivo comercial da metrópole, nas quais haveria um intuito de emular a sociedade europeia. Já as colônias de exploração foram implementadas, majoritariamente nas zonas de clima tropical, com relação direta com o objetivo comercial da metrópole. Nestes espaços não se forjou uma sociedade em que se emulasse a europeia, mas um novo tipo de sociedade organizado a partir dos interesses em explorar as possibilidades de produção e extração de produtos – gêneros tropicais ou metais preciosos – visando sua rentabilidade mercantil, forjando assim, a grande exploração rural.

Esta estrutura econômica que se organiza nas colônias de exploração terá consequências significativas sobre a formação de uma nação no Brasil, pois como se organizava a partir do objetivo externo, colônia não possuía espaço econômico para a produção dos bens que atendessem às necessidades da população local. A classe dominante da colônia, que a ocupa com motivações apenas mercantis, não atuava no sentido de criar nação aqui, enxergando o Brasil apenas como o espaço de estabelecimento de um empreendimento rentável.

É a partir desta avaliação da realidade histórica brasileira que Caio Prado propõe que as colônias de exploração reduziam-se a uma “vasta empresa comercial”, com ausência quase total de superestrutura: a escravidão estava baseada em relações de força. Lembrando-nos do

estudo de Joaquim Nabuco, Caio Prado afirma que de fato não havia nenhuma lei que falasse de escravos. Simplesmente não havia referência do Estado à existência de escravos. Não havia nem mesmo um código negreiro. Neste sentido, os principais trabalhadores da colônia não eram nem mesmo considerados cidadãos. Esta característica determina que à massa de produtores da riqueza não era dado qualquer acesso aos meios de vida de forma autônoma, e muito menos acesso à política.

Assim, a vida orgânica da colônia era ligada à grande exploração que produzia os bens demandados pelo mercado externo. Como as necessidades da população eram ignoradas para este fim, o consumo desta população era atendido pelo setor inorgânico. O setor inorgânico era aquele que não pertencia à grande exploração e a ela tinha papel secundário na organização da economia do país.

A estrutura social colonial refletia a divisão do setor orgânico da colônia: senhores rurais e escravos. Porém, com o tempo, vai aumentando o número daqueles cuja situação social é pantanosa, os “desclassificados” (PRADO JÚNIOR, 1942 [2011], p. 299), aqueles que não têm lugar nesta divisão social. Estes setores sociais são oriundos de diversas origens étnicas, como negros forros ou fugidos da escravidão; índios que não estão inseridos em suas comunidades originais, mas também não adaptados à sociedade colonial; “mestiços de todos os matizes e categorias, que, não sendo escravos e não podendo ser senhores, se veem repelidos de qualquer situação estável, ou pelo preconceito ou pela falta de posições disponíveis” (*ibid.*, p. 299); bem como brancos de origem portuguesa que não se inseriram na dinâmica colonial, “detrito humano segregado pela colonização escravocrata e rígida que os vitimou” (*ibid.*, p. 299). É neste grupo social crescente que Caio Prado deposita suas esperanças de transformação da sociedade brasileira. Para o autor, é este grupo social que aponta para a orientação que a nação brasileira deve seguir no futuro.

Conforme já afirmado, o conceito de nação é central na pesquisa do historiador paulista. Em sua concepção, a nação para existir deverá atender às necessidades internas da população. Porém, Caio Prado percebia que o Brasil tinha enormes dificuldades de constituir-se como nação porque mesmo após a independência, a orientação principal da vida brasileira continuava a estar voltada para fora. Mesmo assim destaca o fato de que a formação do Estado Nacional marca uma nova fase na história brasileira. Na formulação de Caio Prado, o movimento da transformação viria da contradição fundamental presente no Brasil de seu tempo: um desacordo entre o sistema econômico legado pela colônia e as novas necessidades

de uma nação livre e politicamente emancipada. Era a contradição entre a estrutura econômica e a organização político-jurídica copiada dos Estados liberais do centro capitalista.

É interessante destacar que Caio Prado ainda que privilegie o seu enfoque nas relações externas da economia e da sociedade colonial foi um dos poucos intelectuais da época a se preocupar com a análise das atividades ligadas ao mercado interno, como a agricultura de subsistência e a pecuária, referidas pelo autor como *setor inorgânico* (cf. FREITAS FILHO, 1988).

História Econômica do Brasil ([1945] 1970) pode ser considerado um livro que consolida a imagem do Brasil elaborada pelo autor, no qual expõe pela primeira vez de forma completa o movimento que levou da situação colonial à década de 1930, apresentando “pela primeira vez uma síntese interpretativa sobre a situação de dependência da economia brasileira frente ao mercado e às finanças internacionais” (BORJA, 2013, p. 76). No movimento de realizar um estudo detalhado das condições de gênese do presente do país, Caio Prado faz, na verdade, um estudo sobre a forma como foram produzidas e se reproduzem as relações de dependência que caracterizam o Brasil. Nesse livro, o autor analisa pela primeira vez o processo de industrialização no Brasil que começa a se verificar no início do século XX, ressaltando a sua fragilidade, fundamentalmente devido à incipiência do mercado interno, com possibilidade de reversão colonial. Ou seja, devido a tais características, nossa economia é dependente e apresenta um mercado interno pouco desenvolvido, o que limita o processo de industrialização no Brasil. Assim, a possibilidade de superar a situação colonial passa pela questão da formação de uma nação autônoma e de desenvolvimento da economia nacional – percepção que influenciará a análise de Caio Prado sobre a revolução brasileira, mas que foge ao escopo desta tese⁷⁹.

Por fim, cabe apresentar algumas considerações sobre *A Revolução Brasileira* ([1966] 2014). Nesta publicação, realizada após o golpe empresarial-militar de 1964, Caio Prado Júnior retoma suas formulações a respeito da caracterização da colonização brasileira como resultado do processo de gênese do capitalismo, logo, o modo de produção no país assume caráter propriamente capitalista desde o início da ocupação portuguesa. Mesmo as relações de escravidão, e as diversas formas de relações de trabalho baseadas em laços de dependência pessoal, possuem para o autor um sentido capitalista, tendendo ao assalariamento. Do mesmo modo, a estrutura fundiária concentrada não representa um entrave, mas antes uma

⁷⁹ Tal como apresentado em artigo anterior a esta tese (CURTY *et al.*, 2016).

característica do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que não necessitaria de uma reforma agrária para se desenvolver. Partindo deste ponto de vista, Caio Prado dirige uma crítica frontal à interpretação histórica da oficialidade da esquerda da época, em especial do PCB, subjacente ao programa *nacional democrático*, que via no feudalismo e na concentração agrária impedimentos ao desenvolvimento pleno do capitalismo. Em sua crítica, Caio Prado atribui à estratégia *nacional democrática* e seu fundamento etapista⁸⁰ a culpa pelos erros políticos que conduziram ao golpe de 1964, e apresenta elementos que considerava como fundamentais para o estabelecimento do debate sobre a revolução brasileira⁸¹.

É a partir da publicação de *A Revolução Brasileira* que Caio Prado entra de fato no debate quente da controvérsia dos modos de produção no Brasil, na medida em que ele se relaciona com o debate da revolução brasileira em um contexto político de golpe empresarial-militar.

A partir da perspectiva adotada nesta tese, a interpretação de Caio Prado sobre o Brasil deixa, além de toda uma nova perspectiva de história econômica, dois grandes legados para o pensamento econômico brasileiro. O primeiro se refere à sua visão sobre a continuidade com o passado, presente nas estruturas agrárias brasileiras. Caio Prado afirmava que a questão agrária impedia a formação do mercado interno necessário para a constituição da nação e este foi um gigantesco ponto de reflexão dos economistas brasileiros ao longo do século XX. Por outro lado, revelou a necessidade de se pensar o Brasil como parte de um sistema mundial e não ficar em busca das idiossincrasias e individualidades do país, movimento preponderante das interpretações do Brasil até então.

3.2.2 Críticas à concepção de Caio Prado Júnior sobre o modo de produção no Brasil

⁸⁰ “Caio Prado Júnior procede a uma crítica severa dos desvios de rota da revolução socialista, programados e impostos como deformação do marxismo; o uso invertido e ditatorial do centralismo democrático; a simplificação grosseira da teoria e das práticas marxistas da luta de classe e da revolução em escala mundial. Os países dependentes, coloniais e neocoloniais tinham sido metidos em um mesmo saco e em mesma camisa de força, que pressupunham que a revolução pudesse ser ‘unívoca’, monolítica, dirigida segundo uma fórmula única, a partir das diretrizes da Terceira Internacional e da União Soviética.” (FERNANDES, 1995, p. 101)

⁸¹ Sobre a controvérsia da revolução brasileira, ver: CURTY *et al.* (2016); DEL ROIO (2000); DÓRIA (1998); IASI (2011); DEL ROIO (2000); MORAES (2000); RICUPERO (2000), entre outros.

Uma das principais críticas⁸² à formulação de Caio Prado Júnior sobre o caráter capitalista do modo de produção no Brasil diz respeito a um circulacionismo de seu argumento.

Muitos autores⁸³ consideram que Caio Prado Júnior em sua análise sobre o modo de produção no Brasil acaba por dar prioridade metodológica “à esfera da circulação em detrimento da esfera da produção” (COUTINHO, [1988] 2011, p. 223). Para ilustrar o argumento da presença de um circulacionismo na análise de Prado Júnior, estes críticos fazem recorrentemente referência a esta passagem de *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*

“A análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização. O estudo que vamos empreender do comércio colonial em princípios do século passado virá assim como coroamento e conclusão de tudo quanto se tratou acima.” (PRADO JR, [1942] 2011, p. 226)

Apesar desta citação recorrente não ser suficiente para sustentar a visão de que Caio Prado utilizasse fundamentalmente um raciocínio circulacionista, há aspectos da crítica que valem ser destacados. A crítica indica que a ênfase na esfera da circulação o levaria “a confundir, na análise da Colônia e do Império, o predomínio inequívoco de relações mercantis com a existência de um sistema capitalista ‘ainda que ‘incompleto’” (COUTINHO, [1988] 2011, p. 223), e também o levaria a ter uma definição pouco rigorosa da noção de burguesia que utiliza em *Evolução Política do Brasil e História Econômica do Brasil* (cf. COUTINHO,[1988] 2011), o que de fato ocorre em sua formulação.

A crítica ao argumento de Caio Prado se baseia na percepção de que do ponto de vista do autor a economia brasileira não se forja para atender aos interesses internos, mas sim para atender às demandas do mercado externo, logo, organiza-se a partir do setor orgânico. Neste sentido, o mercado externo adquire dimensão central, diferentemente das experiências históricas europeias ou estado-unidense, nas quais o mercado interno também funcionou de forma importante na organização da economia. Para Caio Prado, esta diferença traz como

⁸² As posições e os argumentos de Caio Prado Júnior foram tomadas como polêmicas e alvos de críticas em vários debates diferentes, como a controvérsia da questão agrária; o debate da questão do grau de desenvolvimento da industrialização e a controvérsia da revolução brasileira. Dado o escopo desta tese, o mérito destas polêmicas e críticas não será tratado aqui.

⁸³ Dentre estes autores é possível destacar: SODRÉ ([1962] 1976; 1980; 1990); COUTINHO (1989; 1990 [2000]); FIGUEIREDO (2004); LIMA (2008); MANTEGA (1984).

questão para a formação da nação no Brasil o desenvolvimento do mercado interno⁸⁴ e a modernização da economia (cf. SANTOS, 2007).

É interessante observar que mesmo autores que destacam o caráter circulacionista do argumento de Caio Prado não usam este elemento para questionar a filiação do autor ao marxismo, mas sim para destacar possíveis limites de seu argumento. Neste sentido, Coutinho destaca que a prioridade dada à esfera da circulação “não o impediu de definir de modo substancialmente adequado a formação econômico-social da era colonial, identificada por ele como um escravismo mercantil fundado na grande exploração rural, produtora de valores de troca para o mercado internacional” (COUTINHO, 1988 [2011], p. 224).

Associada à crítica do circulacionismo, está a crítica a Caio Prado Júnior a respeito da existência do modo de produção capitalista dominante na economia brasileira desde o processo colonial. Esta crítica se faz no contexto da controvérsia sobre a questão da transição, ou seja, quando se deu a transição do feudalismo para o capitalismo e, portanto, sobre quando o modo de produção capitalista seria dominante na economia mundial⁸⁵.

Desde os anos 1950, há no marxismo internacional um importante debate sobre a *transição do feudalismo para o capitalismo*, envolvendo autores como Maurice Dobb, Paul Sweezy, H. Kohachiro Takahashi, Rodney Hilton, Christopher Hill, Eric Hobsbawm, e mais recentemente, Ellen Wood, Giovanni Arrighi, Robert Brenner, George Comninel, entre outros. Debate este no qual há grande divergência sobre em que momento da história o capitalismo passa a ser o modo de produção dominante mundialmente, bem como sobre o que caracterizaria o capitalismo como modo de produção dominante e de que maneira as diferentes experiências históricas e seus diferentes processos de desenvolvimento das forças produtivas influenciariam a caracterização do modo de produção como sendo capitalista. Em suma, a questão essencial desta crítica a Caio Prado é se no período inicial da colônia não há consenso a respeito da dominância do capitalismo na economia mundial, como falar em capitalismo na economia brasileira que estaria se integrando à dinâmica mundial naquele momento?

Nelson Werneck Sodré (1962; 1980; 1990) foi um importante crítico da formula o de Caio Prado que levanta esta questão. Para Sodré, há na formula o de Caio Prado uma confusão entre capital comercial – que realiza seu excedente na esfera da circula o e que não pode ainda ser compreendido como inserido no capitalismo – e o modo de produ o

⁸⁴ Neste ponto,   possível notar uma semelhança entre a argumenta o de Caio Prado Júnior e a de Celso Furtado (em diversas obras, mas em especial, 1959).

⁸⁵ Ver HIRANO (1989); LIMA (2008); RANGEL (1989); SODRÉ (1957; [1962] 1976; 1980; 1990).

capitalista propriamente dito. Para Sodré, Caio Prado, em sua formulação, confunde o predomínio de relações mercantis – típico do século XVI, no período da *revolução comercial*, no qual a produção para a troca se torna dominante na Europa e, portanto, também nas suas colônias no processo das grandes navegações e do colonialismo – com o capitalismo propriamente dito, marcado por Sodré pelo total domínio da produção pelo capital, que só viria a ocorrer em grande medida na Inglaterra a partir do século XVIII.

Para os autores críticos de Caio Prado, esta confusão que Caio Prado faz entre capital mercantil e o capital propriamente dito e que o leva a colocar em primeira instância de sua análise a relação entre a circulação das mercadorias entre a colônia e a metrópole e não a dinâmica interna da sociedade colonial, levou a questões para sua percepção da questão agrária e a luta no campo⁸⁶ – controvérsia que foge ao escopo desta tese e que portanto não será abordada.

O próprio Caio Prado reflete em alguma medida sobre esta questão do capital comercial antes do capitalismo propriamente dito, utilizando algumas ponderações para abordar o período colonial em sua formulação, como *economia mercantil capitalista*, *capital mercantil*, entre outras (cf. PRADO JÚNIOR, 1942 [2011]; 1945 [1970]; 1966 [2014]).

Outro ponto de críticas a Caio Prado Júnior concerne à questão da caracterização de determinadas relações sociais de produção no campo brasileiro como sendo capitalistas⁸⁷. Aqui a questão não diz respeito às relações de produção entre escravos e os proprietários, tão pouco sobre as relações de produção propriamente capitalistas, entre trabalhadores assalariados e proprietários do capital, dominantes na sociedade brasileira desde a abolição da escravidão (1888). Mas sim na caracterização das relações sociais de produção que ocorrem na parceira, no cambão, no barracão entre outras relações existentes na produção agrária brasileira nas quais não há evidente troca de força de trabalho por recebimento de um salário monetário (cf. MANTEGA, 1984). Para os críticos de Caio Prado, estas modalidades de trabalho não poderiam ser entendidas como relações capitalistas de trabalho – e, portanto, de produção – porque a relação não se dá em termos de fornecimento de força de trabalho por recebimento de um salário, mas sim sob outras configurações, como no caso da parceria, na qual o trabalhador fornece ao proprietário uma parte de sua produção em troca da possibilidade do uso da terra pertencente ao proprietário. Esta crítica geralmente é feita para destacar o quanto que a questão das relações sociais de produção é complexa em sociedades

⁸⁶ PRADO JÚNIOR (1979 [2014]).

⁸⁷ Ver CARDOSO (1979; 1985; 1987); GORENDER (1978; 1980; 1990); MANTEGA (1984).

como a brasileira e de que esta questão poderia gerar impactos para a análise do modo de produção no país.

3.3 Síntese do capítulo

Caio Prado Júnior foi o primeiro autor a fazer uma interpretação do Brasil com método marxista de análise. Sua formulação sobre o sentido colonial do processo de formação brasileiro teve influências significativas para o debate da historiografia, bem como para as discussões sobre a economia brasileira⁸⁸.

Sua caracterização do modo de produção no Brasil como sendo capitalista desde o período colonial – caracterizado pela produção de gêneros tropicais, em grandes latifúndios, com força de trabalho escrava, ou seja, a grande exploração fundada sobre o latifúndio e o trabalho escravo, orientada pela lógica mercantil do capital comercial a partir das demandas externas – ainda que tenha sido marginalizada logo quando foi apresentada, em especial nos debates nos círculos da esquerda brasileira, passa a ganhar centralidade e hegemonia na análise sobre o modo de produção no Brasil e a história econômica brasileira a partir do final dos anos 1960. Ainda que esta caracterização já estivesse apresentada por Caio Prado em suas obras desde os anos 1930, é somente nos anos 1960, com a disjuntiva histórica do golpe, que esta concepção passa a ganhar maior destaque nos debates da esquerda brasileira e a controvérsia dos modos de produção no Brasil – na qual se opõe a concepção do modo de produção no Brasil como capitalista à concepção do modo de produção no Brasil como feudal – se estabelece de fato, na medida em que serve à conjuntura do debate político sobre a revolução brasileira em contexto de contrarrevolução.

É importante destacar que Caio Prado mesmo fazendo severas críticas ao PCB e suas formulações, apresentando uma interpretação do Brasil a partir das especificidades históricas da realidade brasileira bastante distinta da visão oficial do partido, não rompe inteiramente com o partido e a militância comunista em nenhum momento, se mantendo próximo até o fim de sua vida. É possível se referenciar a Caio Prado Jr. como um inovador do marxismo no Brasil da época, faz a crítica ao pensamento oficial, mas ainda dentro dos marcos do debate da

⁸⁸ Ver BIELSCHOWSKY (1988); BRESSER-PEREIRA (1982); FURTADO (2009); MANTEGA (1984); PAULA (2006); SAMPAIO JÚNIOR (1999); entre outros.

época e mantendo a proximidade política com o partido, sem nunca ter participado de nenhuma dissidência ou fração (*cf.* RICUPERO, 2011).

Esta análise do modo de produção no Brasil feita por Caio Prado tem como elementos fundamentais a caracterização da estrutura econômica associados ao objetivo da produção, no sentido do impulso à produção ser dado pelas possibilidades de rentabilidade no âmbito do capital comercial. Se pensarmos no já referido debate da historiografia sobre a transição do feudalismo ao capitalismo é possível pensar paralelos entre a visão de Paul Sweezy (1977) sobre a transição do feudalismo para o capitalismo com a visão de Caio Prado sobre o modo de produção no Brasil. Sweezy caracteriza a economia feudal como uma economia na qual há produção de valores de uso e o processo de transição do feudalismo para o capitalismo teria se dado com a expansão das trocas, engendrando relações de troca nesta sociedade caracterizada pela produção de valores de uso, gerando assim, contradições, assim, entendendo que no comércio está o elemento essencial para o fim do feudalismo⁸⁹. Esta ênfase ao comércio e ao sistema de mercado apresentada por Sweezy pode ser um elemento de aproximação entre a análise apresentada por Sweezy para o processo de transição do feudalismo para o capitalismo e para a identificação do modo de produção no Brasil feita por Caio Prado, ainda que este último dê maior ênfase aos elementos das relações sociais de produção e das forças produtivas que o feito por Sweezy.

Outra característica significativa de sua obra e contribuição à historiografia é sua análise sobre o processo histórico de maneira totalizante, associando elementos da estrutura econômica e da produção – tais como as forças produtivas e as relações sociais de produção – aos processos de ruptura e transformações da superestrutura, tais como a análise feita para o processo de independência brasileiro.

Sua contribuição para a história do pensamento econômico é significativa. Além das contribuições de seus posicionamentos em controvérsias centrais, como a controvérsia da questão agrária, a controvérsia do modo de produção no Brasil e a controvérsia da revolução brasileira, Caio Prado Júnior está no panteão dos autores que realizaram significativas análises do Brasil e sua formação, com foco na compreensão do Brasil moderno – os chamados intérpretes do Brasil⁹⁰.

⁸⁹ Sobre este debate ver MAZZEO (2015).

⁹⁰ Há autores que ao invés de usar a caracterização de intérpretes do Brasil para abordar a análise de intelectuais como Caio Prado Júnior – que tinham preocupação em compreender o processo histórico do Brasil, para dar conta de explicar a conjuntura do país no momento em que realizava suas formulações e atuava politicamente,

“Embora tenha consagrado a maior parte de sua obra historiográfica à análise de nosso passado, é inegável que o objetivo central da reflexão de Caio Prado Júnior – o ponto focal a partir do qual se articula o conjunto de sua ampla investigação histórica – é a compreensão do Brasil moderno. (...) Pode-se traçar uma linha contínua que liga entre si a identificação do ‘sentido da colonização’, efetuada no brilhante capítulo com que se inicia sua obra-prima sobre a colônia (de 1942), e as propostas para a ‘revolução brasileira’, explicitadas em sua última produção significativa (de 1966). Mesmo quando trata do passado, Caio Prado tem sempre em vista a investigação do *presente como história*, o que implica para ele, enquanto marxista, uma análise dialética da gênese e das perspectivas desse presente.” (COUTINHO, 1990 [2000], p. 221)

visando apresentar propostas acerca das possibilidades de transformação da realidade do país, formulações que refletem os posicionamentos e engajamentos políticos dos autores, o militante indissociado do intelectual – preferem utilizar a categoria gramsciana de *intelectual orgânico*. Do ponto de vista apresentado nesta tese, a categoria *intelectual orgânico* é uma categoria bastante útil e precisa, mas opta-se por utilizar *intérprete do Brasil* para estabelecer um diálogo maior com o debate existente neste campo no âmbito do pensamento econômico e social brasileiro, como também por considerar que existem autores que podem ser identificados como intérpretes do Brasil mas que não poderiam ser precisamente categorizados como intelectuais orgânicos, desta maneira, considera-se o uso de *intérprete do Brasil* ao invés de *intelectual orgânico* mais abrangente. A título de exemplificação, cita-se uma categorização de Caio Prado Júnior como intelectual orgânico:

“Os estudos de Caio Prado Júnior sobre a formação social brasileira ganham importância para aqueles que, neste momento, compreendem e se empenham para que as transformações nas estruturas sociais deste país se façam no sentido da emancipação do conjunto dos trabalhadores frente aos entraves que as relações sociais estabelecidas apresentam. A despeito de sua obra ter sido construída principalmente em um período da história do Brasil em que o processo de desenvolvimento capitalista estava em plena aceleração e transformação de suas bases estruturais, foi justamente a necessidade de compreender a realidade concreta de um país que entrava nessa fase de mudanças das estruturas produtivas, mas que, ao mesmo tempo, mantinham resistentes relações sociais atrasadas e autoritárias, que levam Caio Prado Júnior a se debruçar sobre o passado colonial e a esmiuçar os elementos constitutivos da formação social de um país que ele queria transformar. Como intelectual peculiar, ao se estudar este pensador brasileiro, não se pode separar o pesquisador, do homem político e militante que queria e lutou pela transformação emancipatória do brasileiro. Neste sentido, é Caio Prado Júnior um intelectual orgânico.” (MANZANO, 2011, p. 11-12)

Considerações Finais – A síntese da controvérsia e seus desdobramentos

Buscou-se nesta tese apresentar uma proposta de método para a história do pensamento econômico em geral, e a história do pensamento econômico brasileiro especificamente, que desse conta de abranger as esferas históricas, políticas e teóricas que compõem o pensamento – a abordagem das controvérsias. A proposta defendida é que abordar a história do pensamento econômico a partir das controvérsias permite explicitar a multiplicidade e heterogeneidade de concepções teóricas e metodológicas que existem no campo do conhecimento da economia, fazendo com que as análises formuladas a partir desta abordagem deixem evidente os elementos processuais e históricos do conhecimento, destacando a indissociabilidade entre teoria, contexto social e história.

Para melhor apresentação desta abordagem para a história do pensamento econômico brasileiro, foi realizada uma análise da controvérsia sobre o modo de produção no Brasil, que se forja entre os anos 1930 e 1960 e se estabelece de fato nos anos 1960, em suas duas principais vertentes: Nelson Werneck Sodré e a interpretação do modo de produção feudal e Caio Prado Jr. e a interpretação do modo de produção capitalista.

a) Sobre o método proposto para a História do Pensamento Econômico Brasileiro (HPEB)

Um dos objetivos buscados nesta tese foi apresentar os elementos metodológicos que permitam sistematizar a história do pensamento econômico, em geral, e a história do pensamento econômico brasileiro, em particular, a partir das controvérsias. Tal como apresentado no primeiro capítulo, o referencial metodológico para esta abordagem da história do pensamento econômico tem como pontos de partida a dialética e o materialismo histórico e como autores de referência Karl Marx, Isaak Rubin ([1929] 2014), Maurice Dobb ([1973] 1977) e para o caso da história do pensamento econômico brasileiro, Malta *et al.* (2011).

Partindo de uma compreensão do pensamento econômico como uma formulação teórica que é expressão da realidade histórica, na qual a visão de mundo sobre a qual esta análise é feita e o contexto histórico no qual esta se insere são elementos indissociáveis do pensamento, a construção da história do pensamento econômico pode ser entendida como a

sistematização das diferentes formas de apreensão da realidade econômica estruturada em cada tempo histórico específico, substancialmente influenciada e determinada pelos valores sociais desta época específica. Logo, os elementos históricos, sociais, políticos e ideológicos fazem parte do processo de formulação teórica em economia. Fazer história do pensamento econômico significa, portanto, compreender as diversas interpretações e formulações econômicas de acordo com seu tempo histórico, seus elementos ideológicos e seus valores, e estas formulações e interpretações podem ser sistematizadas a partir das controvérsias.

No caso da história do pensamento econômico brasileiro, para a construção da abordagem das controvérsias para sua sistematização, adiciona-se a contribuição das chamadas *interpretações do Brasil* como importantes formulações analíticas sobre o processo de formação econômico-social brasileiro. Estas formulações compõem diferentes controvérsias que fazem parte da história do pensamento e que podem contribuir para a sistematização da história do pensamento econômico brasileiro.

A ideia é colocar a questão da história do pensamento econômico brasileiro em evidência para que a partir destes elementos seja possível fazer reflexões coletivas sobre como sistematizar o conhecimento no campo econômico. Considera-se que a abordagem das controvérsias é um método frutífero para fazer esta sistematização que amplia o objeto da história do pensamento econômico brasileiro de forma a incluir a contribuição das interpretações do Brasil e revela uma HPEB mais rica do que a identificada pela metodologia utilizada até então.

b) Síntese da controvérsia

Com a publicação de *Formação histórica do Brasil* ([1962] 1976) Nelson Werneck Sodré apresenta uma formulação específica para o modo de produção brasileiro, colocando como fator explicativo central o monopólio feudal da terra, postulava a existência de um processo de regressão feudal, originado da decomposição do escravismo colonial, que, por sua vez seria resultante de um processo de regressão escravista originado na colonização portuguesa. Neste sentido, afirmava que a estrutura produtiva brasileira ainda era de base feudal. Um feudalismo com mediações adequadas para captar as especificidades do caso brasileiro, um feudalismo à brasileira. Sodré apresenta em 1962 uma formulação sobre o

modo de produção brasileiro nos mesmos termos da concepção oficial do PCB sobre a caracterização da estrutura econômico-social brasileira e suas consequências para a ação e estratégia políticas, baseadas nas orientações da IC para os países periféricos, coloniais e semicoloniais, mas formulada a partir das particularidades da realidade histórica brasileira e não da mera transposição destas formulações gerais vindas de Moscou.

A formulação de Sodré era a visão dominante na esquerda brasileira acerca do modo de produção no Brasil no período, que associava à existência de resquícios feudais na estrutura produtiva brasileira, caracterizados pelo monopólio feudal da terra, um entrave ao processo de desenvolvimento brasileiro. Nestas condições, o capitalismo não poderia se consolidar no Brasil sem romper com esta estrutura – por exemplo, através de uma significativa profunda reforma agrária. Com esta formulação, Sodré apresenta um fundamento teórico formulado a partir da realidade brasileira que se encaixava no programa político do PCB da época – o programa nacional-democrático. A partir deste programa, que assumia que a revolução em curso no Brasil era burguesa, nacional, antifeudal e anti-imperialista, a proposta política era de uma aliança da classe trabalhadora com a burguesia nacional com o objetivo de eliminar o duplo entrave ao desenvolvimento capitalista no país, o monopólio feudal da terra e seu sustentáculo externo, o imperialismo, ou seja, a ideia era desenvolver um capitalismo nacional forte. Visando, a partir deste desenvolvimento capitalista, ter no país as condições necessárias para o estabelecimento da possibilidade de transformação social através de uma revolução socialista.

Caio Prado Júnior foi o primeiro autor a fazer uma interpretação do Brasil a partir da perspectiva marxista de fôlego ([1933] 1961). Sua análise sobre o sentido colonial do processo de formação brasileiro – caracterizado pela produção de gêneros tropicais, em grandes latifúndios, com força de trabalho escrava, ou seja, a grande exploração fundada sobre o latifúndio e o trabalho escravo, orientada pela lógica mercantil do capital comercial a partir das demandas externas – teve influências significativas para o debate da historiografia, bem como para as discussões sobre a economia brasileira, ainda que no momento de sua formulação esta percepção tenha sido marginalizada nos debates da esquerda brasileira ([1942] 2011).

A perspectiva de Caio Prado passa a ganhar centralidade e hegemonia na análise sobre o modo de produção no Brasil e a história econômica brasileira a partir do final dos anos 1960, no contexto do pós-golpe de 1964 e da apresentação de suas críticas sistematizadas em *A revolução brasileira* (1966) ao PCB e suas formulações políticas e teóricas, que encontram

em Nelson Werneck Sodré sua materialização mais consistente – “a expressão teórica mais elaborada do programa nacional-democrático da revolução brasileira” (MORAIS, 2001, p. 28).

“A derrota do movimento democrático e popular, diante do golpe institucional de abril de 1964, implicou a derrota teórica e política de Nelson Werneck Sodré. O debate que se seguiu afetou gravemente algumas das principais teses interpretativas da realidade brasileira postuladas por Sodré, entre as quais a existência de traços feudais e a presença de uma fração burguesa nacional. O livro de Caio Prado Jr., *A revolução brasileira*, de 1966, reafirma teses defendidas pelo autor desde a década de 1930 e provoca um impacto considerável – tendo oferecido argumentos para a crítica de Nelson Werneck Sodré e da orientação teórico-política do PCB – à esquerda e à direita. No início da década seguinte, embora tivesse sido desde sempre um autor marginalizado na universidade, Caio Prado Jr., com suas concepções ‘revisionistas’, se impõe por meio de alguns de seus cânones interpretativos da realidade histórica do Brasil, enquanto Sodré fica relegado ao desprezo e ao escárnio, quando não ao esquecimento.” (DEL ROIO, 2006, p. 167)

Após das fortes críticas de Caio Prado Júnior à concepção do modo de produção feudal no país e da concepção da revolução brasileira gerada a partir deste diagnóstico da realidade brasileira, como também, a partir das contradições e tensões geradas pela grande derrota que foi o golpe empresarial-militar de 1964 e a subsequente ditadura, a formulação de Sodré passa a ser alvo de fortes críticas e o autor e sua formulação sobre o modo de produção no Brasil e as possibilidades de transformação da realidade brasileira caem no ostracismo. A partir deste momento, a concepção caiopradiana de entender o Brasil colonial nos marcos do capitalismo torna-se a visão hegemônica na historiografia brasileira.

Um outro elemento da controvérsia que pode ser interessante de ser resgatado é traçar paralelos entre o debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo travado na historiografia mundial entre os anos 1960 e 1970 e a controvérsia dos modos de produção no Brasil. Neste sentido, é possível pensar paralelos entre a visão de Maurice Dobb sobre a transição do feudalismo para o capitalismo com a visão de Sodré sobre o modo de produção no Brasil. Dobb enfatiza os elementos das relações sociais de produção para caracterizar o modo de produção e aquele processo de transição, com semelhança à ênfase dada às relações de propriedade da terra e às relações sociais de produção dada por Sodré. Por outro lado, é possível pensar paralelos entre a visão de Paul Sweezy sobre a transição do feudalismo para o capitalismo com a visão de Caio Prado sobre o modo de produção no Brasil. Sweezy afirmava que no comércio está o elemento essencial para o fim do feudalismo, que pode ser um elemento de aproximação entre esta análise e a identificação do modo de produção no

Brasil feita por Caio Prado, ainda que este último dê maior ênfase aos elementos das relações sociais de produção e das forças produtivas que o feito por Sweezy.

É tarefa do historiador do pensamento resgatar a obra dos autores – sejam eles os marginalizados, sejam os vangloriados – e buscar analisar estas obras em sua essência, buscando fugir dos dogmas e preconceitos com relação a estas obras. Buscou-se fazer este movimento com a obra de Sodré, assim como, com a de Caio Prado.

As contribuições de Caio Prado e Nelson Werneck Sodré para a história do pensamento econômico brasileiro são significativas. Além das contribuições de seus posicionamentos em controvérsias centrais, como a controvérsia da questão agrária, a controvérsia do modo de produção no Brasil e a controvérsia da revolução brasileira, estes autores estão no panteão dos autores que realizaram significativas análises do Brasil e sua formação, com foco na compreensão do Brasil moderno – os chamados intérpretes do Brasil.

b) Desdobramentos da controvérsia

Como afirmado na introdução, as formulações de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré são as posições centrais da controvérsia, não são as únicas. As formulações feitas por Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior entre as décadas de 1930 e 1960 representam o primeiro e mais significativo movimento da controvérsia sobre os modos de produção no Brasil. Suas formulações embasaram os principais debates sobre a configuração da realidade brasileira e seu processo histórico nos marcos da esquerda brasileira no período, mas não esgotaram a controvérsia.

A partir dos anos 1950 Ignácio Rangel (1954; 1957; 1962; 1980; 1981; 1984) apresenta suas formulações sobre um modo de produção próprio da realidade brasileira, que vai chamar de *dualidade básica*. O autor, ainda que fosse ligado ao PCB, não entrou diretamente no debate sobre modo de produção na época, sendo sua contribuição mais à margem das posições centrais à controvérsia (*cf.* CASTRO, 2005).

Ignácio Rangel foi, como salienta Bielschowsky (1988; 2014), um dos pensadores brasileiros mais criativos e originais. No que concerne à questão do modo de produção brasileiro, essa originalidade fica ainda mais evidente. Rangel (1954; 1957; 1962; 1980; 1981; 1984) formulou a tese da dualidade básica da economia brasileira, uma adaptação original do

materialismo histórico e da teoria econômica para a análise do caso brasileiro, donde o autor pretendia retirar leis gerais da formação histórica e de funcionamento da economia brasileira, descrevendo o processo de desenvolvimento do país (MALTA, 2012; BIELSCHOWSKY, 2014). A análise de Rangel para a história consistia em uma sequência de etapas nas quais articulavam-se os modos de produção, as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas. A estas formas estruturais específicas corresponderiam formas superestruturais que derivavam e eram limitadoras desta infraestrutura, afirmava Rangel em um raciocínio claramente de inspiração marxista. Cada etapa de desenvolvimento deste conjunto dialético de estrutura e superestrutura corresponderia a um modo de produção específico. A sequência destas etapas, porém, não estaria pré-determinada e poderia incorporar uma série de especificidades distintivas. No caso brasileiro, haveria especificidades que caracterizariam as etapas brasileiras, em seu processo de formação, de maneira bastante distinta da trajetória dos países centrais do capitalismo. O principal elemento que diferenciaria, para Rangel, desde o ponto de partida a análise de economias periféricas, como a brasileira, seria a evolução de suas relações com o centro. “Em larga medida as relações externas são determinantes do desenvolvimento das forças produtivas internas e, conseqüentemente, também das relações de produção internas” (MALTA, 2014, p. 4).

A primeira formulação da tese da *dualidade básica da economia brasileira* foi publicada em 1957, período no qual a noção de dualidade estava associada a dois grupos bastante distintos: a direita agrarista conservadora e o *stalismo* ortodoxo. No entanto, Rangel não tinha identificação com nenhum deles. Malta (2014) levanta a hipótese de que “o autor fez recurso a expressões já institucionalizadas no âmbito de várias teorias⁹¹ com vistas a resignificá-las, na intenção de criar uma nova teoria para a compreensão do Brasil, porém falhando simbolicamente na construção de novas referências” (p. 5). Rangel afirmava que o que havia de peculiar no Brasil é a dualidade, isto é, “todas as nossas instituições e categorias possuem dupla natureza, e se apresentam como coisas diversas, se vistas do interior ou do exterior, partindo imediatamente para aplicá-la à formação histórica da nação brasileira” (*ibid.*, p. 6). Com a dualidade, Rangel tinha o objetivo de descrever a complexidade da formação histórico-social predominante no Brasil, em um período específico, permitindo identificar os modos de produção existentes em cada período, e em sucessão.

⁹¹ Em um movimento que pode ser visto como similar ao realizado por Nelson Werneck Sodré.

O Brasil, por ser um país periférico, cuja nação constituiu-se tardiamente, tem a necessidade de ter sua dinâmica analisada não só pela interação do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção internas ao país, mas também da evolução das relações de produção externas⁹², de maneira simultânea, articulando os dois lados (interno e externo) das dualidades todo o tempo e os identificando como partes de uma mesma dinâmica de desenvolvimento. Cada dualidade é um modo de produção complexo que combina elementos de diferentes modos de produção já referenciados na análise da história europeia/mundial. As dualidades se sucedem segundo uma lógica que expressa leis específicas. Rangel identifica a partir do início do século XIX três etapas sucessórias de dualidade. Dualidade esta sempre composta por duas formações dominantes – uma no ‘polo interno’ da economia e a outra em seu polo externo – cada uma delas decorrendo de crises, que cuja ocorrência reveza de esfera de relações de produção, ora na esfera das relações de produção ‘internas’, ora na de relações ‘externas’, que afetariam desenvolvimento das forças produtivas. Além disto, na fase recessiva do ciclo há uma mudança dos parceiros da aliança de poder que domina as relações político-econômicas, isto é, a superestrutura política acompanharia as mudanças na estrutura “dual”, num movimento que, como o da própria estrutura, passa por rupturas. A possibilidade para o futuro na análise de Rangel restringe-se à quarta dualidade que mudou de caracterização ao longo de suas várias versões, de acordo com sua análise de conjuntura realizada em cada período, mantendo a esperança de que a transição para o socialismo representaria o final da dualidade básica da economia brasileira. Pode-se dizer que a forma mais acabada de sua análise da dualidade brasileira e das relações sobre a quarta dualidade estão em seu artigo *A história da dualidade brasileira* de 1981.

A partir dos anos 1970 novas contribuições à controvérsia surgem (ver SANTIAGO, 1988), em um segundo movimento da controvérsia.

As formulações sobre o *escravismo colonial* apresentadas por Jacob Gorender (1978; 1980; 1981; 1987; 1990) e Ciro Flamarion Cardoso (1973; 1979; 1980; 1985; 1987; 1988) são análises sobre o modo de produção no Brasil que receberam forte influência do movimento original, mas que colocam a questão em outros termos. São formulações que caracterizam o modo de produção no Brasil a partir de um modo de produção específico, o *escravismo colonial*.

⁹² Para Rangel, a dinâmica do centro segue a lógica dos *ciclos de Kondratieff*.

Jacob Gorender formula sua interpretação do modo de produção brasileiro como o *escravismo colonial* a partir da formulação deste conceito apresentada por Ciro Flamarion Cardoso (1973), no qual Cardoso buscava aplicar a categoria Modo de Produção para interpretar o período colonial no Brasil e nas colônias americanas em geral (Cardoso realizou profundas pesquisas sobre o processo histórico colonial da Guiana Francesa, objeto de sua tese de doutorado, e da Costa Rica – pesquisas que o auxiliariam a formular sua interpretação sobre o modo de produção existente nas colônias latino americanas), formulando assim uma análise baseada em um modo de produção historicamente novo e singular, o *escravismo colonial*.

A principal obra na qual Jacob Gorender apresenta a sua formulação acerca do escravismo colonial como explicação para a estrutura da formação social brasileira foi *O Escravismo Colonial* (1978). Obra na qual Gorender busca recuperar o conceito de modo de produção, a noção de sistema escravista e de sistema colonial, de maneira a construir os elementos de explicação da existência no Brasil de um modo de produção historicamente único, com leis de movimento próprias, dando destaque à dinâmica própria da colônia, com suas lógicas internas, trazendo uma explicação sobre a ocupação do território brasileiro, a peculiaridade da escravidão no país e os processos econômicos que se sucedem nesta sociedade específica, com a caracterização da produção como de natureza mercantil (MALTA *et al*, 2015). Gorender e Cardoso consideravam que as explicações que visavam inserir o Brasil desde sua colonização, através das exportações, na dinâmica capitalista e que, portanto, o Brasil era e sempre teria sido capitalista ou as visões que percebiam no Brasil elementos de teor feudal, as visões que analisavam o Brasil a partir de uma forma de feudalismo à brasileira não davam conta de explicar o processo de formação social brasileiro, tão pouco, de caracterizar o modo de produção aqui existente.

Sintetizando a visão de Gorender, o intérprete reconhece a inserção do Brasil no projeto de expansão colonial europeu, mas destaca o escravismo como a forma de organização produtiva predominante, caracterizando o escravismo colonial, um modo de produção específico da história brasileira, no contexto latino americano, que pode ser pensado como possuindo leis próprias de transformação que permitem sua transição direta para o modo de produção capitalista. Ciro Flamarion Cardoso também formula sua interpretação sobre o modo de produção escravismo colonial como um modo de produção específico do processo de formação brasileiro, no contexto latino americano, com sua dinâmica e leis

próprias de transformação. No entanto, difere em alguns aspectos da interpretação de Gorender, em especial, no que concerne ao grau de autonomia das colônias com relação às metrópoles (PEREIRA, 2009). Parte do processo de desdobramento de pesquisa realizado a partir desta tese envolverá destrinchar – dentro da perspectiva da controvérsia dos modos de produção brasileiros – os elementos desse debate entre Gorender e Cardoso no que concerne a caracterização e teorização do escravismo colonial.

Nos anos 1970, ainda no contexto das análises que enfatizam a questão colonial no processo histórico da estrutura econômica brasileira, há a formulação de Fernando Novais (1979) a respeito do *antigo sistema colonial*, que seria sua chave de leitura para a economia e a sociedade brasileira entre os séculos XVI e XVII. Sob influência de Caio Prado Júnior, Novais afirmava que nas regiões coloniais, por estas estarem inseridas na estrutura mais ampla do período mercantilista – Antigo Sistema Colonial – as economias teriam se organizado de maneira peculiar e que este sistema que daria sentido à colonização. O mecanismo do regime comercial entre metrópole-colônia – o monopólio comercial e da produção da metrópole com relação à colônia – condicionaria a dinâmica social e política daquelas sociedades, através da transferência de renda da colônia para a metrópole. É a partir desta dinâmica que as relações sociais de produção, a organização da produção e o regime de trabalho poderiam ser compreendidos. A economia colonial deveria ser orientada para a realização de atividades complementares à economia da metrópole, logo, a dinâmica e o ritmo de produção seriam dependentes da metrópole. A escravidão seria a forma de organização do trabalho por imposição da dinâmica da acumulação primitiva que se realizava. E a produção necessitaria ser realizada em grandes propriedades, que reforçava a necessidade – de acordo com a lógica mercantil do sistema colonial – da produção ser realizada por um contingente grande de trabalhadores a custos baixos.

“Criado como um instrumento de promoção da acumulação primitiva de capital e articulado às práticas econômicas mercantilistas, típicas da fase de transição feudal-capitalista, o Antigo Sistema Colonial se torna obsoleto assim que aquela se completara, entrando em crise a partir de meados do século XVIII.” (FREITAS FILHO, 1988, p. 25)

A crise do sistema seria, portanto, consequência do próprio funcionamento do sistema colonial.

Neste mesmo movimento de análise do modo de produção no Brasil a partir da questão colonial e seus desdobramentos, há a concepção de *via colonial do capitalismo*

brasileiro apresentada por José Chasin (1978) – também sob influência de Caio Prado Júnior. Chasin (1978) caracterizava a estrutura produtiva brasileira como retardatária, atrofiada e subalterna ao imperialismo, partindo da influência da categoria de *desenvolvimento desigual e combinado* para analisar a formação brasileira. Para Chasin, o capitalismo se apresenta no Brasil de maneira particular, associado às suas raízes no processo de acumulação primitiva da metrópole, cujo processo de industrialização se dá de maneira fortemente tardia, sem “romper com sua condição de país subordinado aos polos hegemônicos da economia internacional” (CHASIN, 1978, p. 628). A via colonial se estabelece em uma dinâmica condicionada pela relação do país com o imperialismo, a partir dos interesses do centro. Esta dinâmica traria condicionantes para a atuação e configuração da burguesia no país. (cf. MAZZEO, 2015).

Ou seja, a partir dos anos 1970, é possível afirmar que há um novo movimento na controvérsia do modo de produção no Brasil, associado à questão colonial, seja em sua vertente do escravismo colonial, seja na do antigo sistema colonial, seja na vertente da via colonial.

A opção por apresentar nesta tese somente as duas principais contribuições da controvérsia – a saber, a concepção capitalista de Caio Prado Júnior e a concepção feudal de Nelson Werneck Sodré – foi feita por dois motivos.

Primeiramente, esta é a polarização principal da controvérsia. São as formulações de Caio Prado e Sodré que dão pauta ao debate, inclusive, influenciando e sendo elemento de referência das formulações dos movimentos posteriores associados à controvérsia.

Além disto, os impactos da controvérsia central não se limitam ao plano teórico. O debate sobre o modo de produção no Brasil nos marcos do PCB entre os anos 1930 e 1960 influenciou as formas de organização da esquerda brasileira. A partir das caracterizações feitas sobre a realidade brasileira, com base nas concepções do modo de produção aqui existente, foram formulados posicionamentos sobre como mudar a realidade brasileira. Mais especificamente, sobre as possíveis formas de romper com as limitações e problemas existentes na sociedade brasileira condicionados pelo modo de produção material da vida aqui existente. Estabelecia-se assim, uma outra controvérsia – a da *revolução brasileira*. A controvérsia da revolução brasileira pode ser entendida como um desdobramento da controvérsia do modo de produção no Brasil. São controvérsias diferentes, mas que se articulam.

Sinteticamente, a controvérsia da revolução brasileira se forjou a partir da análise das questões da realidade brasileira, levando em consideração suas especificidades, como forma da orientação das possíveis estratégias políticas a serem adotadas visando a possibilidade da revolução no Brasil. Nesta controvérsia, os elementos associados à caracterização do modo de produção no Brasil seriam fundamentais para os posicionamentos acerca do caráter da revolução brasileira. Os autores que se inseriram na controvérsia da revolução brasileira – com destaque para Nelson Werneck Sodré (1958; 1962); Caio Prado Júnior (1966); Jacob Gorender (1978; 1981; 1990) e Florestan Fernandes (1975) – constroem suas análises sobre o caráter, possibilidades da revolução no Brasil e suas possíveis trajetórias. Isto é, o que consistiria o programa político que levaria ao processo revolucionário a partir de suas formulações e diagnósticos sobre a realidade brasileira, como suas formulações sobre o modo da produção no Brasil.

A controvérsia tem como marco a publicação de *A revolução brasileira* (1966) de Caio Prado Jr. Nesta obra, Caio Prado apresenta significativas críticas à visão dominante na esquerda brasileira de que a revolução deveria ter caráter antifeudal, anti-imperialista e nacionalista.

Esta percepção da revolução brasileira, materializada no programa *nacional democrático* em voga no PCB, tem como fundamento teórico a interpretação sobre o modo de produção no Brasil realizada por Nelson Werneck Sodré (1958; 1962) que identificava na centralidade do monopólio da terra e nas relações sociais de produção pré-capitalistas as bases de caracterização de um feudalismo no país. Logo, seria necessário romper com estes resquícios feudais da economia brasileira, além disto, seria necessário desenvolver as forças produtivas e as relações sociais de produção no país de maneira autônoma, nacionalizada, assim, a revolução brasileira seria de caráter não só antifeudal, mas burguês, nacional e anti-imperialista, de modo a desenvolver no país um desenvolvimento capitalista nacional pujante, etapa tida como necessária para a transição ao socialismo. Não seria possível pensar em uma revolução socialista sem antes cumprir a etapa histórica de desenvolvimento do capitalismo no país. Esta percepção da revolução brasileira estava em alinhamento às diretrizes da IC para os PC's dos países tidos como coloniais e semicoloniais.

O livro de Caio Prado Jr foi escrito no efervescente cenário do golpe de 1964 e a ditadura empresarial-militar. Neste livro, Caio Prado atribui à estratégia *nacional democrática* e seu fundamento etapista erros políticos que conduziram ao golpe de 1964, apresentando fortes críticas a concepção oficial do PCB e da maior parte da esquerda sobre a

revolução brasileira. Caio Prado afirma que uma análise equivocada acerca da realidade concreta brasileira – como a percepção da existência de um feudalismo e de resquícios feudais no Brasil – levaria a atuação e estratégia política equivocadas – o programa nacional democrático. Seria necessário refletir sobre as reais caracterizações do modo de produção da vida material no país – que para ele seria de caráter capitalista – e a partir desta realidade concreta, refletir e atuar no sentido da revolução brasileira. A revolução brasileira não teria a princípio um caráter definido, mas este se daria a partir da dinâmica histórica.

A despeito de suas críticas à leitura histórica do programa, é discutível o quanto o autor consegue ou não formular um programa que se diferencie significativamente da estratégia política que criticava, caindo em muitas afirmações e em seus posicionamento políticos no mito de um capitalismo progressista, desenvolvimentista. Para Caio Prado Jr., seria necessário um conjunto de reformas que superasse o sentido voltado para fora de nosso capitalismo, fazendo com que o sistema produtivo, até então alheio às necessidades da população, passasse a atendê-las. Ao voltar para dentro a orientação do sistema produtivo seria possível incorporar ao consumo as classes trabalhadoras através de uma melhora na distribuição de renda. Nesse sentido, seria necessária a constituição de um capitalismo nacional voltado para as demandas populares como meio de transição para o socialismo, ou seja, a revolução deveria ter caráter nacional e anti-imperialista com sentido de desenvolvimento e amadurecimento de elementos capitalistas em nossa sociedade e economia, algo bastante semelhante à proposta do programa *nacional democrático*.

Florestan Fernandes (1975), influenciado pela caracterização capitalista do modo de produção no país, caracteriza o capitalismo aqui desenvolvido como periférico e dependente, identificando no processo do desenvolvimento capitalista no país, um processo de *modernização conservadora*. Para Florestan, o processo de desenvolvimento do capitalismo e o processo de desenvolvimento da democracia no país foram processos desarticulados e a revolução burguesa no país teria tido características de uma modernização conservadora, na qual a dominação da burguesia no país se dá de forma autocrática.

Sendo o modo de produção no Brasil caracterizado como um capitalismo dependente, periférico e subdesenvolvido, os setores dominantes – no caso, a burguesia – não teriam condições de autonomia suficientes para realizar no país a revolução burguesa democrática e nacional de maneira completa, estando subsumida à dinâmica imperialista da relação centro-periferia, “a dominação burguesa teria que se adaptar a um tipo de transformação capitalista

em que a *dupla articulação* entre desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista externa constituía a regra” (MARTINS *et al.*, 2014, p. 364). Florestan coloca a revolução brasileira a ser realizada nos marcos de uma revolução socialista e não em uma revolução nacional democrática. Para Florestan, deveria ocorrer uma mudança fora da ordem, visando romper com a autocracia que caracteriza processo político no país e que não se romperia nos marcos da revolução burguesa democrática.

Jacob Gorender (1978; 1981; 1990) caracteriza o modo de produção no Brasil como um modo de produção específico, o *escravismo colonial*, que teria dinâmica própria, com leis de movimento próprias. Logo, para Gorender, não faria sentido pensar em uma etapa burguesa da revolução brasileira. As características que se estabelecem na formação brasileira a partir do escravismo colonial – a produção nas plantagens, grandes propriedades monocultoras, a partir de força de trabalho escrava de produtos agrícolas voltados para o mercado mundial – e sua transição direta para o capitalismo, sem passagem por um sistema feudal. Criticava enfaticamente a formulação de que havia necessidade de uma revolução que pautasse a luta direta pelo socialismo, descartando uma etapa anti-feudal apoiada em uma burguesia nacional progressista, como defendida pela oficialidade do PCB. Para Gorender, já estavam postas as possibilidades de construção da luta política visando implementar uma revolução socialista no país.

Neste sentido, a pesquisa aqui apresentada sobre a controvérsia dos modos de produção no Brasil pode ser entendida como uma pesquisa em movimento, ou seja, ainda há elementos associados à controvérsia que podem e devem ser investigados, compondo a agenda de pesquisa sobre a história do pensamento econômico brasileiro a partir de suas controvérsias.

O resgate de uma controvérsia tão emblemática para a história do pensamento econômico e social no Brasil tem relevância por razões que transcendem os elementos exclusivamente teóricos. As análises presentes nesta controvérsia são relevantes, primordialmente, por explicitarem movimentos concretos de intervenção na realidade no que concerne aos rumos do país. A partir da perspectiva de história do pensamento econômico apresentada nesta tese, compreender os principais elementos teóricos e a realidade na qual se estabeleceu é fundamental para dar espaço para novas críticas e formulações sobre as possíveis transformações sociais no Brasil.

Considera-se que realizar um trabalho em história do pensamento econômico-social não se limita ao processo de historiografar o pensamento, mas também é um trabalho que está diretamente relacionado aos processos de construção de análises e teorias sobre a realidade econômico-social. As formulações feitas no passado não só servem para compreendermos o processo histórico da teoria e da realidade, mas também trazem elementos para compreender a realidade do momento presente.

O momento no qual esta tese é apresentada é muito instigador do ponto de vista da análise do pensamento e das relações entre teoria, história e política. Sem entrar nas muitas especificidades das análises de conjuntura – tão arriscadas e complexas – pode-se afirmar que neste momento – 2017 – vive-se no Brasil um momento de disjuntiva histórica. Muitas são as questões e dúvidas a respeito dos caminhos do país e das possibilidades de transformações sociais, políticas e econômicas emancipatórias das estruturas deste país. Em momentos de disjuntivas históricas as questões e contradições da realidade se impõem de tal forma que fazer recurso à compreensão do processo de formação de nossa trajetória para dar conta de explicar a conjuntura e as possibilidades de caminhos futuros da nação torna-se tarefa do dia.

É preciso fazer sólidas reflexões sobre o que caracteriza nossa sociedade e para isso, o recurso aos autores que já realizaram análises sobre a sociedade brasileira nestes marcos em outros contextos de disjuntivas históricas – como é o caso dos intérpretes do Brasil em geral, e mais especificamente dos dois intérpretes do Brasil abordados nesta tese, Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior – pode ser um movimento que auxilie estas reflexões. É preciso compreender o Brasil em sua essência.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano. *Capítulos da história colonial: os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília. UNB. ([1907] 1998).

AGOSTI, Aldo. “As correntes constitutivas do movimento comunista internacional”. In: HOBBSAWN, Eric (org.). *História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: da internacional comunista de 1919 às frentes populares – volume VI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a, p. 45-82.

_____. “O mundo da Terceira Internacional: os ‘estados-maiores’.” In: HOBBSAWN, Eric (org.). *História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: da internacional comunista de 1919 às frentes populares – volume VI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b, p. 99-168.

ALTVATER, E. “O capitalismo se organiza: o debate marxista desde a guerra mundial até a crise de 1929”. In: HOBBSAWN, Eric (org.). *História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo – volume VIII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AMADEO, Edward. “Introdução: Vertentes da economia política moderna”. In: AMADEO, Edward (org.) *Ensaio sobre Economia Política Moderna: teoria e história do pensamento econômico*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989, p. 7-10.

ANDREUCCI, Franco. “A difusão e vulgarização do marxismo”. In: HOBBSAWN, Eric (org.). *História do marxismo: o marxismo na época da segunda internacional (primeira parte) – volume IV*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.15-74.

_____. “A questão colonial e o imperialismo”. In: HOBBSAWN, Eric (org.). *História do marxismo: o marxismo na época da segunda internacional (terceira parte) – volume IV*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 251-278.

ARANTES, Paulo. “Providências de um crítico na periferia do capitalismo”. In: ARANTES, Paulo; ARANTES, Otília Beatriz Fiori. *Sentido de formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ARICÓ, J. “O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional”. In: HOBBSAWN, Eric (org.). *História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo – volume VIII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ARIDA, Pérsio. “A história do pensamento econômico como teoria e retórica”. IN: REGO, José Marcio (org.) *A história do pensamento econômico como teoria e retórica*. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 13-44.

BEIGUELMAN, Paula. “A *Revista Brasiliense* e a expressão teórica do nacionalismo econômico brasileiro.” In: D’INCAO, Maria Angela. (Org.) *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo, Brasiliense, Unesp, 1989, p. 449-475.

BIDERMAN, Ciro; COSAC, Luis Felipe; REGO, José Márcio. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1995.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, ([1988] 2000).

_____. “Ignácio Rangel”. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira. *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 99-116.

BLAUG, Marc. *Economic history and the history of economics*. Brighton: Wheatsheaf, 1986.

BORJA, Bruno. *A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado*. 2013. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

BOTELHO, André. “Prefácio: Intérpretes do Brasil, nosso antepassados?” In: RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. “O passado e o futuro das interpretações do país”. In: *Tempo social, revista de sociologia da USP*. São Paulo, v. 22, n. 1, 2010, p. 47-66.

BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil*. São Paulo: A. Garibaldi, 2ª edição, ([1926] 2006).

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Seis interpretações sobre o Brasil”. In: *Dados*, v. 25, n. 3, Rio de Janeiro, 1982.

CABRAL, Fátima. & CUNHA, Paulo. (org.) *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CANDIDO, Antonio. “*Postscriptum*””. In BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. 26ª edição, 36ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, ([1986] 2011), p. 23-24.

_____. “Radicalismos”. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, 4 (8), 1986b.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. “El modo de producción esclavista colonial en América.” In: *Cuadernos de Pasado y Presente*. Córdoba/Argentina, n.º. 40, 1973, p. 193-242.

_____. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. “As concepções acerca do ‘Sistema Econômico Mundial’ e do ‘Antigo Sistema Colonial’; a Preocupação obsessiva com a ‘Extração de Excedente’”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.) *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 109-132.

_____. *O trabalho na América Latina Colonial*. São Paulo: Ática, 1985.

_____. *Escravo ou camponês?: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. (org.). *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CARONE, Edgar. *O PCB vol. 1 (1922- 1943)*. 2ª edição. São Paulo: Difel, ([1962] 2012).

_____. *A Primeira República (1889-1930): instituições e classes sociais*. 2ª edição. São Paulo: Diefel, ([1970] 1975).

_____. *Revoluções no Brasil Contemporâneo*. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1975.

CASTRO, Marcio Henrique de. “Nosso mestre Rangel”. In: RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 15-36.

CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

CÔRTEZ, Norma. “O filósofo e o historiador – dois homens e um destino”. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima. *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. 2006, p. 295-312.

COSTA, Octavio. “Vida e obra de Nelson Werneck Sodré”. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima. *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. 2006, p. 17-30.

COUTINHO, Carlos Nelson. “A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior”. In: _____. *Cultura e Sociedade no Brasil – ensaios sobre idéias e formas*. 4ª edição. São Paulo: Expressão Popular, ([1988] 2011).

_____. “Uma via ‘não-clássica’ para o capitalismo”. In: D’INCAO, Maria Angela. (Org.) *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo, Brasiliense, Unesp, 1989, p. 115-132.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. “Nelson Werneck Sodré”. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira. *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 79-98.

CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima. “Apresentação”. In: CUNHA, Paulo Rineiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). *Nelson Werneck Sodré entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006, p. 9-13.

CURTY, Carla. *David Ricardo sob a ótica de Karl Marx: apontamentos sobre história do pensamento econômico e ideologia*. 2013. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

CURTY, Carla; MALTA, Maria; BORJA, Bruno. “Intérpretes do Brasil: influências na origem do pensamento econômico brasileiro”. In: *Anais do XX Encontro Nacional de Economia Política (XX ENEP), 2015*. Foz do Iguaçu: SEP.

CURTY, Carla *et al.* “A controvérsia dos modos de produção brasileiros: a contribuição do pensamento marxista.” In: *Anais do XVII Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2016. v. 3. p. 52-69.

DEL ROIO, Marcos. “A teoria da Revolução Brasileira: tentativa de uma particularização de uma revolução burguesa em processo”. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos.

(Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, v. 4: Visões do Brasil. Campinas: Unicamp, 2000, p. 69-125.

_____. “História da burguesia brasileira”. In: SILVA, Marcos (org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006b, p. 163-167.

DASSÚ, Marta. “Frente única e frente popular: O VII Congresso da Internacional Comunista”. In: HOBSBAWN, Eric (org.). *História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: da internacional comunista de 1919 às frentes populares – volume VI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 293-336.

D’INCAO, Maria Angela. “Apresentação”. In: D’INCAO, Maria Angela. (Org.) *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo, Brasiliense, Unesp, 1989a, p. 9-12

_____. “Estrutura e desigualdade”. In: D’INCAO, Maria Angela. (Org.) *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo, Brasiliense, Unesp, 1989b, p. 325-334.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. ([1963] 1977).

_____. *Teorias do valor e da distribuição desde Adam Smith*. Lisboa, Ed. Martins Fontes, ([1973] 1977).

_____. “Réplica”. In: SWEEZY, Paul et al. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 1977a, p. 59-78.

_____. “Um comentário posterior”. In: SWEEZY, Paul et al. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 1977b, p. 129-138.

DÓRIA, Carlos Alberto. “O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira”. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, v. 3: Teorias. Interpretações. Campinas: Unicamp, 1998, p. 201-244.

_____. “A fidelidade à história”. In: D’INCAO, Maria Angela. (Org.) *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo, Brasiliense, Unesp, 1989, p. 227-234.

FERNANDES, Florestan. FERNANDES, Florestan. “Introdução” (1946). In: MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª edição. São Paulo, Editora Expressão Popular, ([1859] 2008), p. 17-42.

_____. *A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação sociológica*. 5ª edição, São Paulo: Globo, ([1975] 2005).

_____. *A contestação necessária: retratos de intelectuais inconformistas e revolucionários*. São Paulo: Expressão Popular, ([1995] 2015).

FERREIRA LIMA, Heitor. *História do pensamento econômico no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

_____. “Caio Prado e seu tempo”. In: D’INCAO, Maria Angela. (Org.) *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo, Brasiliense, Unesp, 1989, p. 15-22.

FRIEDMAN, Milton. *A metodologia da economia positiva*. Edições Multiplic, 1 (3), fev. ([1953] 1981).

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 51. ed. rev. São Paulo: Global, ([1933] 2006).

FIGUEIREDO, José Ricardo. *Modos de ver a produção do Brasil*. São Paulo: Educ; Campinas: Editora Autores Associados, 2004.

FREITAS FILHO, Almir Pita. *A historiografia sobre a formação econômica do Brasil e a problemática do modo de produção escravista colonial: nota de aula*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Economia e Administração, Departamento de Economia. Texto didático, FEA/UFRJ, n. 35, 1988.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, ([1959] 2006).

FURTADO, André Tosi. “As Contribuições de Caio Prado Júnior à *Formação Econômica do Brasil*.” In: COELHO, Francisco da Silva; & GRANZIERA, Rui Guilherme (orgs.). *Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 2009, p. 72-88.

GAIO, André Moysés. “Formação histórica do Brasil”. In: SILVA, Marcos (org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011, p. 110-114.

GALISSOT, René. “Nação e nacionalidade nos debates do movimento operário”. In: HOBBSBAWN, Eric (org.). *História do marxismo: o marxismo na época da segunda internacional (terceira parte) – volume IV*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 173-250.

_____. “O imperialismo e a questão nacional e colonial”. In: HOBBSBAWN, Eric (org.). *História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo – volume VIII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, ([1967] 1972).

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. Editora Ática. São Paulo, Brasil. 1978.

_____. “O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica.” In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.) *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 43-65.

_____. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1987.

_____. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, ([1990] 2016).

_____. *Combate nas trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática: 1998.

GRESPLAN, José Luís. “O marxismo de Nelson Werneck Sodré”. In: SILVA, Marcos. *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Fapesp, 2001, p. 93-115.

_____. “O conceito de "modo de produção" em Nelson Werneck Sodré”. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima. *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. 2006, p. 135-150.

GUARINELLO, Norberto. “Modos de produção no Brasil”. In: SILVA, Marcos (org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006, p. 262-267.

HÁJEK, Milos. “A bolchevização dos partidos comunistas”. In: HOBBSBAWN, Eric (org.). *História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: da internacional comunista de 1919 às frentes populares – volume VI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 197-218.

HILL, Christopher. “Comentário”. In: SWEEZY, Paul et al. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 1977, 167-174.

HILTON, Rodney. “Comentário”. In: SWEEZY, Paul et al. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 1977, 151-166.

HIPPOLITO, Regina. “Enfoques de uma vida militante”. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima. *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. 2006, p. 197-214.

HIRANO, Sedi. “A face pré-capitalista”. In: D’INCAO, Maria Angela. (Org.) *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo, Brasiliense, Unesp, 1989, p. 245-258.

HOBBSBAWM, Eric. “Introdução.” In: MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. ([1964] 2006).

_____. “A crise geral da economia européia no século XVII”. In: SANTIAGO, Theo Araujo (org.). *Capitalismo – transição*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1975.

_____. O presente como história: escrever a história do seu próprio tempo. In: *Novos Estudos Cebrap* n° 43, 1995.

_____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, ([1997] 2013).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição, 36ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, ([1936] 2011).

IANNI, Octavio. “Tendências do pensamento brasileiro”. In: *Tempo social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, 12(2), novembro de 2000 p. 55-74.

IASI, Mauro. *Ensaio sobre consciência e emancipação*, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. “Caio Prado Júnior: sentido, trilhas e caminhos da revolução brasileira”. In: PINHEIRO, Milton (org.) *Caio Prado Junior: história e sociedade*. Salvador: Quarteto, 2011, p. 31-56.

_____. “Tendências do pensamento brasileiro”. In: *Tempo Social, revista de Sociologia da USP*, v. 12, n.2, 2010, p. 55-74.

IGLÉSIAS, Francisco. “Celso Furtado, pensamento e ação.” In: IGLÉSIAS, Francisco. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

_____. “Um historiador revolucionário”. In: IGLÉSIAS, Francisco. (org.). *Caio Prado Júnior – história*. São Paulo: Ática, 1982.

KONDER, Leandro. “A façanha de uma estreia” *In: D’INCAO, Maria Angela. (Org.) História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior.* São Paulo, Brasiliense, Unesp, 1989, p. 133-142.

_____. *A Derrota da Dialética: A recepção das idéias de Marx no Brasil, até o início dos anos trinta.* Rio de Janeiro, Campus, ([1988] 2009).

LAPA, José Roberto do Amaral. “Introdução ao redimensionamento do debate.” *In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.) Modos de produção e realidade brasileira.* Petrópolis: Vozes, 1980, p. 9-42.

LÊNIN, Vladimir. As três fontes. *In: LÊNIN, Vladimir. As três fontes.* 3ª ed. São Paulo, Editora Expressão Popular, ([1913] 2006), p. 65-72.

LIMA, Airton Souza de. “Caio Prado Jr. e a polêmica ‘feudalismo-capitalismo’: pela desconstrução de consensos”. *In: AURORA*, ano II número 3, dezembro 2008, p. 70-79.

LOUREIRO, Maria Rita (org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições, depoimentos.* Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista.* 18ª edição. São Paulo, Cortez, ([1985a] 2008).

_____. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen.* 9ª ed. São Paulo, Cortez Editora, ([1985b] 2009).

LUKÁCS, Györg. “O processo de democratização” (1968). *In: LUKÁCS, Györg Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971.* Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008, p. 83-206.

MADUREIRA, Maria de Anunciação. “A problemática dos modos de produção na obra de Nelson Werneck Sodré: seu lastro filosófico”. *In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima. Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena.* 2006, p. 215-244.

MALTA, Maria Mello de. *Controvérsia sobre a teoria da acumulação de James Steuart.* Tese de Doutorado – Departamento de Economia, Universidade Federal Fluminense, 2005.

_____. “Ignácio Rangel e a categoria dualidade básica: uma interpretação do Brasil.” *In: XVIII Encontro Nacional de Economia Política*, 2013, Belo Horizonte. Anais do XVIII Encontro Nacional de Economia Política, 2013. v. 1. p. 1-21.

MALTA, Maria Mello de *et al.* “A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão”. *In: MALTA, Maria Mello de. (coord.). Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro.* Rio de Janeiro, IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011, p. 23-52.

_____. “Jacob Gorender: modo de produção e transição tipicamente brasileiros para se pensar uma revolução socialista”. *In: Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente*, Niterói, 2015.

MALTA, Maria; CASTELO, Rodrigo. Marx e a história do pensamento econômico: um debate sobre método e ideologia. *In: GANEM, Angela; FREITAS, Fábio; MALTA, Maria. (orgs.) Economia e filosofia: controvérsias e tendências recentes.* Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2012, p. 85-100.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira.* São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1984.

MANTEGA, Guido; REGO, José Márcio. *Conversas com economistas brasileiros II.* São Paulo: Editora 34, 1999.

MANZANO, Sofia. “Formação Social Brasileira em Caio Prado Júnior.” *In: PINHEIRO, Milton (org.) Caio Prado Junior: história e sociedade.* Salvador: Quarteto, 2011, p. 57-62.

MARTINS, Caio *et alli.* “A "estratégica democrática e popular" e um inventário da esquerda revolucionária”. *In Marx e o marxismo*, v. 2, n.3, ago/dez 2014, p. 357-381.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos.* São Paulo, Boitempo, ([1844] 2004).

_____. *Miséria da filosofia: resposta à “Filosofia da miséria” do Sr. Proudhon.* São Paulo: Expressão Popular, ([1847] 2009).

_____. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, ([1852] 1997).

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas.* São Paulo: Paz e Terra, ([1857-8] 2006).

_____. “Introdução à Contribuição à crítica da economia política” (1857). In: *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, ([1859] 2008), p. 235-270.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª edição. São Paulo, Editora Expressão Popular, ([1859] 2008).

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Vols. 1-6. 24ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, ([1867-1894] 2006).

_____. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Vols. 1-3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, ([1905-1910] 1980).

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos 1857-1859*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: UFRJ, ([1959] 2011).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. São Paulo, Boitempo Editorial, ([1845-1846] 2007).

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, ([1848] 2001).

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MAZZA, Fabio. “Classes sociais no Brasil, As”. In: SILVA, Marcos (org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006, p. 32-39.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MEEK, Ronald. *Economia e Ideologia*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, ([1967] 1971).

MORAES, João Quartim. “O Programa Democrático Nacional: fundamentos e permanência”. In: MORAES, J. Q. M. & DEL ROIO, M. (org.). *História do Marxismo no Brasil v.4 – Visões do Brasil*. Campinas: Unicamp, 2000.

_____. “A Evolução da Consciência Política dos Marxistas Brasileiros”. In: MORAES, J. Q. (org.). *História do Marxismo no Brasil v.2 – Os influxos teóricos*. Campinas: Unicamp, ([1995] 2014).

_____. “Nelson Werneck Sodré: a fundamentação marxistas do programa nacional-democrático”. In: SILVA, Marcos. *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Fapesp, 2001, p. 151-164.

MORAIS FILHO, E. *A Proto-história do Marxismo no Brasil*. In: REIS, D. A et. ali, *História do marxismo no Brasil v.1 – O impacto das revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2011a.

_____. *Nelson Werneck Sodré: O general da história e da cultura*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2011b.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.

PAULA, João Antonio de. “Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro”. In: *PESQUISA & DEBATE*, SP, volume 17, número 1 (29), 2006, p. 1-19.

PAULA, João Antonio de; CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama; ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. “Nações e estilos de economia política”. In: *Revista de Economia Política*, vol. 27, nº 3 (107), julho-setembro/2007, p. 357-374.

PAULA, João Antonio de; CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. “Apresentação – Sobre Isaak Rubin e sua *História do pensamento econômico*”. In: RUBIN, Isaak Ilich. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, [1929 (2014)], p. 11-24.

PCB. *PCB: vinte anos de política 1958-1979 (documentos)*. São Paulo: LECH, 1980.

PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB 1922-1926*. 3ª edição. São Paulo: Anitta Garibaldi. [1962 (2012)].

PEREIRA, Luciene Maria Pires. “O Escravismo Colonial no centro das análises: aspectos de um novo debate acerca da colonização do Brasil”. In: *IV Congresso Internacional de História*,

2009, Maringá. *Anais do IV Congresso Internacional de História* (Online), 2009. v. 1. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalho.php?tid=121>.

PERICÁS, Luiz Bernardo. “Caio Prado Júnior e o Socialismo.” *In*: PINHEIRO, Milton (org.) *Caio Prado Junior: história e sociedade*. Salvador: Quarteto, 2011, p. 109-132.

_____. *Caio Prado Júnior: uma biografia política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

PERICÁS, Luiz Bernardo; WIDER, Maria Célia. “Caio Prado Júnior”. *In*: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira. *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 193-214.

PINHEIRO, Filipe Leite. *As interpretações do Brasil de Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré: um debate sobre a revolução brasileira*. 2013. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

_____. *Fundadores do Marxismo Nacional: interpretações marxistas do Brasil na Primeira República (1922-1931)*. 2016. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

PINHEIRO, Filipe Leite *et al.* “Nelson Werneck Sodré: feudalismo e revolução à brasileira”. *In*: *Anais Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente*, 2015, Niterói. *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente*, 2015.

PINHEIRO, Milton. “Apresentação – A contemporaneidade do pensamento de Caio Prado Jr.” *In*: PINHEIRO, Milton (org.) *Caio Prado Junior: história e sociedade*. Salvador: Quarteto, 2011a, p. 7-10.

_____. “Notas sobre o percurso histórico-político de Caio Prado Jr.”. *In*: PINHEIRO, Milton (org.) *Caio Prado Junior: história e sociedade*. Salvador: Quarteto, 2011b, p. 133-148.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2ª edição, 1977.

_____. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras.

PINTO, João Alberto da Costa Pinto. “Nelson Werneck Sodré e o projeto de história nova do Brasil.” In: SILVA, Marcos. *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Fapesp, 2001, p. 55-70.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 3ª ed., ([1933] 1961).

_____. *URSS: Um novo mundo*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1934.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo: Companhia das Letras, ([1942] 2011).

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 12ª edição, ([1945] 1970).

_____. *Dialética do conhecimento*. São Paulo: Brasiliense, 1952.

_____. *Diretrizes para uma política econômica*. São Paulo: Urupês, 1954. (Monografia para o concurso para a cadeira de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.)

_____. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

_____. *Introdução à lógica dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1959.

_____. *O mundo do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

_____. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, ([1966] 2014).

_____. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____. *O estruturalismo de Lévi-Strauss/ O marxismo de Louis Althusser*. São Paulo: Brasiliense, 1971.

_____. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, ([1979] 2014).

_____. *A cidade de São Paulo, geografia, história*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RANGEL, Ignácio. “O desenvolvimento econômico no Brasil”. In: RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas – volume 1*, Rio de Janeiro: Contraponto, ([1954] 2005), p. 39-128.

_____. “A dualidade da economia brasileira”. In: RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas – volume 1*, Rio de Janeiro: Contraponto, ([1957] 2005), p. 285-353.

_____. “A dinâmica da dualidade brasileira”. In: RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas – volume 2*, Rio de Janeiro: Contraponto, ([1962] 2005), p. 552-566.

_____. “A quarta dualidade”. In: RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas – volume 2*, Rio de Janeiro: Contraponto, ([1980] 2005), p. 623-635.

_____. “A história da dualidade brasileira”. In: *Revista de Economia Política*, vol. 1, nº 4, 1981, 5-34.

_____. “Dualidade e ciclo longo”. In: RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas – volume 2*, Rio de Janeiro: Contraponto, ([1984] 2005), p. 697-711.

_____. “Feudalismo e propriedade fundiária”. In: D’INCAO, Maria Angela. (Org.) *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo, Brasiliense, Unesp, 1989, p. 209-226.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. “Nelson Werneck Sodré”. In: AXT, Gunter; SCHÜLER (orgs.) *Intérpretes do Brasil: cultura e identidade*, Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004, p. 315-332.

REIS, Daniel Araújo. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964.” In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Araújo. (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2000, volume 5 (Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960).

REGO, Rubem Murilo Leão. *Sentimento de Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2000.

RICUPERO, Bernardo. “Caio Prado Jr.: o primeiro marxista brasileiro”. In: *Revista USP*, São Paulo (38): 64-77, junho/agosto, 1998.

_____. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Fapesp; Ed. 34, 2000.

_____. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, (2008 [2011]).

_____. “Caio Prado Junior e o lugar o Brasil no mundo” In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia. *Um enigma chamado Brasil: 29 interpretações e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 226-239.

_____. “A Aventura Brasileira do Marxista Caio Prado Jr.” In: PINHEIRO, Milton. (org.) *Caio Prado Júnior: história e sociedade*. Salvador: Quarteto, 2011, p. 73-108.

RICÚPERO, Rodrigo. “Formação histórica do Brasil”. In: SILVA, Marcos (org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006, p. 120-127.

ROCHA, Marco Antonio da. “Revolução Brasileira, dualidade e desenvolvimento: do nacional-desenvolvimentismo à Escola de Sociologia da USP”. In: MALTA, Maria Mello de.(coord.). *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro, IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011, p. 247-290.

RUBIN, Isaak Ilich. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, ([1929] 2014).

RUY, José Carlos; BUONICORE, Augusto (org.) *Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

SANT’ANNA, Reginaldo. Nota do tradutor In: MARX, Karl. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Vols. 1-3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, ([1954] 1980 – Traduzido da edição russa de 1954).

SANTIAGO, Theo Araujo (org.). *América colonial*. São Paulo: Ícone, 1988.

SANTOS, Raimundo. “Um clássico da Revolução Brasileira – Introdução por R. Santos”. In: SANTOS, Raimundo (org.). *Caio Prado Jr. Dissertações sobre a revolução brasileira*, São Paulo: Brasiliense; Fundação Astrojildo Pereira, 2007, p. 13-32.

SCHUMPETER, Joseph. SCHUMPETER, Joseph. “Science and Ideology”. *The American Economic Review*, Vol. 39, n. 2, mar. 1949, pp. 346-359

_____. *História da Análise Econômica*. Rio de Janeiro, USAID, ([1954] 1964).

SECCO, Lincoln. *Caio Prado Júnior, o sentido da revolução*. São Paulo: Botempo Editorial, 2008.

_____. “Tradução do Marxismo no Brasil: Caio Prado Júnior.” *In*: PINHEIRO, M. (org.). *Caio Prado Júnior: história e sociedade*. Salvador: Quarteto, 2011.

SEGATTO, José Antonio. “A revolução brasileira”. *In*: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima. *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. 2006, p. 271-277.

SILVA, Juliana Nascimento. *Distintas leituras da história do pensamento econômico*. 2013. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2013.

SILVA, Marcos. “Diante do imediato”. *In*: SILVA, Marcos. *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Fapesp, 2001, p. 9-24.

_____(org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

_____. “Cidadão Werneck Sodré, soldado e escritor. (Nota preliminar)”. *In*: SILVA, Marcos (org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006, p. 11-15.

SIMONSEN, Roberto. *Histórica econômica do Brasil*. São Paulo. Comp. Ed. Nacional, ([1937] 1977).

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. Rio de Janeiro: Graphia, ([1938] 2002).

_____. *Formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. (Documentos Brasileiros, 47).

_____. *As classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/Iseb, 1957.

_____. *Introdução à Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição, [1958 (1963)].

_____. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, ([1962] 1976).

_____. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. “Modos de Produção no Brasil”. *In*: LAPA, José Roberto do Amaral (org.) *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 133-155.

_____. *História e materialismo histórico no Brasil*. São Paulo: Global, 1985.

_____. *Evolução social e econômica do Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1988.

_____. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graphia, 1990.

SOFRI, G. “Os problemas da revolução socialista nos países atrasados.” In: HOBBSBAWN, Eric (org.). *História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo – volume VIII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SOUZA, João Carlos de. “Evolução social do Brasil”. In: SILVA, Marcos (org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006, p. 92-97.

SPRIANO, Paolo. “O movimento comunista entre a guerra e o pós-guerra: 1938-1947”. In: HOBBSBAWN, Eric (org.). *História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: de Gramsci à crise do Stalinismo – volume X*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 129-212.

SWEEZY, Paul. “Uma crítica”. In: SWEEZY, Paul et al. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 1977a, p. 17-58.

_____. “Tréplica”. In: SWEEZY, Paul et al. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 1977b, p. 137-150.

SZMRECSÁNYI, Tamaz. “Sobre a Formação da *Formação Econômica do Brasil* de C. Furtado”. In: *Estudos Avançados* 13 (37), 1999.

SZMRECSÁNYI, Tamaz, COELHO, Francisco da Silva. (org.) *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007.

TAKAHASHI, H. K. “Uma contribuição para a discussão”. In: SWEEZY, Paul et al. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 1977, p. 79-128.

TEIXEIRA, Aloísio. “Marx e a economia política: a crítica como conceito”. In: *Revista Econômica*, Vol. 2, n. 4, Dez. 2000, p. 85-109.

_____. *Raízes do Brasil: o lado oposto e os outros lados*. In *Revista Tempo Brasileiro*, nº149, *Repensando o Brasil com Sérgio Buarque de Holanda*, Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. “Nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré”. In: SILVA, Marcos. *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Fapesp, 2001, p. 41-54.

TOLIPAN, Ricardo. *A necessidade da história do pensamento econômico*. Rio de Janeiro, IE/UFRJ. (Texto para Discussão nº 3), 1982a.

_____. *A questão do método em economia política*. Rio de Janeiro, IE/UFRJ. (Texto para Discussão nº 5), 1982b.

_____. *A ironia na História do Pensamento Econômico*. Tese Professor Titular, Faculdade de Economia e Administração (FEA), Universidade Federal do Rio de Janeiro, julho 1988.

VARNHAGEN, Adolfo. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. Belo Horizonte; São Paulo. Itatiaia. USP. ([1854] 1981).

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: Sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas – 1922-1974*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

WEISSEL, Erwin. “A Internacional Socialista e o debate sobre a socialização”. In: HOBBSBAWN, Eric (org.). *História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: a revolução de outubro, o austromarxismo – volume V*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 227-250.

WOOD, Ellen. M. *Democracia Contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. 1ª edição revista. São Paulo: Boitempo, ([1995] 2013).

ZAIDAN, Michel. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

_____. “O Grande Tournant: o VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929)”. In: REIS, D. A et. ali, *História do Marxismo no Brasil v.1 – O impacto das revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.